

Regulamentação Contábil e sua Imprescindibilidade no Cotidiano Social



Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Regulamentação Contábil e sua Imprescindibilidade no Cotidiano Social



Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Regulamentação contábil e sua imprescindibilidade no cotidiano social

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R344 Regulamentação contábil e sua imprescindibilidade no cotidiano social / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-895-3

DOI 10.22533/at.ed.953211703

1. Contabilidade. 2. Ciências sociais. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 657

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A obra “Regulamentação Contábil e sua Imprescindibilidade no Cotidiano Social”, publicada pela Atena Editora, reúne um conjunto de cinco capítulos que abordam a contabilidade sob diferentes perspectivas. A contabilidade vem ganhando cada vez mais representatividade no campo organizacional, emergindo como uma ciência social aplicada focada na elaboração e divulgação de informações úteis para a tomada de decisão de gestores e diversos outros *stakeholders*.

Desse modo, discutir e compreender os fenômenos que permeiam as ciências contábeis contribuem para o seu avanço e consolidação no campo científico. Nesse contexto, este livro surge como uma fonte de pesquisa e consulta para todos os acadêmicos e profissionais que desejam ampliar seus conhecimentos sobre a contabilidade, por meio de um arcabouço teórico especializado. A seguir, apresento os capítulos que compõem esta obra, juntamente com seus respectivos objetivos.

O primeiro capítulo é intitulado “A História da Contabilidade enquanto Campo de Estudo e a sua Importância para o Desenvolvimento da Contabilidade” e trata-se de um ensaio teórico com o objetivo de refletir a história da contabilidade enquanto um campo de estudo a ser explorado em prol do desenvolvimento da contabilidade.

O segundo capítulo tem como título “A Regulamentação Contábil e a Testagem dos Métodos na Perícia de Apuração de Haveres como Salvaguarda do Direito ao Patrimônio Social Justo” e buscou demonstrar a imprescindibilidade da regulamentação contábil no cotidiano social.

O terceiro capítulo, intitulado “A Evidenciação das Práticas Ambientais em Empresas de Construção Civil Listadas na B3”, teve como objetivo analisar a evidenciação das práticas das empresas do setor de construção civil listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) quanto ao gerenciamento sustentável com foco nos parâmetros ambientais.

O quarto capítulo tem como título “Estratégias de Desempenho e Conexões Políticas: evidências empíricas nas empresas brasileiras listadas na B3” e objetivou evidenciar como as conexões políticas entre firma e governo têm influência no desempenho das empresas listadas na B3, no período de 2012 a 2016, considerando o contexto institucional e econômico do Brasil.

O quinto capítulo é intitulado “Estágio Curricular: as contribuições práticas do estágio na percepção de acadêmicos do curso de ciências contábeis” e teve como objetivo investigar a analogia da efetiva prática do estágio nas empresas em relação ao conhecimento adquirido em sala de aula.

Ressalto que as pesquisas aqui apresentadas contribuem para a ampliação do debate acadêmico e conduzem docentes, pesquisadores, estudantes, gestores, consultores e profissionais contábeis à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem

atualmente no âmbito da contabilidade. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE ENQUANTO CAMPO DE ESTUDO E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONTABILIDADE	
Ronan Pereira Capobiangó	
Jorge Katsumi Niyama	
DOI 10.22533/at.ed.9532117031	
CAPÍTULO 2	15
A REGULAMENTAÇÃO CONTÁBIL E A TESTAGEM DOS MÉTODOS NA PERÍCIA DE APURAÇÃO DE HAVERES, COMO SALVAGUARDA DO DIREITO AO PATRIMÔNIO SOCIAL JUSTO	
Iara Sônia Marchioretto	
Kawany de Oliveira Souza	
Mariane Zanette	
DOI 10.22533/at.ed.9532117032	
CAPÍTULO 3	38
A EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS EM EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LISTADAS NA B3	
Aluska Ramos de Lira	
Kamilla Alves Barreto	
José Ricardo Revorêdo da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9532117033	
CAPÍTULO 4	57
ESTRATÉGIAS DE DESEMPENHO E CONEXÕES POLÍTICAS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA B3	
Kamilla Alves Barreto	
Aluska Ramos de Lira	
DOI 10.22533/at.ed.9532117034	
CAPÍTULO 5	73
ESTÁGIO CURRICULAR: AS CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS DO ESTÁGIO NA PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
Kemely Cristine Arruda Andrade	
Eliana Soares Barbosa Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9532117035	
SOBRE O ORGANIZADOR	91
ÍNDICE REMISSIVO	92

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE ENQUANTO CAMPO DE ESTUDO E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONTABILIDADE

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/12/2020

Ronan Pereira Capobiango

Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Contábeis (PPGCont)
Brasília – Distrito Federal
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
Viçosa – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/3560725953256745>

Jorge Katsumi Niyama

Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Contábeis (PPGCont)
Brasília – Distrito Federal
<http://lattes.cnpq.br/8414181237081323>

RESUMO: Este ensaio teórico tem por objetivo refletir a História da Contabilidade enquanto um campo de estudo a ser explorado em prol do desenvolvimento da Contabilidade. Dentre algumas denominações atribuídas às diversas abordagens relacionadas aos estudos da Contabilidade, considerou-se, para fins deste trabalho, as seguintes denominações: Abordagens Tradicionais e Nova História da Contabilidade. Foram apresentadas as características, relevâncias e críticas de cada uma destas abordagens, bem como, questões reflexivas acerca do “pensar” Contabilidade no universo do conhecimento. Dentre estas questões, a conscientização sobre os potenciais,

as contribuições e as limitações que cada uma das abordagens apresenta. Foram destacadas as importâncias das múltiplas formas de se posicionar frente ao objeto de estudo e à realidade, na busca de identificar e reduzir miopias na observância dos fenômenos contábeis. Para que haja esta expansão no modo de observação, a Contabilidade deve ser tratada enquanto uma realidade social, uma prática social e institucional, ou seja, uma construção humana. É neste sentido, que se defende a existência de um fértil campo de estudo a ser explorado, cujas contribuições são benéficas para a Contabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: História da Contabilidade. Abordagem Tradicional. Nova História da Contabilidade.

ACCOUNTING HISTORY AS A FIELD OF STUDY AND ITS IMPORTANCE FOR THE DEVELOPMENT OF ACCOUNTING

ABSTRACT: This theoretical essay aims to reflect the Accounting History as a field of study to be explored in favor of the development of Accounting. Among some names attributed to the various approaches related to accounting studies, the following names were considered, for the purposes of this work: Traditional Approaches and New Accounting History. The characteristics, relevance and criticisms of each of these approaches were presented, as well as reflective questions about “thinking” Accounting in the universe of knowledge. Among these issues, awareness about the potentials, contributions and limitations that each of the approaches

presents. The importance of the multiple ways of positioning one's position in front of the object of study and reality was highlighted in the search to identify and reduce myopia in the observance of accounting phenomena. In order to have this expansion in the mode of observation, Accounting must be treated as a social reality, a social and institutional practice, that is, a human construction. It is in this sense that the existence of a fertile field of study to be explored is defended, whose contributions are beneficial to accounting.

KEYWORDS: Accounting History. Traditional Approach. New Accounting History.

1 | INTRODUÇÃO

Todo fenômeno se insere em um contexto, em um determinado período do tempo, com os seus participantes e suas formas de observarem e compreenderem o mundo. Com o passar dos anos, o contexto está sujeito a alterações, bem como, o entendimento dos participantes envolvidos acerca dos fenômenos deste contexto. A história, neste sentido, assume um papel fundamental quando o interesse é o de compreender determinados fenômenos, em diversas áreas, dentre elas, a Contabilidade.

Segundo Carnegie e Napier (1996), muitos dos primeiros autores de Contabilidade recorreram às suas origens históricas para elevar os *status* de suas práticas. Os mesmos autores destacam, ainda, dentre as motivações pela História da Contabilidade, o desejo de obter uma compreensão mais profunda de como e por que a Contabilidade passa a ser envolvida em diferentes arenas.

Conforme destacado por Miller et al. (1991), há uma variedade de perspectivas teóricas aplicadas ao estudo da Contabilidade por meio de sua história: tradicionalista, antiquário, pós-modernistas, foucaultiana, historiador crítico, marxista e diversos outros rótulos. Dentre algumas denominações atribuídas as abordagens diversas e apresentadas por Fleischman e Tyson (1997), considerou-se para fins deste trabalho, as seguintes denominações: Abordagens Tradicionais e Nova História da Contabilidade.

Em cada uma destas abordagens pode-se identificar várias questões as quais estimulam a reflexão e o desenvolvimento de estudos que possibilitam melhor compreender os fenômenos da Contabilidade a partir de sua história. Este ensaio teórico, portanto, tem por objetivo analisar a História da Contabilidade enquanto um campo de estudo a ser explorado em prol do desenvolvimento de pesquisas em Contabilidade e da compreensão de seus fenômenos.

Enquanto no contexto internacional é possível identificar revistas especializadas nesta temática (*Accounting, Business and Financial History; The Accounting Historians Journal; Accounting History*), reconhecendo sua relevância para a área da Contabilidade, no Brasil, por sua vez, os poucos estudos existentes são publicados em periódicos diversos.

Portanto, um reflexo da carência de estudos pode justificar a não existência de periódicos especializados. Por outro lado, a sua existência não seria um comunicado à academia do reconhecimento desta necessidade e um estímulo para o desenvolvimento de

estudos nesta temática? Quais os interesses que têm sido prevaletidos?

Adde, Iudícibus, Ricardino Filho e Martins (2014), ao relatarem a história da Comissão das Partidas Dobradas de 1914, chamaram a atenção para o baixo volume de publicações que exploram a história da contabilidade, demonstrando ser um tema pouco explorado.

Alguns trabalhos que abordam o assunto e que foram destacados no desenvolvimento deste estudo, resultando em reflexões para a comunidade acadêmica, a saber: Lister (1984); Miller, Hopper e Laughlin (1991); Tosh (1991); Miller e Napier (1993); Carnegie e Napier (1996); Fleischman e Tyson (1997); Carnegie e Napier (2002); Carmona (2002); Walker (2005); Iudícibus, Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2011); Schmidt e Gass (2018).

Partindo do entendimento da relevância da História da Contabilidade enquanto Campo de Estudo (Previts, Parker e Coffman (1990); Gomes et al. (2011); Fowler e Keeper (2016)) e a carência de pesquisas que contemple a temática (Sayed, Cornacchione Jr, Nunes, e De Souza (2019); Araújo, Luz, Melo, Teixeira e Batista (2019)), principalmente, no âmbito nacional, tem-se as motivações para o desenvolvimento deste ensaio teórico.

Em concordância com Carmona (2017), a pesquisa da história da contabilidade oferece oportunidades tanto para o avanço do conhecimento empírico acerca do funcionamento dos sistemas contábeis, quanto para aprimorar a teorização da contabilidade. Portanto, busca-se, a partir deste estudo, somar esforços no intuito de despertar o interesse para esta temática, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento da contabilidade.

Além desta introdução, as discussões e reflexões estão estruturadas nas seguintes seções: Abordagem Tradicional (Seção 2); Nova História da Contabilidade (Seção 3); História Tradicional X Nova História: um amplo campo de estudo a ser explorado nas mais diversas perspectivas (Seção 4); Considerações Finais (Seção 5).

2 | ABORDAGEM TRADICIONAL

A partir do trabalho de Carnegie e Napier (1996) é possível identificar alguns aspectos que caracterizam a Abordagem Tradicional quanto ao entendimento desta em relação aos fenômenos contábeis, tais como:

- A história da Contabilidade tratada como uma evolução natural das tecnologias administrativas;
- Celebram o progresso e, sutilmente, denigrem o passado;
- Fornecem explicações com base na lógica econômica;
- A Contabilidade percebida como um conjunto de ideias e técnicas para colocar em prática e acompanhar os acordos celebrados via contratos;
- Observam o passado na perspectiva do presente;
- Explicações funcionalistas;

- Preocupações voltadas para a identificação das causas em vez das consequências da Contabilidade;
- Crença de que a evolução está ligada ao progresso.

Fleischman e Tyson (1997), também, destacam as seguintes características da Abordagem Tradicional: seus adeptos acreditam que os registros comerciais fornecem uma aproximação menos partidária de uma realidade objetiva (“*archival*”); os aspectos econômicos são privilegiados; alguns grupos como mulheres, pobres e analfabetos não foram ouvidos; atenção às estruturas paradigmáticas.

Para Littleton (1933), por exemplo, a Contabilidade é relativa e progressista, cujos métodos mais antigos se tornam menos eficazes e as condições circundantes, por sua vez, geram novas ideias e estimulam a criação de novos métodos que, se bem-sucedidos, começam a modificar as condições do ambiente, resultando no que se denomina de progresso.

Segundo Carnegie e Napier (1996), além do entendimento progressista de Littleton (1933), outras publicações, tais como Littleton (1966), Littleton e Yamey (1956), Solomons (1952), Stacey (1954) e Garner (1954) representaram substancialmente toda a literatura inglesa da história da Contabilidade acessível durante um período crucial (quando o ensino e a pesquisa em Contabilidade estavam se expandindo rapidamente em países como Grã-Bretanha, EUA e Austrália). Para Carnegie e Napier (1996), registra-se uma influência significativa para uma geração de historiadores da Contabilidade, representada pela *American Accounting Association’s Committee on Accounting History* (Comitê de História da Contabilidade da Associação Americana de Contabilidade), criado em 1968.

De fato, pode-se perceber que os efeitos destas influências se estenderam ao longo dos anos, com a predominância da abordagem tradicional e sua forma de observar e entender a realidade. Entretanto, se o intuito é o desenvolvimento de pesquisas que possibilitem avanços para a Contabilidade, torna-se necessário ir além do entendimento tradicional, não o abandonando ou menosprezando, mas buscando novas maneiras de visualizar esta realidade, frente a um contexto de mudanças constantes.

Lister (1984) apresentou as seguintes ponderações em relação as ideias progressistas, defendidas na Abordagem Tradicional: se a Contabilidade é percebida como um constante estado de melhoria, pesquisa sobre a história da Contabilidade certamente envolveria o estudo de métodos que fracassaram ou que foram substituídos; pesquisa esta, portanto, vista como antiquária, no sentido de estudar e coletar relíquias do passado; o histórico da Contabilidade considerado um episódio desconectado e não como um desenvolvimento coerente.

A partir das características da Abordagem Tradicional e as demais considerações descritas até o momento, é possível perceber certa limitação no processo de compreensão dos fenômenos contábeis, principalmente, quando o entendimento destes se distanciam de sua natureza social. E com este entendimento, qual a justificativa para a Contabilidade

estar inserida no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas? O seu entendimento somente por meio da lógica econômica seria o suficiente para contemplar as múltiplas dimensões de uma realidade social?

Alguns outros questionamentos para fomentar o debate: ao olhar para o passado, tendo em vista a ideia do progresso, qual o sentido de olhar para algo que já fora superado? Os registros, juntamente com os números parecem demonstrar ou descrever uma realidade objetiva, mas, e quanto aos seus preparadores e o contexto onde estes estão inseridos?

Não se retira o mérito e a importância dos esforços dos estudos tradicionais na busca de explicações, descrições de uma dada realidade, a partir de técnicas que lhe garantem certa objetividade, do ponto de vista metodológico. Entretanto, o que se discute e faz-se a refletir é considerar a Contabilidade enquanto uma realidade social, com inúmeras questões a serem investigadas e que não são respondidas adotando apenas uma única forma de observação e de explicação. O que se denominou como a Nova História da Contabilidade refere-se a uma forma alternativa de compreender a Contabilidade, conforme será tratado na próxima seção.

3 I NOVA HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

Como exposto por Adde, Iudícibus, Ricardino Filho e Martins (2014, p.323), Anthony Hopwood “é o arquiteto líder da denominada Nova história da contabilidade”. No contexto geral, por sua vez, aquele não específico da Contabilidade, a expressão “a nova história”, segundo Burke (1992, p. 10), é melhor conhecida na França (*La nouvelle histoire*) e refere-se à “história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional, aquele termo útil, embora impreciso, posto em circulação pelo historiador de ciência americano Thomas Kuhn”. As principais diferenças entre a História Tradicional e a Nova História, foram descritas no Quadro 01:

Diferenças	História Tradicional	Nova História
1	História diz respeito à política;	Toda atividade humana pode ser objeto da história;
2	Pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos;	Está mais preocupada com a análise das estruturas;
3	Oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, gerais ou eclesiásticos;	Estão preocupados com a história vista de baixo, com as opiniões das pessoas comuns e sua experiência de mudança social;
4	A história deveria ser baseada em documentos oficiais escritos;	Expõe as limitações de tipo de documento, examinando maior variedade de evidências, atribuindo menor ênfase às fontes escritas e maior relevância ao uso da história oral, iconografia e vestígios arqueológicos;

5	Preocupa-se com as ações dos indivíduos;	Considera-se relevantes movimentos coletivos e individuais;
6	A história é objetiva, e a tarefa única do historiador é acrescentar aos seus leitores os fatos.	Mostra a inevitabilidade da falta de isenção ao olhar sobre o passado.

Quadro 01 - Diferenças entre História Tradicional e a Nova História.

Fonte: Adaptado de Burke (1992) por Schmidt e Gass (2018, p. 91).

No âmbito da Contabilidade, as explicações econômicas tornam-se atraentes em decorrência do apelo cientificista ou positivista. Entretanto, os pesquisadores da Contabilidade, capacitados em interface com outras disciplinas como a Sociologia, Filosofia, Psicologia, História, dentre outras, não se sentem confortáveis com a abordagem tradicional. Assim, a abordagem da Nova História da Contabilidade se apresenta com os seguintes posicionamentos: rejeita-se a narrativa de um progresso inexorável do primitivo para o sofisticado; contempla uma diversidade de abordagens metodológicas; a Contabilidade percebida como uma prática social e que deve ser entendida no contexto em que se insere; maior a propensão de visualizar a Contabilidade como instrumento de poder e de dominação (CARNEGIE e NAPIER, 1996).

Segundo Fleischman e Tyson (1997), os adeptos a esta abordagem: tendem a questionar a objetividade de material de fonte primária (documentos), os quais podem servir ao interesse próprio daqueles que ocupam posições de poder; consideram uma variedade de contextos coexistindo com os aspectos econômicos; e buscam ampliar as vozes de grupos reprimidos.

Neste sentido, são apresentados novos questionamentos acerca do passado da Contabilidade, na expectativa de compreender seus processos de mudanças, bem como, as contribuições da Contabilidade para as mudanças societais (NAPIER, 2006). Para tanto, torna-se necessário ir para além das “matérias-primas”, dos registros em si, por exemplo, conforme destacam Previts et al. (1990) ao diferenciar a história narrativa da interpretativa. Enquanto a primeira está preocupada com a documentação do passado e com a reprodução de materiais históricos ou a cronologia dos eventos, a segunda é caracterizada por uma explicação por meio de métodos de investigação científica e o rigor a ela relacionado.

Como destacado por Carnegie e Napier (1996), o objetivo em ampliar as pesquisas do tipo *archival* é evidenciar, não apenas o que fora registrado, mas incluir, o entendimento de como os seus preparadores e aqueles que utilizavam tais registros os consideravam. Para estes mesmos autores, a Contabilidade é uma construção humana e, portanto, tornam-se cada vez mais importantes estudos que contemplem: biografias (relato da vida de uma pessoa ou de grupos); prosopografia (estudos da carreira de uma pessoa); história institucional (processos e forças subjacentes no trabalho, as relações, elaboração de regras, dentre outras caracterizações); e as pesquisas comparativas e transnacionais

(visam entender as variações nas práticas contábeis, os arranjos, as instituições e os conceitos).

No que se refere aos estudos comparados e transnacionais, em uma publicação mais recente, Carnegie e Napier (2002), reconhecendo o potencial dos estudos sobre o desenvolvimento da Contabilidade na perspectiva internacional comparativa, buscaram uma definição para abordagem do *Comparative International Accounting History* (CIAH). Além disso, os autores avaliaram o potencial das contribuições desta abordagem no processo de compreender o passado da Contabilidade e no fornecimento de informações sobre o seu presente e futuro.

Neste processo de compreender a Contabilidade no horizonte temporal, é válido o aconselhamento de Tosh (1991) em reconhecer a premissa fundamental do historicismo e dos ensinamentos de Lucien Febvre: cada época é uma manifestação única do espírito humano, com sua própria cultura e valores; para uma época compreender outra, é necessário reconhecer que a passagem do tempo alterou profundamente as condições de vida e a mentalidade de homens e mulheres; assim sendo, torna-se necessário um esforço da imaginação no sentido de abandonar os valores atuais para melhor compreender o passado.

Mesmo com as devidas atenções a estes e outros cuidados, as abordagens alternativas são alvo de críticas tanto no que se refere aos aspectos teóricos quanto aos metodológicos. Em termos metodológicos, a principal crítica para estas abordagens, segundo Major (2009), consiste na dificuldade de generalizar suas conclusões obtidas em estudos sobre organizações específicas, para outros casos e organizações. Segundo a mesma autora, parece haver uma maior preocupação na aplicação de teorias de várias áreas científicas (Filosofia, Psicologia, Sociologia, etc.) do que na explicação das práticas contábeis. Em termos teóricos, Zimmerman (2001) argumenta a existência de uma diversidade de abordagens e uma fraca acumulação de conhecimentos.

Independentemente do tipo da abordagem defendida, as críticas estarão sempre presentes e elas são importantes no sentido de trazer reflexões sobre os pontos que podem ser aperfeiçoados e/ou modificados, contribuindo, assim, para o conhecimento científico. Por outro lado, críticas que depreciam, ignoram formas alternativas de pensar a Contabilidade ou que classificam os estudos, cuja abordagem diverge daquela defendida, como sendo insignificantes, não contribuem para o desenvolvimento de uma área, pelo contrário, pode gerar o seu enfraquecimento ao transformar as discussões em uma arena de disputas de interesses entre aqueles que defendem suas próprias formas exclusivas de observar a realidade.

A melhor forma de responder tais críticas é com o desenvolvimento de estudos que apresentem maturidade no seu desenvolvimento, desde a concepção do que se pretende investigar até as últimas considerações acerca dos achados da pesquisa. Para atingir esta maturidade é necessário tempo, recursos financeiros e humanos, dedicação e um

sentimento de satisfação por parte do pesquisador em relação ao que se propõe estudar.

Neste sentido, no campo da Contabilidade, quais os principais temas que vêm sendo estudados? O que tem motivado a realização destes estudos? Os pesquisadores têm dedicado seu tempo na continuidade de seus estudos? Ou tem pesquisado nas mais diversas áreas, seus diferentes objetos de estudos, conforme o mais conveniente para um momento específico? Quais as vantagens e as desvantagens na dedicação exclusiva em uma determinada temática ou na realização de estudos abordando temas diversos por parte de um mesmo pesquisador ou equipe/grupo de pesquisa?

Se de um lado a questão de pesquisa é a responsável por conduzir o trabalho do pesquisador, por outro lado, o que têm motivado a elaboração das questões de pesquisas? São diversas possibilidades a serem investigadas e para cada uma delas haverá uma abordagem mais adequada para o que se propõe, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico. É neste sentido que, seja no âmbito da história tradicional ou no da nova história, há um amplo campo de investigação a ser explorado nas mais diversas perspectivas, conforme será discutido na próxima seção.

4 | HISTÓRIA TRADICIONAL X NOVA HISTÓRIA: UM AMPLO CAMPO DE ESTUDO A SER EXPLORADO NAS MAIS DIVERSAS PERSPECTIVAS

O artigo “*Genealogies of Calculation*” de Miller e Napier (1993) tornou-se o catalisador do debate entre historiadores tradicionais e críticos. Antes da década de 60, sustentava-se o argumento da existência da verdade histórica (fatos). Posteriormente, as linhas de demarcação entre fatos e valores deixaram de ser tão evidentes e a premissa “os fatos falam por si” deu lugar a uma maior ênfase nas interpretações dos fatos, conferindo importância e legitimidade aos paradigmas que compõem os estudos críticos e a nova história da Contabilidade (FLEISCHMAN e TYSON, 1997). Estes mesmos autores ao mesmo tempo que defendem as virtudes da pesquisa *archival*, defendem, ainda, a teoria de que os fatos não falam por si.

O que se observa é uma dependência mútua entre os historiadores tradicionais e os novos historiadores: Enquanto os novos historiadores dependem das descobertas dos arquivamentos dos tradicionalistas, estes, por sua vez, têm seus trabalhos enriquecidos com os debates conceituais dos novos historiadores. A história da Contabilidade é reforçada quando se compreende o contexto específico (mudanças) em que o objeto de pesquisa emerge e é desenvolvido (CARNEGIE e NAPIER, 1996).

Tem-se, portanto, o desenvolvimento de um corpo da literatura que descreve a Contabilidade como prática social e institucional, havendo uma conscientização quanto à importância de fatores locais, específicos do tempo, que moldam as mudanças contábeis nas instâncias particulares (POTTER, 2005).

As análises revelam que a produção e a disseminação de conhecimentos acerca

da história contábil têm tido como foco predominante os ambientes anglo-americanos e a era da modernidade (WALKER, 2005). Conforme Carmona (2002), a pesquisa em história contábil ganharia força se outros estudiosos, outros contextos e períodos fossem adicionados àqueles regularmente refletidos em periódicos internacionais. Para este autor, essa ampliação representa o desafio mais importante para os historiadores da Contabilidade nos próximos anos.

Ao analisar e criticar os estudos, um cuidado importante a ser levado em consideração é o de não querer especificar critérios que excluam certos tipos de pesquisa com base em seus protocolos metodológicos ou no período a que se referem. Também é altamente inapropriado especificar os protocolos metodológicos que carimbam uma parte específica da pesquisa como parte do novo histórico contábil (MILLER et al., 1991).

Qual a necessidade e a relevância ao se estabelecer um “rótulo” que identifique a abordagem adotada pelo pesquisador? Um pesquisador que adota uma abordagem tradicional estaria impossibilitado de praticar uma abordagem crítica, por exemplo, em seus estudos? Ou o inverso? Cada uma das abordagens existentes irá exigir do pesquisador habilidades diversas no desenvolver de seus trabalhos, as quais são aperfeiçoadas com o tempo e com os próprios trabalhos realizados. Cada um poderá se identificar mais com uma ou outra abordagem e, porque não, com ambas.

Uma questão importante frente a tais indagações é a conscientização acerca dos potenciais, das contribuições e das limitações que cada uma das abordagens apresenta. É neste sentido, que devemos reconhecer a importância das diversas formas de se fazer pesquisa, de se posicionar frente ao objeto de estudo, de observar a realidade, buscando, assim, reduzir a miopia em relação aos fenômenos contábeis.

É neste sentido, que se defende a existência de um amplo campo de estudo a ser explorado, cujas contribuições são benéficas para melhor compreensão da Contabilidade e sua atuação em um ambiente de constantes mudanças. No contexto internacional, além das revistas especializadas (*Accounting, Business and Financial History; The Accounting Historians Journal; and Accounting History*), Carnegie e Potter (2000) elencam, ainda, revistas que consideram temáticas diversas, incluindo, perspectivas que contemplam a nova história da Contabilidade: *Abacus; Accounting, Auditing and Accountability Journal; Accounting and Business Research; Accounting, Organizations and Society; The Accounting Review; Contemporary Accounting Research; Critical Perspectives on Accounting; The European Accounting Review; Journal of Management Accounting Research; and Management Accounting Research*.

No Brasil, apenas a título de ilustração, no Quadro 02 são descritos alguns autores e periódicos que trataram da abordagem histórica:

AUTORES (ANO)	ARTIGO	PERIÓDICO
SAYED, Samir; CORNACCHIONE JR., Edgard Bruno; NUNES, Tania; DE SOUZA, Marcelo Cunha. (2019)	Análise dos Estudos em História da Contabilidade em Teses e Periódicos Brasileiros (2000-2016)	ConTexto
SCHMIDT, Paulo; GASS, Júlia de M (2018)	Estudo Comparativo entre a História da Contabilidade Tradicional e a sua Nova História	Ciência & Trópico
IUDÍCIBUS, Sérgio de; RIBEIRO FILHO, José F.; LOPES, Jorge E. de G.; PEDERNEIRAS, Marcleide M. M. (2011)	Uma Reflexão sobre a Contabilidade: Caminhando por Trilhas da “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”	BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos
PELEIAS, Ivam R.; PERES DA SILVA, Glauco; SEGRETI, João B; CHIROTTO, Amanda R. (2007)	Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: Uma Análise Histórica	Revista Contabilidade & Finanças
RICARDINO FILHO, Álvaro A.; MARTINS, Gilberto de A. (2003)	O Livro Caixa da Ordem Terceira de São Francisco em Recife e São Paulo (Brasil): Séculos XVII e XVIII	Revista Contabilidade & Finanças

Quadro 02 - Abordagem Histórica em Estudos Brasileiros.

Fonte: Elaboração Própria.

Em seus estudos, por meio de pesquisas oriundas de teses de doutorado e periódicos nacionais (Qualis B2 ou superior), Sayed, Cornacchione Jr, Nunes, e De Souza (2019) identificaram trinta e seis artigos e duas teses, entre os anos de 2000 a 2016, ao efetuarem um panorama da área História da Contabilidade.

Os autores supracitados no parágrafo anterior, apresentaram os periódicos selecionados, nos quais foram encontrados os 36 artigos identificados, conforme a lista a seguir, a qual apresenta o periódico e o quantitativo de artigos entre parêntese: Revista Contabilidade & Finanças (C&F-USP/SP) (13); Contabilidade Vista & Revista (ContV&R-UFGM) (4); BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos (BASE-UNISINOS) (1); RBGN - Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN-FECAP) (1); Revista Universo Contábil (RUC-FURB) (5); RCGG - Revista Contabilidade, Gestão e Governança (RCGG-UNB) (1); CONTEXTUS - Revista Contemporânea de Economia e Gestão (CONTEXTUS-UFC) (1); REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC-CFC) (3); Revista Enfoque: Reflexão Contábil (ENFOQUE-UEM) (5); Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão (RSCG-UFRJ) (1); Revista Ambiente Contábil (RAC-UFRN) (1).

No que se refere às publicações em congressos (USP de Controladoria e Contabilidade, USP de Iniciação Científica em Contabilidade, ENANPAD, ANPCONT,

ENEPEQ), Araújo, Luz, Melo, Teixeira e Batista (2019) identificaram um total de 16 artigos que discutiram História da Contabilidade no decorrer de dez anos (2009 a 2018), ou seja, uma média inferior a dois artigos por ano, no período considerado. Segundo estes mesmos autores, este quantitativo representa apenas 0,40% do quantitativo total de artigos publicados e analisados nos dez anos de congresso.

Estes resultados ilustram a escassez de trabalhos no âmbito da História da Contabilidade enquanto campo de estudo e despertam questionamentos e reflexões sobre o “pensar” a Contabilidade. Estas reflexões não representam motivos para desacreditar ou gerar desânimo em relação às publicações, pelo contrário, demonstram que temos muito a fazer e que podemos modificar este cenário e que tudo depende de cada um de nós, estudiosos e profissionais, vamos lá?

E, para encerrar esta seção, apresentamos a sugestão de Carmona (2017) para quatro tendências de pesquisa na história da contabilidade, contemplando investigações que abordam: novos cenários e períodos de observação, negligenciados pelas pesquisas existentes; a contabilidade em nações nativas; a relação entre contabilidade e gênero; e a relação entre contabilidade e Estado.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando observada enquanto uma realidade social, a Contabilidade para ser melhor compreendida demanda de uma diversidade metodológica que seja capaz de propor caminhos alternativos a serem percorridos no intuito de melhor compreender os diversos tipos de questões que são levantadas, nos mais diversos contextos.

É neste sentido, que não se pode depreciar, reduzir ou ignorar qualquer que seja a abordagem a qual os estudiosos venham a pertencer. Do ponto de vista do conhecimento, enquanto um processo contínuo de aprendizagem, seja qual for a abordagem adotada, ela tem sua importância na alimentação deste processo. É respeitando cada uma delas, reconhecendo suas limitações e potenciais que se pode avançar no desenvolvimento das pesquisas em Contabilidade.

No lugar de uma arena de disputas ideológicas, de quem tem maior ou menor razão, sugere-se o que se espera de um ambiente acadêmico, ou seja, um espaço aberto para exposição de argumentos e reflexões sobre o “pensar” Contabilidade. Ao olharmos para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, qual análise podemos fazer em relação à prática do “pensar” Contabilidade, ela ocorre?

As reflexões e discussões sobre a história da Contabilidade (tradicional e nova história) seria um exemplo desta prática do “pensar” Contabilidade. Diante de todas as discussões apresentadas ao longo deste ensaio teórico, considerando a importância deste entendimento para o processo de compreensão da Contabilidade, quais têm sido as bases utilizadas com este propósito? Elas podem ser consideradas apropriadas?

Seja qual for a abordagem, perspectiva teórica ou metodológica, ignorar, simplificar ou alterar a história da Contabilidade gera resultados semelhantes no processo de compreensão da própria Contabilidade como um todo, ou seja, sua compreensão é, também, ignorada, simplificada ou alterada. As consequências negativas destes resultados são estendidas às demais áreas de estudos da Contabilidade, bem como, aos seus profissionais e usuários que, deixam de se beneficiar com avanços que poderiam ser conquistados a partir de melhorias no processo de compreensão da Contabilidade.

Assim, sugere-se o desenvolvimento de estudos que contemplem a História da Contabilidade enquanto um campo de investigação, a disponibilidade de periódicos especializados nesta temática, maturidade por parte dos estudiosos ao conviver em uma ambiente com múltiplas formas de se tratar e observar a realidade, entendendo que há um amplo espaço para diversas formas de se “pensar” Contabilidade e que todas elas são bem vindas tendo em vista o seu desenvolvimento, que muito tem a contribuir, assim como, as histórias a serem relatadas e que continuam a serem escritas pelas mais diversas e talentosas mãos.

REFERÊNCIAS

ADDE, T. V.; IUDÍCIBUS, S. de; RICARDINO FILHO, Álvaro A.; MARTINS, E.. A Comissão das Partidas Dobradas de 1914 e a Contabilidade Pública Brasileira. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S. l.], v. 25, n. spe, p. 321-333, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/98019>. Acesso em: 4 dez. 2020.

ARAÚJO, J. R. E. de; LUZ, J. R. de M.; MELO, L. S. A. de; TEIXEIRA, V. V. N.; BATISTA, F. F. Produção Científica em História da Contabilidade: uma Análise nos Principais Eventos na Área Contábil no Período de 2009 a 2018. **Anais...** São Paulo: XIX USP International Conference in Accounting, 2019.

BURKE, P.. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARMONA, S.. Accounting History Research and its Diffusion in an International Context. **Business Economics Series**, v. 158, n.12, p. 1–22, 2002.

CARMONA, S.. Accounting History Research: Scope, Topics and Agenda. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo, v. 28, n. 75, p. 321-25, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_erttext&pid=S1519-70772017000300321&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 dez. 2020.

CARNEGIE, G. D.; NAPIER, C. J.. Critical and interpretive histories: Insights into accounting's present and future through its past. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 9, n.3, p. 7–39, 1996.

CARNEGIE, G. D.; NAPIER, C. J.. Exploring comparative international accounting history. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n.5, p. 689–718, 2002.

CARNEGIE, G.; POTTER, B.. Publishing Patterns in Specialist Accounting History Journals in the English Language, **The Historians Accounting Journal**, v. 27, n. 2, p. 177-198, 2000.

FLEISCHMAN, R. K.; TYSON, T. N.. Archival researchers: An endangered species? **The Accounting Historians Journal**, v. 24, n. 2, p. 91–109, 1997.

FOWLER, C. J.; KEEPER, T.. Twenty years of Accounting History, 1996–2015: Evidence of the changingfaces of accounting history research. **Accounting History**, v. 21, n. 4, p. 389-418, 2016.

GOMES, D.; CARNEGIE, G. D.; NAPIER, C. J.; PARKER, L. D.; WEST, B.. Does accounting historymatter?. **Accounting History**, v. 16, n. 4, p. 389-402, 2011.

IUDÍCIBUS, S. de; RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J. E. de G.; PEDERNEIRAS, M. M. M.. Uma reflexão sobre a contabilidade: caminhando por trilhas da “teoria tradicional e teoria crítica”. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade Da Unisinos**, v. 8, n. 4, p. 274–285, 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/base/article/view/4422/1664>. Acesso em: 4 dez. 2020.

LISTER, R.. “Accounting as history”, **International Journal of Accounting**, v. 18, n. 2,p. 49-68, 1984.

LITTLETON, A.C.. **Accounting Evolution to 1900**, American Institute Publishing Co., New York, NY, 1933.

MAJOR, M. J.. Reflexão sobre a investigação em Contabilidade de Gestão, **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, v. 8, n.1, p. 43-50, 2009. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642009000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 dez. 2020.

MILLER, P.; HOPPER, T.M.; LAUGHLIN, R.C.. The New Accounting History: An Introduction. **Accounting, Organizations and Society**, v. 16, n. 5/6, p. 395-403, 1991.

MILLER, P.; NAPIER, C.J.. Genealogies of Calculation. **Accounting, Organizations and Society**, v. 18, n.7/8, p. 631-648, 1993.

NAPIER, C. J.. Accounts of change: 30 years of historical accounting research. **Accounting, Organizations and Society**, v.31, n. 4/5, p. 445–507, 2006.

PELEIAS, I. R.; PERES DA SILVA, G.; SEGRETI, J. B.; CHIROTTO, A. R.. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, s/n, p. 19–32, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a03v18sp.pdf>.. Acesso em: 4 dez. 2020.

POTTER, B. N.. Accounting as a social and institutional practice: Perspectives to enrich our understanding of accounting change. **Abacus**, v. 41, n.3, p. 265–289, 2005.

PREVITS, G.J.; PARKER, L.D.; COFFMAN, E.N.. “Accounting history: definition and relevance”, **Abacus**, v. 26, n. 1, p. 1-16, 1990.

RICARDINO FILHO, Á. A.; MARTINS, G. de A.. O Livro Caixa da Ordem Terceira de São Francisco em Recife e São Paulo (Brasil): Séculos XVII e XVIII. **Revista Contabilidade & Finanças**, s/v, n. 3, p. 78–89, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772003000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 dez. 2020.

SAYED, S.; CORNACCHIONE JR, E. B.; NUNES, T.; DE SOUZA, M. C.. Análise dos Estudos Em História da Contabilidade em Teses e Periódicos Brasileiros (2000-2016). **ConTexto**, v. 19, n. 41, p. 1–12, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/94332/pdf>. Acesso em: 4 dez. 2020.

SCHMIDT, P.; GASS, J. D. M.. Estudo Comparativo Entre a História da Contabilidade Tradicional e a Sua Nova História. **Ciência & Trópico**, v. 42, n. 2, p. 71–98, 2018.

TOSH, J.. **The Pursuit of History: Aims, Methods and New Directions in the Study of Modern History**, Longman, New York, NY, 1991.

WALKER, S. P.. Accounting in history. **Accounting Historians Journal**, v. 32, n.2, p. 233–259, 2005.

ZIMMERMAN, J.L.. Conjectures regarding empirical managerial accounting research, **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1/3, p. 411-27. 2001.

CAPÍTULO 2

A REGULAMENTAÇÃO CONTÁBIL E A TESTAGEM DOS MÉTODOS NA PERÍCIA DE APURAÇÃO DE HAVERES, COMO SALVAGUARDA DO DIREITO AO PATRIMÔNIO SOCIAL JUSTO

Data de aceite: 01/03/2021

Iara Sônia Marchioretto

<http://lattes.cnpq.br/8859529870606944>

<https://orcid.org/0000-0003-3345-8299>

Kawany de Oliveira Souza

Mariane Zanette

RESUMO: A presente pesquisa teve por principal objetivo, demonstrar a imprescindibilidade da regulamentação contábil no cotidiano social, por meio da pesquisa sobre os métodos de avaliação, aplicáveis no Brasil e no mundo, para apuração do patrimônio líquido justo, em processos judiciais e/ou extrajudiciais de dissolução total ou parcial de sociedades, demonstrando os métodos do Fluxo de Caixa Descontado e Modelo de Oslon, a fim de assegurar os direitos e garantias fundamentais do cidadão de empreender e constituir sociedades comerciais ou civis, previstos na Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XVII, bem como o direito a dissolução da sociedade, conforme o inciso XX. As metodologias aplicadas foram, em síntese, bibliográficas e documentais e retrata como funciona a perícia de apuração de haveres, na teoria e na prática. Assim, realizou-se o estudo de caso onde um sócio se retirou do quadro societário de um escritório de contabilidade e em virtude de não ter recebido o que seria seu por direito e para salvaguardar o patrimônio social justo, recorreu ao judiciário.

O juiz então deu provimento ao pedido do sócio retirante, nomeando um perito para realizar a apuração de haveres. A pesquisa documental reconstituiu os passos do perito, demonstrando o procedimento de testagem, por meio da análise as demonstrações contábeis desde a constituição da sociedade do escritório em 01/02/2017 a 31/12/2019, para então elaborar o balanço de determinação na data em que o sócio se retirou da sociedade, em conjunto com o exame do contrato social e inventário de bens. De posse de todas as informações, elaborou-se o balanço de determinação, apurando o valor da empresa valuation na data de sua saída (02/12/2019). Assim, apurado o valor do patrimônio da empresa, aplicou-se o percentual da cota parte pertencente ao sócio retirante. O relatório apresentado dos bens arrolados possuía o valor total, assim, aplicou-se a cota correspondente ao direito do sócio retirante, resultando no patrimônio líquido justo, ora corrigido para os fins de apresentação do Laudo Pericial Contábil, elemento de prova e auxílio ao juiz, na sua decisão.

PALAVRAS-CHAVE: Perícia Contábil. Apuração de Haveres. Cotidiano social. Regulamentação Contábil. Dissolução de sociedades.

ACCOUNTING REGULATION AND TESTING OF METHODS IN THE EXPERTISE OF ASSESSMENT OF LIABILITIES, AS A SAFETY OF THE RIGHT TO FAIR SOCIAL HERITAGE

ABSTRACT: The main objective of this research was to demonstrate the indispensability of accounting regulation in social daily life, through research on valuation methods, applicable in

Brazil and in the world, for determining fair net worth, in judicial and / or extrajudicial lawsuits. total or partial dissolution of companies, demonstrating the Discounted Cash Flow and Oslon Model methods, in order to ensure the fundamental rights and guarantees of the citizen to undertake and set up commercial or civil companies, provided for in the Federal Constitution, in art. 5, item XVII, as well as the right to dissolve the company, according to item XX. The methodologies applied were, in short, bibliographic and documentary and it portrays how the skill of calculating assets, in theory and in practice. Thus, a case study was carried out where a partner withdrew from the corporate structure of an accounting firm and, due to not having received what would be his by right and to safeguard the fair social patrimony, he appealed to the judiciary. The judge then granted the request of the withdrawing partner, appointing an expert to carry out the verification of assets. The documentary research reconstructed the steps of the expert, demonstrating the testing procedure, through the analysis of the financial statements since the incorporation of the firm of the firm on 02/01/2017 to 12/31/2019, to then prepare the determination balance in date on which the partner withdrew from the company, together with the examination of the social contract and inventory of assets. In possession of all the information, the determination balance was prepared, determining the value of the valuation company on the date of its departure (12/02/2019). Thus, once the company's equity value was determined, the percentage of the share held by the withdrawing partner was applied. The report presented of the listed assets had the total value, thus, the quota corresponding to the right of the withdrawing partner was applied, resulting in fair equity, now corrected for the purposes of presenting the Accounting Expert Report, evidence and assistance to the judge, in its decision.

KEYWORDS: Accounting Expertise. Calculation of assets. Social daily life. Accounting Regulation. Dissolution of companies.

1 | INTRODUÇÃO

Em uma situação de dissolução conjugal, entre sócios, em que há necessidade de partilhar bens e direitos ou o patrimônio líquido, nem sempre existirá o consenso entre as partes, resultado em litígios em decorrência da quebra do *affectio societatis* por desarmonia entre os sócios, não havendo então, outra alternativa senão, a dissolução da sociedade.

A sociedade é livremente convencionada entre pessoas e regida pelo Contrato Social, que define a natureza da sociedade limitada, o capital e a distribuição entre os participantes da sociedade, que gozam do direito ao quinhão e aos resultados gerados pela empresa, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive, até o limite do seu capital social.

A perícia contábil está ganhando cada vez mais presença entre os negócios, mostrando o quão importante é para o judiciário, pois é ele, o perito, quem ajuda o magistrado na solução do litígio, por meio da produção de provas. Através de seus conhecimentos específicos, ele realiza uma análise detalhada dos documentos referente ao caso, podendo, se for necessário, solicitar para as partes documentos complementares, por meio dos procedimentos periciais.

Mas não é só o magistrado que nomeia um perito para a solução do objeto da lide,

as partes também poderão indicar um Perito-Contador, e apresentar um parecer técnico, bem como, formular quesitos para serem respondidos. Além disso, se o perito do juízo necessitar de informações, poderá requisitar diretamente ao perito assistente.

Na pesquisa a ser apresentada, aplicou-se um caso concreto, de dissolução societária, do escritório de contabilidade, Fictício Serviços Contábeis, com data de abertura em 01/02/2017, onde possui 3 (três) sócios, e resolvem entre si, no dia 02/12/2019, que J.C.S. Só, não mais faria parte da sociedade.

A pergunta norteadora da pesquisa da pesquisa foi: Qual o valor da cota parte pertencente ao sócio retirante J.C.S. Só?

Para atingir o principal objetivo, foi necessário traçar determinados objetivos específicos como: i. analisar o contrato social para que pudesse identificar a cota parte de cada sócio, ii. Analisar as demonstrações contábeis apresentadas no processo, e iii. o inventário do escritório.

Assim, de posse das demonstrações e informações, primeiramente, analisou-se o contrato social, no intuito de identificar a cota parte a que pertencia a cada sócio, que no presente foi 1/3, ou 33,33%.

Posteriormente, analisou-se as demonstrações contábeis que foram disponibilizadas no processo, sendo elas o Balanço Patrimonial e DRE (demonstração do resultado do exercício), no período entre 01/02/2017 a 31/12/2019.

Assim, com base nas informações constantes das demonstrações, elaborou-se o balanço de determinação, apurando o valor da empresa na data da saída do sócio (02/12/2019).

De posse do valor da empresa, aplicou-se o percentual da cota parte a que pertencia, ou seja, 33,33%.

Posteriormente, analisou-se o relatório dos bens arrolados, no qual possuía o valor total dos itens, e assim, aplicou-se o percentual da cota parte.

Finalmente, com os valores apurados no decorrer do laudo pericial, realizou-se a atualização para a data atual do laudo, aplicando correção monetária e juros.

2 | O COTIDIANO SOCIAL E A IMPRESCINDIBILIDADE DA REGULAMENTAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL E A SUA CONTRIBUIÇÃO AO JUDICIÁRIO NA APURAÇÃO DE HAVERES EM UMA DISSOLUÇÃO LITIGIOSA

Perícia advém do latim *peritia*, que se traduz em um conhecimento adquirido pela expertise, habilidade, talento.

A perícia contábil é conceituada pela Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TP N° 1 (R1), de 19 de março de 2020, como:

o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio ou constatação de fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial

contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais e com a legislação específica no que for pertinente.

Para Lopes de Sá (2011), Perícia é a necessidade de se conhecer uma opinião de especialista em Contabilidade sobre uma realidade patrimonial, em qualquer tempo, em qualquer espaço, qualitativa e quantitativamente, em causas e efeitos; e o exame do especialista sobre o que se deseja conhecer como opinião.

Segundo D’Aurea et.al. (1953) citado por Crepaldi (2019), a perícia é o testemunho de uma ou mais pessoas técnicas, no sentido de fazer conhecer um fato cuja existência não pode ser acertada ou juridicamente apresentada, senão apoiada em especiais conhecimentos científicos ou técnicos. Para Ornellas (2011) citado por Schafer (2016) quando se coloca: “a perícia contábil inscreve-se num dos gêneros de prova pericial, ou seja, é uma das provas técnicas à disposição das pessoas naturais ou jurídicas, e funciona como meio de prova de determinados fatos ou de questões patrimoniais controvertidas”

A perícia contábil é bastante relevante, abrangendo diversas áreas, tais como cível, contábil, trabalhista, tributária e criminal. (Crepaldi, 2019; Mello, 2016; Zappa Hoog, 2016). Além disso, o profissional deverá realizar sua função com ética e profissionalismo, alinhando-se aos procedimentos da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica da Perícia, a NBC TP 01.

Importante destacar que, a competência para atuar como perito contador é única e exclusivamente do contador, devidamente registrado, conforme anteriormente supramencionado.

O art. 25 do Decreto-Lei, 9.295/46, considera os trabalhos técnicos de contabilidade:

- a) organização e execução de serviços de contabilidade em geral;
- b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações;
- c) perícias judiciais ou extra-judiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extra-judiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade.

A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Perícia, (R1) considera “leigo ou profissional não habilitado para a elaboração de trabalhos periciais contábeis qualquer profissional que não seja contador habilitado perante Conselho Regional de Contabilidade”.

Em complemento ao exercício ilegal da profissão, tem-se a previsão no art. 15 do Decreto-Lei, 9.295/46:

Os indivíduos, firmas, sociedades, associações, companhias e empresas em geral, e suas filiais que exerçam ou explorem, sob qualquer forma, serviços

técnicos contábeis, ou a seu cargo tiverem alguma seção que a tal se destine, somente poderão executar os respectivos serviços, depois de provarem, perante os Conselhos de Contabilidade que os encarregados da parte técnica são exclusivamente profissionais habilitados e registrados na forma da lei.

A penalidade ético-disciplinar, corresponde, sem prejuízo a outras sanções aplicáveis, a “multa de 1 (uma) a 10 (dez) vezes aos profissionais e de 2 (duas) a 20 (vinte) vezes o valor da anuidade do exercício em curso às empresas ou a quaisquer organizações contábeis” (art. 27, “b”)

É bastante comum, perito contador necessitar de conhecimentos técnicos de outros profissionais, como por exemplo, economistas e administradores, entretanto, vale ressaltar que, a responsabilidade é de ambos. A não ser que, o Perito Contador, nomeado, tenha em sua equipe peritos de outras especialidades, nesse caso, a responsabilidade é intransferível. (NBC PP 01)

No Brasil e Exterior, a perícia contábil está em plena expansão, ganhando cada vez mais visibilidade, além de ser uma área ampla e fértil para os negócios, pois o profissional poderá atender diversas áreas de seu conhecimento, como no caso de avaliar uma empresa. Sá (2011, apud, Schaefer et. al.)

O perito pode se cadastrar nos Tribunais de Justiça estaduais, federais, do trabalho, de forma que apresente um currículo atualizado e podem ser contratados pelos escritórios de advocacia. O Perito Contador, após aprovação no Exame de Qualificação Técnica poderá ser cadastrado pelo Cadastro Nacional de Peritos Contábeis – CNPC, criado de acordo com a exigência legal estabelecida no Código Civil (2002), pelo qual o Conselho Federal de Contabilidade – CFC administra o cadastro, que é público, de modo a permitir a consulta pública pela sociedade e pelos magistrados. O perito contador, cumpre anualmente, com 40 pontos no Programa de Educação Profissional Continuada – PEPC, assegurando que estejam em constante atualização e preparados para atender aos trabalhos periciais, os quais serão requisitados pelo judiciário ou contratado pelas partes. (Marchioretto, 2019; et.al., CFC, 2020).

O judiciário tem necessidade do perito, porque o perito é um auxiliar da justiça, seja ele perito do juízo, ou perito das partes, para elucidação dos fatos de sua sentença. Enquanto nomeado pelo juiz, em seu Laudo Pericial, goza de fé pública:

Conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, Ministro Menezes Direito:

APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. TESTE PSICOLÓGICO. AVALIAÇÃO PREVISTA NO EDITAL E QUE ENCONTRA RESPALDO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. POSSIBILIDADE DE SUA EXIGÊNCIA. PRECEDENTE JURISPRUDENCIAL DO COLENO STJ. LAUDO PERICIAL. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E IDONEIDADE. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O exame psicológico para o ingresso nos quadros da Polícia Militar é exigência adequada à função a se desempenhar, ancorada na legislação estadual e no próprio edital que, não impugnado, presume-se a aceitação de suas disposições pelos participantes. 2. Consoante a correta

exegese, o laudo pericial firmado por perito nomeado pelo Juízo goza de fé pública, de modo que suas avaliações gozam de plena presunção de veracidade e idoneidade. 3. Nega-se provimento ao recurso.

Por isso, ao apresentar o trabalho técnico, o perito subsidiará o magistrado na tomada de decisão, elucidação dos fatos e apresentar o laudo pericial, com as provas e respostas aos quesitos.

Assim, o fato que não está ao alcance do juízo, este o nomeará, por estar apto e competente para elaborar o trabalho, e assim, através de sua conclusão, subsidiar na solução do litígio. O litígio, nada mais é do que uma pendência em juízo, derivada da divergência entre pessoas (Youssef, 2008) estabelecido por meio da contestação da demanda (solicitação).

Segundo a NBC TP 01, Existe os tipos de perícias judiciais e as extrajudiciais. A perícia judicial ocorre quando o juiz nomeia o perito, que por sua vez, se não estiver sob suspeição ou impedimento, poderá aceitar a perícia, apresentando a carta de aceite e a proposta de honorários. Já a perícia extrajudicial é contratada para atender uma ou ambas as partes, de acordo com seus interesses, bem como, auxiliar o magistrado.

Para Crepaldi, 2019 são vastos os campos da perícia, nas varas cíveis, criminais, de família, de sucessões, na justiça do trabalho, nas Varas de Falência e de Recuperações. Enquanto nas esferas extrajudiciais, conta-se com transformações de sociedades, fusões, cisões e incorporações, arbitramento, avaliações, entre outros.

“Presume-se que todo erro é involuntário” (Crepaldi, 2019 p. 72) No entanto, quando é intencional, qualifica-se como fraude, adulteração, infração ou simulação. Para a realização dos trabalhos periciais, a técnica de perícia, momento da realização da perícia, o profissional deverá seguir os seguintes procedimentos:

Com o advento da NBC TP 01 (R1), em 2020, os procedimentos de perícia, receberam mais um elemento, a “testabilidade” que é verificação dos elementos probantes juntados aos autos e o confronto com as premissas estabelecidas. Dessa maneira, são 9 (nove) os procedimentos de perícia atualmente admitidos pela norma:

- (a)exame é a análise de livros, registros de transações e documentos;
- (b)vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial;
- (c)indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia;
- (d)investigação é a pesquisa que busca constatar o que está oculto por quaisquer circunstâncias;
- (e)arbitramento é a determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico;
- (f)mensuração é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações;

(g)avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas;

(h)certificação é o ato de atestar a informação obtida na formação da prova pericial;

(i)testabilidade é a verificação dos elementos probantes juntados aos autos e o confronto com as premissas estabelecidas.

O laudo executado pelo perito deverá ser objetivo, preciso, claro, fiel, conciso, confiável e satisfatório. E deve respeitar a estrutura:

(a)identificação do processo ou do procedimento, das partes, dos procuradores e dos assistentes técnicos;

(b)síntese do objeto da perícia;

(c)resumo dos autos;

(d)análise técnica e/ou científica realizada pelo perito;

(e)método científico adotado para os trabalhos periciais, demonstrando as fontes doutrinárias deste e suas etapas;

(f)relato das diligências realizadas;

(g)transcrição dos quesitos e suas respectivas respostas conclusivas para o laudo pericial contábil;

(h)conclusão;

(i)termo de encerramento, constando a relação de anexos e apêndices;

(j)assinatura do perito: deve constar sua categoria profissional de contador, seu número de registro em Conselho Regional de Contabilidade e, se houver, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC), e sua função: se laudo, perito nomeado e se parecer, assistente técnico da parte. É permitida a utilização da certificação digital, em consonância com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil;

(k)para elaboração de parecer, aplicam-se o disposto nas alíneas acima, no que couber.

NBC TP 01 (R1), item 53.

Segundo Crepaldi (2019), o perito contador deverá seguir a seguinte responsabilidade:

A responsabilidade profissional do perito-contador e do perito-contador assistente na realização dos trabalhos periciais compreende:

a) cumprir os prazos fixados pelo juiz em perícia judicial e nos termos contratados em perícia extrajudicial e arbitral;

b) assumir a responsabilidade pessoal por todas as informações fornecidas, quesitos respondidos, procedimentos adotados, diligências realizadas, valores apurados e conclusões apresentadas no Laudo Pericial Contábil e no Parecer Pericial Contábil;

c) prestar os esclarecimentos determinados pelo juiz, respeitados os prazos

legais;

d) prestar os esclarecimentos necessários de forma oportuna, respeitando o contrato e o objeto da perícia quando se tratar de perícia extrajudicial, bem como as normas do juízo arbitral.

A NBC TP 01 (R1) (2020), prevê as responsabilidades do perito: i. A execução da perícia, quando incluir a utilização de equipe técnica, deve ser realizada sob a orientação e supervisão do perito, que assume a responsabilidade pelos trabalhos; e ii. Quando se tratar de laudo pericial contábil, assinado em conjunto pelos peritos, há responsabilidade solidária sobre o referido documento.

Acrescentam-se as responsabilidades da pessoa do perito, que segundo a NBC PP 01 (R1) de 19 de março de 2020, estabelece que “O termo “responsabilidade” refere-se à obrigação do perito em respeitar os princípios da ética e do direito, atuando com lealdade, idoneidade e honestidade no desempenho de suas atividades, sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por seus atos.”

De modo, que arcará com os prejuízos e danos que causar a ele e a terceiros. E pelo Código de ética do profissional contador, é ainda, responsável pelos trabalhos que executar, sendo vedado a qualquer profissional, “assinar por um trabalho que não realizou e/ou citar como de sua autoria, trabalhos que não tenha executado”. (Marchioretto, 2019), sendo ainda, vedado facilitar a outrem, o exercício ilegal da profissão.

Diante disso, o Código de Ética da Profissão Contábil, apud Marchioretto (2019) apresenta ainda a vedação: “prejudicar, culposa ou dolosamente, interesse confiado a sua responsabilidade profissional”. Por isso, “o perito deve conhecer as responsabilidades sociais, éticas, profissionais e legais às quais está sujeito no momento em que aceita o encargo para a execução de perícias contábeis judiciais e extrajudiciais, inclusive arbitral.”

Por fim, a Norma Brasileira de Contabilidade, profissional do Perito – NBC PP 01 (R1) propugna pelas responsabilidades civis e penais, sobre os trabalhos que confiaram o juízo e as partes: i. A legislação civil determina responsabilidades e penalidades para o profissional que exerce a função de perito, as quais consistem em multa, indenização e inabilitação. ii. A legislação penal estabelece penas de multa e reclusão para os profissionais que exercem a atividade pericial que descumprirem as normas legais.

De acordo com o artigo 981 do Código Civil (2002), a sociedade empresária é caracterizada pela celebração de um “contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados”.

Já a dissolução societária, está prevista no artigo 1.033 do Código Civil (2002), conforme abaixo transcrito:

A dissolução societária está prevista no Código Civil, a partir do seu art. 1.033, que vem mencionando as possibilidades do fechamento da sociedade empresarial ou da separação da sociedade, por conveniência ou falecimento.

Existem duas formas de dissolução societária, um por via extrajudicial e a outra judicial.

De acordo com o artigo 1.033 do Código Civil, o ato da dissolução ocorre pelo vencimento de prazo, acordo entre os sócios, tomada de decisão unânime entre os sócios e a extinção da sociedade, conforme discorre abaixo:

Art. 1.033. Dissolve-se a sociedade quando ocorrer:

I - o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado;

II - o consenso unânime dos sócios;

III - a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado;

IV - a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias;

V - a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar.

As causas de apuração de haveres podem dar-se em razão de sócio, morte do cônjuge, dissolução de sociedade, em suma nos casos em que se torna necessários apurar os direitos de alguém em uma massa patrimonial. Também se dá quando um sócio se retira ou é retirado da sociedade e tem outros direitos decorrentes de operações financeiras ainda não contabilizadas, e bens registrados ao valor de custo, amortizados, que não representam a realidade do mercado, que precisam ser avaliados, entre outros.

Uma sociedade é criada quando existe o *affectio societatis* que “é a representação da intenção dos sócios de contraírem sociedade entre si, o que se dá pela constituição da empresa em comum, e em consequência pelo contrato social entabulado e demais atos próprios da constituição da sociedade empresarial”. (Santos, 2020). Para Tokars (2007), citado por Santos (2020) “é elemento subjetivo das relações societárias não sendo requisito legal (art. 981 do CC/02) para constituição da sociedade, pelo que, ainda que os sócios entrem em controvérsia e desentendimentos entre si, a viabilidade e a manutenção da atividade empresarial deve ser priorizada”.

Conforme os autores, a perda da afetividade e harmonização entre os sócios, poderia motivar a dissolução da sociedade, intencional por votação, considerando a maioria da participação societária e havendo desentendimentos, uma ação judicial pode decidir sobre a dissolução da sociedade.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE. CONFIGURAÇÃO DA PERDA DA AFFECTIO SOCIETATIS. DESNECESSIDADE DE APURAÇÃO DE FALTA GRAVE PARA EXCLUSÃO DE SÓCIO. APURAÇÃO DE HAVERES. LIQUIDAÇÃO QUE DEVE SER FEITA POR ARBITRAMENTO NOS TERMOS DO ART. 475-C, DO CPC. (...) O dissenso grave e o consequente desaparecimento da *affectio societatis* entre sócios de uma sociedade

comercial, autoriza a sua dissolução parcial, com a retirada de um deles. A caracterização da quebra da *affectio societatis* induz à dissolução parcial da sociedade, sendo desnecessária a apuração de falta grave para tal fim". (TJSC. Apelação Cível nº 679015. Relator: Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein, Terceira Câmara de Direito Comercial, Julgamento: 12-5-10).

Entretanto, por ser a empresa fonte de geração de empregos, renda e importante para o desenvolvimento social e econômico, tem-se por prioridade a sua manutenção, e se apresenta o julgado, quanto a dissolução parcial:

CIVIL E COMERCIAL. RECURSO ESPECIAL. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE. EXCLUSÃO DE SÓCIO. QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS. INSUFICIÊNCIA.

(...) 5. Para exclusão judicial de sócio, não basta a alegação de quebra da *affectio societatis*, mas a demonstração de justa causa, ou seja, dos motivos que ocasionaram essa quebra. STJ – REsp 1.129.222-PR, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 28/06/2011. (g.n.)

E visando salvaguardar o direito e as garantias fundamentais da livre associação e ao mesmo tempo, da dissolução, previstas na Carta Magna, de 1988, em seu artigo 5º, incisos XVII e XX, resguardando o patrimônio líquido justo, para apoiar o magistrado, na decisão da lide, nomeia o perito para elaborar e apresentar os elementos de prova, por meio do Laudo Pericial.

A avaliação, nada mais é do que, auferir a quota societária, do qual, é de direito do sócio retirante, em outras palavras, o reembolso de sua participação dentro da sociedade a qual fez parte. Para que ocorra uma avaliação justa, o perito irá realizar análise minuciosa de toda a empresa, incluindo as demonstrações contábeis, previstas no art. 176 da Lei 6.404/76: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado do exercício; c) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados; d) Demonstração dos Fluxos de Caixa e se for Sociedade Anônima, é exigida a Demonstração do Valor Adicionado.

Uma boa prática na perícia de apuração de haveres, por meio dos procedimentos periciais, em especial, o exame e a testagem, é a análise das notas explicativas, as quais complementam as demonstrações, além da possibilidade de requisição das partes, de outros quadros ou demonstrações contábeis “necessários para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício” (§ 4º do art. 176 da Lei 6.404/76). E, com a alteração da Lei das Sociedades Anônimas, pela Lei 11.941/2009, tornou-se obrigatório, conteúdo mínimo que devem conter, as notas explicativas:

§ 5º As notas explicativas devem: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas

no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

IV – indicar: (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único); (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º); (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

f) o número, espécies e classes das ações do capital social; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º); e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

Na perícia de avaliação de empresas, cabe ao Perito, verificar a parte que cabe ao sócio, seja ele retirante da sociedade. Normalmente, é realizado um balanço de determinação, no qual seus ativos e passivos devem ser avaliados e mensurados pelo valor justo (valor de liquidação), e em alguns processos, pode até ser apurado o *goodwill*. Cabe ressaltar, que a avaliação não demanda necessariamente de uma sentença judicial, o perito pode ser contratado para fazer o parecer técnico contábil, contratado pelas partes, em um litígio extrajudicial.

31 OS MODELOS DE AVALIAÇÃO DE EMPRESAS NA APURAÇÃO DE HAVERES E A IMPORTÂNCIA DA TESTAGEM

Os métodos de avaliação de empresas *valuation* reconhecidos por Cavalcanti e Vilella (2020), são os métodos do Fluxo de Caixa Descontado e Múltiplos de Mercado:

O Fluxo de Caixa Descontado, “é determinado pela soma do patrimônio líquido da empresa com o seu valor presente líquido (VPL). O VPL representa a estimativa para o caixa futuro da empresa.”

Operacionalmente falando, o Fluxo de Caixa Descontado, traz a valor presente, o valor futuro do caixa e soma com o patrimônio líquido que a empresa possui no momento da avaliação, no caso, na data do encerramento da sociedade. “Dessa forma, incorpora-se à avaliação o potencial de valor da empresa no futuro. O FCD é o método de *valuation* mais tradicional e robusto. Também é o método recomendado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).” (Cavalcanti e Vilella, 2020).

Para Galdi et.al. (2008), “A partir do conceito do FCF, pode-se calcular o fluxo de caixa livre para a firma (FCFF) e, conseqüentemente, o valor do patrimônio líquido no conceito da firma. Os fluxos de caixa livres para a firma são a soma dos fluxos de caixa para todos os detentores de direito da empresa.”

Para o autor, “a partir do fluxo de caixa futuro descontado pelo custo médio ponderado de capital (WACC), – esse seria o fluxo de caixa livre para a firma e do somatório dos valores de mercado dos ativos e passivos financeiros na data da avaliação, se dá o valor do patrimônio líquido.”

Fórmula:

$$VE_F = \sum_{t=1}^{\infty} \frac{FCF_t}{(1 + WACC)^t} - D \quad (1)$$

Sendo:

VE_f, o valor do patrimônio líquido no conceito da firma;

FCF_t é o montante do fluxo de caixa livre no período t;

WACC é o custo médio ponderado de capital;

D representa o somatório dos valores de mercado dos ativos e passivos financeiros na data da avaliação.

Outro modelo, utilizado para avaliação de empresas, é o Método Múltiplos de Mercado. Nesse método, o valor da empresa é determinado, por benchmarking com outra empresa semelhante. Para utilizar um exemplo do dia-a-dia, seria como estimar o preço de uma concessionária de energia elétrica, comparando a sua estrutura empresarial (clientes, faturamento, funcionários e custos) com outra empresa do mesmo segmento e forma de direito (público ou privado). Este método é útil, nos trabalhos de perícia de apuração de haveres, quando as informações sobre a contabilidade gerencial e os fluxos de caixa e orçamentos não são públicos. Galdi et.al. considera que, “apesar de menos robusta que o Fluxo de Caixa Descontado, a análise por múltiplos tem maior potencial de convencer acionistas e fundos de *private equity*.”

Modelo de OSLON:

Esse modelo define o valor de uma empresa como sendo o somatório do valor contábil do patrimônio líquido, com o valor presente dos lucros residuais esperados. (Galdi, et.al. 2008).

A premissa essencial desse método é o conceito de clean surplus que impõe que todas as transações que, com exceção das transações com os acionistas, que modificam o patrimônio líquido da companhia, sejam escrituradas e transacionadas pelas contas de resultado.

Fórmula:

$$p_t = y_t + \sum_{\tau=1}^{\infty} R^{-\tau} E_t [x_{t+\tau} - r y_{t+\tau-1}] = y_t + \sum_{\tau=1}^{\infty} R^{-\tau} E_t [x_{t+\tau}^a] \quad (2)$$

Onde:

P_t é o Valor da Firma no período t ;

y_t é o Patrimônio Líquido (PL) no período t ;

$x_{t+\tau}$ é o Lucro residual no período $t+\tau$;

K_e equivale à taxa de retorno requerida ou custo do capital próprio;

R é igual a $1 + K_e$

De acordo com Galdi et.al. (2008) “O resultado desse modelo mostra que o valor da firma é composto pelo valor contábil de seu patrimônio líquido mais o valor presente de todos os seus lucros anormais (acima da remuneração exigida pelos acionistas) futuros.”

O resultado apresentado pelo Modelo de Oslon, conjuga a teoria contábil com a teoria das finanças, resolvendo conflitos e lides nos modelos periciais, uma vez que a contabilidade registra os fatos ocorridos e demonstra os resultados e as aplicações dos recursos e destinação dos lucros. Já o modelo, evidencia os aspectos de valores agregados ao negócio, que seriam apurados somente, quando da alienação ou venda da empresa. A moderna Teoria de Finanças, aplicada ao modelo de avaliação de empresas “valuation” significa o que há de contemporâneo entre os negócios jurídicos existentes a relações entre acionistas, no momento da dissolução amigável ou litigiosa.

“Essa relação traz para a Contabilidade uma importância grande na avaliação de organizações. Esse novo papel da Contabilidade não está baseado em considerações normativas, mas em uma dedução analítica lógica dentro do mainstream da teoria de finanças.”

Tal afirmação, corrobora para a compreensão da Contabilidade como Ciência e da Contabilidade Gerencial, como essencial para a continuidade das organizações e como elementos complementares que apoiam o processo de exame e testagem, na perícia contábil.

No Brasil, são utilizados, principalmente em pequenos negócios, os métodos de

avaliação patrimonial, mais simples, dada a problemática da ausência de elementos de controles mais aprimorados, necessários aos modelos de Oslon e FCD. a) liquidação, que se baseia-se na venda dos bens disposto no Balanço Patrimonial, descontando as obrigações e valorando a carteira de clientes. E b) Avaliação de Mercado: baseia-se pelo valor da empresa, ou do seu patrimônio a valor de mercado em uma negociação não forçada.

A metodologia mais utilizada para fazer a análise da avaliação de empresa nesse cenário é o fluxo de caixa descontado, mas isso depende da empresa e o que será objeto da análise.

Importante lembrar que, a análise não é realizada somente com olhar dentro da empresa, deve-se considerar o em torno, analisar seu ambiente macroeconômico e sua forma qualitativa.

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Apuração de haveres e a importância da regulamentação contábil e da testagem dos métodos na perícia de apuração de haveres, no cotidiano social

Os procedimentos metodológicos aplicados no caso a seguir, foram aplicados pela autora, em obediência aos preceitos teóricos, mencionados nos tópicos anteriores, adequando a realidade dos fatos, para que ao final, o resultado obtido no intuito de atender ao judiciário na questão do litígio.

Por meio da leitura do processo, compreende-se que J.C.S. era sócio/proprietário da empresa “Soluções em Consultoria”, conjuntamente com o segundo requerido Sr. F.R. e O.J., desde 01/02/2017. Em meados de fevereiro do ano de 2019, começou o desentendimento entre os sócios, devido à ausência de J.C.S. em virtude de problemas pessoais, resultou em perda de alguns clientes, nos quais, possuíam honorários consideráveis.

Diante de tais fatos, os sócios se reuniram no dia 02/12/2019, e decidiram em comum acordo que J.C.S. não mais faria parte da sociedade (documento assinado de ciência da saída do sócio juntado nos autos). Em meio a tentativas infrutíferas de receber a cota parte na sociedade pertencente por direito, J.C.S. então adentrou com Ação de Dissolução Parcial de Sociedade Empresária, pleiteando pela apuração de haveres.

Posteriormente, foi proferida a sentença em favor de J.C.S., resultando na nomeação de um perito de confiança do magistrado, para a elaboração da prova pericial.

4.1.1 Constituição da empresa

O escritório Soluções em Consultoria Ltda, pessoa jurídica de direito privado, registrada na junta comercial em 01/02/2017, com início das atividades na mesma data, por prazo indeterminado e um total de capital equivalente a R\$30.000,00, distribuídos entre os sócios da seguinte forma:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR
F.R.	10.000	R\$ 10.000,00
J.C.S.	10.000	R\$ 10.000,00
O.J.	10.000	R\$ 10.000,00
TOTAL:	30.000	R\$ 30.000,00

Quadro 1: Distribuição Societária:

Fonte: Contrato Social.

Tem-se então que cada sócio possuía 33,33% (trinta e três, trinta e três por cento) das cotas da sociedade.

Conforme documento de ciência da saída de J.C.S. e informações trazidas aos autos, efetivou-se no dia 02/12/2019, em comum acordo.

Ficou acordado ainda que, os sócios requeridos iriam apurar o valor a que seria dele por direito e retornariam, no entanto, segundo o requerente, ninguém entrou em contato e não vendo outra saída, resolveu recorrer para o meio judicial.

Foram juntados aos autos do processo, as seguintes documentações: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), contrato social e inventário.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia a posição patrimonial e financeira da empresa, devendo as contas serem agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação da entidade.

De posse da demonstração contábil dos anos de 2017 a 2019, realiza-se uma análise horizontal, no intuito de verificar se os valores aumentaram ou diminuíram ao longo dos anos, permitindo averiguar a situação patrimonial da empresa.

Destaca-se que, as análises realizadas restringem-se as documentações disponibilizadas, ou seja, as variações ocorridas e registradas nas contas do Balanço Patrimonial, de forma a expor os percentuais representativos do ativo (direitos) e passivo (deveres do escritório).

Assim, conforme exposto no quadro resumo, no intuito de demonstrar as evoluções entre 01/02/2017 a 31/12/2019, ocorridas no escritório Fictício Serviços Contábeis Ltda:

BALANÇO PATRIMONIAL		
DESCRIÇÃO	2017/2018	2018/2019
ATIVO CIRCULANTE	aumento de 58,02%	aumento de 81,36%
Caixa	aumento de 9,99%	aumento de 66,11%
Banco	aumento de 97,41%	aumento de 92,95%
Clientes a receber	não houve variação	não houve variação
ATIVO NÃO CIRCULANTE	redução de 18,89%	redução de 21,35%
IMOBILIZADO	redução de 18,89%	redução de 21,35%
Móveis e utensílios	não houve variação	não houve variação
Máquinas e equipamentos	não houve variação	não houve variação
Depreciação acumulada	aumento de 109,09%	aumento de 47,83%
DESCRIÇÃO	2017/2018	2018/2019
PASSIVO CIRCULANTE	aumento de 44,16%	aumento de 37,56%
Aluguéis a pagar	aumento de 27,27%	aumento de 14,29%
Software a pagar	aumento de 39,64%	aumento de 6,25%
Impostos a pagar	aumento de 63,30%	aumento de 85,89%
Energia elétrica	aumento de 22,73%	aumento de 11,11%
Água	aumento de 50%	aumento de 9,09%
Internet	aumento de 22,73%	aumento de 11,11%
Telefone	aumento de 9,09%	não houve variação
Pro labore	aumento de 45,45%	aumento de 37,50%
Inss	aumento de 45,45%	aumento de 37,50%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	aumento de 48,30%	aumento de 139,03%
Capital Social	não houve variação	não houve variação
Lucro do Exercício	aumento de 218,82%	aumento de 292,99%

Quadro 2: Balanço Patrimonial

Fonte: Empresa pesquisada. Elaborado pelo autor.

Diante do quadro resumo, realizou-se algumas ponderações acerca dos dados obtidos:

Observou-se que, a empresa em apenas 3 anos de funcionamento, conseguiu atingir grandes resultados, principalmente entre os anos de 2017 para 2018. Além disso, o valor do banco e caixa da empresa também teve um aumento considerável.

Ocorreu aumentos nas despesas da empresa, o que é normal, visto que anualmente ocorre reajustes como água, internet, telefone, entre outras despesas. Ressalta-se a retirada do pro labore entre os sócios, que houve aumento durante os anos, consequência de nova captação de clientes, bem como, lucro para os exercícios.

Diante dessa análise é possível ver que o escritório, com o passar dos anos, consegue apurar um lucro, mesmo depois de deduzir todas as despesas.

A Demonstração do Resultado Exercício (DRE) é uma demonstração contábil cujo objetivo é detalhar a formação do resultado líquido de um exercício em confronto com as receitas, custos e despesas de uma entidade, apuradas segundo o princípio contábil do regime de competência.

Para uma melhor análise, elabora-se uma nova planilha (Anexo II), no intuito de avistar os pormenores de todos os dados, tais como, receita, despesas, entre outras, escriturados na DRE.

Analisando as DRE's, no período em que J.C.S. atuou como sócio proprietário, mais precisamente entre 01/02/2017 a 31/12/2019, observou-se que o Resultado Operacional Bruto foi POSITIVO.

Tal premissa sinaliza que, a parte operacional do escritório tinha baixa despesas, e por consequência, gerou um resultado (lucro) satisfatório, conforme destacado no Quadro 3 – DRE.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
DESCRIÇÃO	2017	2018	2019
RECEITAS	R\$ 88.550,00	R\$ 144.600,00	R\$ 268.800,00
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$ 88.550,00	R\$ 144.600,00	R\$ 268.800,00
DEDUÇÕES	-R\$ 5.313,00	-R\$ 8.676,00	-R\$ 16.128,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ 83.237,00	R\$ 135.924,00	R\$ 252.672,00
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	R\$ 83.237,00	R\$ 135.924,00	R\$ 252.672,00
DESPESAS OPERACIONAIS	-R\$ 25.240,42	-R\$ 36.835,42	-R\$ 47.215,83
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IR E CSLL	R\$ 57.996,58	R\$ 99.088,58	R\$ 205.456,17
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	R\$ 57.996,58	R\$ 99.088,58	R\$ 205.456,17
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 8.496,58	R\$ 27.088,58	R\$ 106.456,17

Quadro 3: DRE

Fonte: Empresa pesquisada. Elaborado pelo autor.

Para a apuração dos haveres, aplica-se o método de avaliação por liquidação que, conforme o site Valore Brasil (2020) tem a seguinte definição:

Avaliação por Liquidação: considera a venda de todos os bens listados no balanço, como imóveis, máquinas e equipamentos. A partir disso, soma-se o dinheiro disponível obtendo-se um resultado, do qual desconta-se todas as dívidas para obter o valor da empresa. Este método é simples de se calcular, porém, limita-se aos imobilizados e não considera outras informações como, por exemplo, a carteira atual de clientes da empresa.

Assim, procede-se a análise do balanço patrimonial do exercício de 2019, para subsidiar a elaboração do balanço de determinação na data de 02/12/2019, data do

afastamento do sócio J.C.S.

BALANÇO PATRIMONIAL X BALANÇO DE DETERMINAÇÃO		
DESCRIÇÃO	31/12/2019	02/12/2019
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 276.850,00	R\$ 254.450,00
Caixa	R\$ 63.120,00	R\$ 63.120,00
Banco	R\$ 205.680,00	R\$ 183.280,00
Clientes a receber	R\$ 8.050,00	R\$ 8.050,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 11.934,17	R\$ 11.934,17
IMOBILIZADO	R\$ 11.934,17	R\$ 11.934,17
Móveis e utensílios	R\$ 7.950,00	R\$ 7.950,00
Máquinas e equipamentos	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00
Depreciação acumulada	-R\$ 10.015,83	-R\$ 10.015,83
TOTAL ATIVO	R\$ 288.784,17	R\$ 266.384,17
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 152.328,00	R\$ 152.328,00
Aluguéis a pagar	R\$ 9.600,00	R\$ 9.600,00
Software a pagar	R\$ 4.080,00	R\$ 4.080,00
Impostos a pagar	R\$ 16.128,00	R\$ 16.128,00
Energia elétrica	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Água	R\$ 720,00	R\$ 720,00
Internet	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Telefone	R\$ 600,00	R\$ 600,00
Pro labore	R\$ 99.000,00	R\$ 99.000,00
Inss	R\$ 19.800,00	R\$ 19.800,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 136.456,17	R\$ 114.056,17
Capital Social	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Lucro do Exercício	R\$ 106.456,17	R\$ 84.056,17
TOTAL PASSIVO	R\$ 288.784,17	R\$ 266.384,17

Quadro 4 – Comparação entre Balanços Contábeis e de Determinação

Fonte: Empresa pesquisada. Elaborado pelo autor.

Após o levantamento do balanço de determinação para 02/12/2019 (data da saída do sócio), apuramos o valor do PATRIMÔNIO LÍQUIDO da sociedade, no valor de R\$114.056,17 (cento e quatorze mil, cinquenta e seis reais e dezessete centavos).

De posse do valor do patrimônio líquido, aplica-se o percentual correspondente a cota parte de J.C.S., na forma abaixo demonstrada:

NOME	PARTICIPAÇÃO	BENS ARROLADOS
F.R.	33,33%	R\$ 7.316,67
J.C.S.	33,33%	R\$ 7.316,67
O.J.	33,33%	R\$ 7.316,67
TOTAL:	100,00%	R\$ 21.950,00

Quadro 5 – Comparação entre Balanços Contábeis e de Determinação

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme tabela acima demonstrada, o requerente teria direito ao montante de R\$38.018,72 (trinta e oito mil, dezoito reais e setenta e dois centavos), equivalente a 33,33% do PATRIMÔNIO LÍQUIDO da empresa.

Conforme exposto no decorrer da pesquisa, foi retirado dos autos a relação dos bens arrolados e reproduzidos no Quadro 6:

QUANT.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR TOTAL
3	cadeira giratória executiva	R\$ 1.500,00
4	cadeira base fixa	R\$ 1.000,00
1	impressora a laser	R\$ 2.000,00
1	Cafeteira	R\$ 150,00
3	Mesa	R\$ 2.700,00
1	Armário	R\$ 600,00
3	Computador	R\$ 9.000,00
3	Nobreak	R\$ 2.400,00
1	ar condicionado	R\$ 1.900,00
1	purificador de água	R\$ 700,00
TOTAL:		R\$ 21.950,00

Quadro 6: Descrição dos bens:

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa documental.

Observa-se que, o valor total dos bens do escritório de contabilidade totaliza-se em R\$21.950,00 (vinte e um mil, novecentos e cinquenta reais).

De posse do valor dos bens, aplica-se o percentual correspondente a cota parte de J.C.S., na forma abaixo demonstrada:

NOME	PARTICIPAÇÃO	BENS ARROLADOS
F.R.	33,33%	R\$ 7.316,67
J.C.S.	33,33%	R\$ 7.316,67
O.J.	33,33%	R\$ 7.316,67
TOTAL:	100,00%	R\$ 21.950,00

Quadro 6: Apuração de haveres, após evidenciação pela perícia.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa documental.

Conforme Quadro 6, o requerente teria direito ao montante de R\$7.316,67 (sete mil, trezentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos), equivalente a 33,33% dos BENS da empresa.

Diante de todo o exposto, elabora-se um quadro resumo, no intuito de demonstrar os valores apurados relativo à cota parte de J.C.S visando a atualização dos montantes:

RESUMO	
APURAÇÃO DE HAVERES	R\$ 38.018,72
BENS ARROLADOS	R\$ 7.316,67
TOTAL:	R\$ 45.335,39

Quadro 7: Resumo de apuração de haveres, após evidenciação pela perícia.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa documental.

Assim, o valor dos haveres segundo quadro resumo apresentado, totaliza-se em R\$45.335,39 (quarenta e cinco mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta e nove centavos), em 02/12/2019 (data da saída do sócio).

De posse do valor dos haveres (R\$45.335,39), procede-se a atualização, aplicando correção monetária pelo IGP-M/FGV, acrescido de juros de 1% ao mês, simples, a partir da data da saída do sócio (02/12/2017), totalizando no importe de R\$55.277,74 (cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos), em 31/08/2020 (data atual).

DATA	% CORR	CORR	JUROS	SALDO
02/12/2019				R\$ 45.335,39
31/08/2020	11,76%	R\$ 50.667,04	R\$ 4.610,70	R\$ 55.277,74
TOTAL EM 31/08/2020:				R\$ 55.277,74

Quadro 8: Resumo de apuração de haveres, corrigidos pelo IGP-M/FGV

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa documental.

Diante de todo o exposto no decorrer do laudo pericial, tem-se que o objetivo da perícia é de apurar a cota parte de direito do sócio retirante.

Diante dos resultados apurados, pelo trabalho pericial, o valor apurado dos haveres e bens arrolados, totalizou em R\$45.355,39 (quarenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos), em 02/12/2019 (data da saída do sócio).

Atualizando o referido montante para a data do laudo (31/08/2020), aplicando correção monetária pelo IGP-M/FGV e juros de 1% ao mês, a juros simples, resultou no montante de R\$55.277,74 (cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do perito contador é essencial para auxiliar o judiciário na solução do litígio e em defesa dos direitos humanos e individuais. A regulamentação da perícia contábil é imprescindível para solução da lide, de forma clara e segura. Os procedimentos de testagem dos métodos asseguram ao juízo e as partes a confiança e a credibilidade que o laudo pericial requer, uma vez que os cálculos são essenciais para solucionar os conflitos, sejam eles judiciais ou extrajudiciais, no cotidiano social.

Ao se tratar de um direito dos sócios, de manter ou não a sociedade após um desentendimento, julga-se prudente que seja feita a dissolução e a apuração de haveres, no sentido de conservar o direito ao patrimônio dos sócios, em tese, demandado pelo sócio excluído ou retirante que sentiu-se lesado na ocasião da divisão patrimonial e que recorre ao juiz, que por sua vez, necessita de um laudo pericial, que faça prova do direito e dos valores apurados, confirmando ou não, o direito do sócio litigante.

Na pesquisa, foram apontados os processos periciais, a responsabilidade do perito, o comportamento na produção das provas, e os modelos de apuração de haveres, como Fluxo de Caixa Descontado, *Benchmarking*, Modelo de Oslen, visando a melhor prática, segundo as premissas e documentação disponível pela empresa. Na pesquisa, apurou-se que a contabilidade gerencial pode ser um diferencial na perícia, que considera como 9º elemento dos processos periciais atuais, a testagem, e por meio dela, poderão ser feitos levantamentos e cruzamentos com notas explicativas e outros documentos que poderão ser requisitados pelo perito contador às partes.

Há que se ressaltar, que julgados recentes, colocam a empresa como um bem social, que emprega e gera desenvolvimento econômico onde está instalada. Com isso, busca-se nos processos de dissolução, a manutenção da empresa, por meio das tentativas de dissolução parcial.

No estudo de caso apresentado, observou-se, mediante os resultados e aplicação dos testes que perseguiram a reconstituição dos cálculos e procedimentos periciais, a importância social do trabalho do perito, para a sociedade como apoio ao judiciário ou as

partes, para salvaguardar o patrimônio social justo, pois é o perito, que tem fé pública durante a nomeação, para analisar o processo em tela, em decorrência da quebra do *affectio societatis*, e elaborar o laudo pericial que será utilizado pelo juiz na determinação do direito.

O objetivo principal do estudo foi alcançado, pois buscou demonstrar um laudo pericial, analisando teoria e prática, desde o momento em que o perito foi nomeado pelo magistrado para apuração de haveres de um sócio, atentando-se aos fatos discriminados no decorrer do processo, bem como, no que restou determinado e os procedimentos e documentos pertinentes a perícia.

O perito elaborou um laudo pericial de forma clara, objetiva, concisa e com demonstrações técnicas sobre os elementos de prova, demonstrando para o magistrado, interessados e para as partes, a metodologia utilizada, a fundamentação teórica e as informações e/ou documentos que embasaram o resultado trabalho técnico em prol da solução do litígio, por meio da emissão do laudo pericial contábil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Priscila. Resolução da sociedade em relação a um sócio. Disponível em: <https://www.mbempresarial.com.br/resolucao-da-sociedade-em-relacao-um-socio/> Acesso em 25.set.2020

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças Corporativas e Valor. Atlas. São Paulo, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 maio 2017.

_____. Decreto-Lei N.9.295 de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências.

_____. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm Acesso em 25.set.2020

_____. Lei das Sociedades Anônimas, Lei Federal 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Que Dispõe sobre a Sociedade por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm acesso em: 28.set.2020

_____. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Perícia. de 19 de março de 2020. Dá nova redação à NBC TP 01, que dispõe sobre a Perícia Contábil. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2020/NBCPP01\(R1\)&arquivo=NBCPP01\(R1\).doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2020/NBCPP01(R1)&arquivo=NBCPP01(R1).doc) acesso em: 28.set.2020

_____. Norma Brasileira de Contabilidade Profissional do Perito, de 19 de março de 2020. Dá nova redação à NBC PP 01, que dispõe sobre perito contábil. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2020/NBCPP01\(R1\)&arquivo=NBCPP01\(R1\).doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2020/NBCPP01(R1)&arquivo=NBCPP01(R1).doc) acesso em: 28.set.2020

CASSIO, Rafael. Avaliação Patrimonial e o Perito Avaliador. Disponível em: <https://rafaelcassio.com.br/blog/quero-vender/avaliacao-patrimonial-e-sua-empresa/> Acesso em 25.set.2020

CAVALCANTI, Francisco. VILELLA, Rogério Ventura. Valuation. Finanças, investimentos e banking. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/fib/valuation/assets/download/livro-offline.pdf> acesso em 29.09.2020

CREPALDI, Silvio Aparecido. Manual de Perícia Contábil. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

DALMÁCIO, F.Z. Modelos de Avaliação propostos por Ohlson e suas aplicações no mercado de capitais no Brasil.

GALDI, Fernando Caio. TEIXEIRA, Aridélmo José Campanharo e BROEDEL LOPES, Alexsandro. ANÁLISE EMPÍRICA DE MODELOS DE VALUATION NO AMBIENTE BRASILEIRO: FLUXO DE CAIXA DESCONTADO VERSUS MODELO DE OHLSON (RIV). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rcf/v19n47/v19n47a04.pdf> acesso em: 29.09.2020

MARCHIORETTO, Iara Sônia. Ética Profissional: A manifestação do feminino nas organizações e o Novo Código de Ética da Profissão Contábil. Convecon Summit Contábil. Disponível em: <https://convecon.com.br/2019/wp-content/uploads/2019/03/iara-marchioretto.pdf> acesso em 29.set.2020

MARTINS, Carlos. Avaliação de empresas em apuração de haveres judiciais. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/66741/avaliacao-de-empresas-em-apuracao-de-haveres-judiciais> Acesso em 25.set.2020

MELLO, Paulo Cordeiro de. Perícia Financeira. São Paulo, Editora Senac, 2016.

SANTOS, Grazielle Benedetti. Quebra da “affectio societatis”: motivo para dissolução societária? Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8796/Quebra-da-affectio-societatis-motivo-para-dissolucao-societaria> acesso em: 29.set.2020

SCHAEFER, Marcela Aparecida; Domingues, Joel Borges. Diehl, Willian e Bruchêz, Adriane. A IMPORTÂNCIA E AS APLICAÇÕES DA PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA 41 NO ÂMBITO JUDICIAL: ESTUDO DE MÚLTIPLOS CASOS. III Congresso de Controladoria e Finanças, 2016. Escola de Gestão de Negócios de São Leopoldo. Unisinos. Disponível em: <http://repositorio.unisinos.br/anais/cofin/anais-cofin-2016.pdf> acesso em 28.set.2020

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA –REsp 1.129.222-PR, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 28/06/2011.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. Apelação Cível nº 679015. Relator: Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein, Terceira Câmara de Direito Comercial, Julgamento: 12-5-10

ZAPPA HOOG. Wilson Alberto. Produção de Provas na Arbitragem. São Paulo: Editora Juruá, 2016

A EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS EM EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LISTADAS NA B3

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Aluska Ramos de Lira

Universidade Federal da Paraíba
Campina Grande- Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/8904409358057477>

Kamilla Alves Barreto

Universidade Federal da Paraíba
Campina Grande- Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/3022384993897964>

José Ricardo Revorêdo da Silva

Universidade Federal da Paraíba
Campina Grande- Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/9921098754905723>

RESUMO: O objetivo geral deste trabalho foi analisar a evidenciação das práticas das empresas do setor de Construção Civil listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) quanto ao gerenciamento sustentável com foco nos parâmetros ambientais. Para tanto, foram analisadas através da análise léxica e de conteúdo, as informações disponibilizadas através dos Relatórios de Sustentabilidade, Formulários de Referência e Relatórios da Administração publicados pelas companhias no sítio eletrônico da B3 no período de 2011 a 2017, além de busca especializada nos endereços eletrônicos das empresas parte da amostra. Utilizou-se como parâmetro para análise do cumprimento pelas empresas às diretrizes ambientais: uso da energia, água e solo, consumo

de matérias-primas, além da disposição de resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes. Os achados demonstraram que nenhuma das empresas do setor de construção civil evidenciou em sua totalidade as práticas ambientais, mas que ao longo dos anos houve uma evolução na evidenciação destas informações. Além disso, os parâmetros evidenciados de maneira completa foram mais evidentes para o consumo de materiais e energia. Concluiu-se que essas empresas ainda estão se adaptando e percebendo os benefícios de se investir em políticas sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; Diretrizes Ambientais; Construção Civil.

THE EVIDENCE OF ENVIRONMENTAL PRACTICES IN CIVIL CONSTRUCTION COMPANIES LISTED ON B3

ABSTRACT: The general objective of this work was to analyze the evidence of the practices of companies in the Civil Construction sector listed in B3 (Brazil, Bolsa, Balcão) regarding sustainable management with focus on environmental parameters. For this purpose, the information provided through the Sustainability Reports, Reference Forms and Management Reports published by the companies on the B3 website in the period from 2011 to 2017 were analyzed through the lexical and content analysis, as well as specialized search in the electronic addresses of the companies that are part of the sample. The use of energy, water and soil, raw material consumption, waste disposal, atmospheric emissions and effluent discharge were used as parameters to analyze the accomplishment by

companies to the environmental guidelines. The findings showed that none of the companies in the civil construction sector fully evidenced environmental practices, but that over the years there has been an evolution in the disclosure of this information. In addition, the parameters evidenced in full were more evident for the consumption of materials and energy. It was concluded that these companies are still adapting and realizing the benefits of investing in sustainable policies.

KEYWORDS: Sustainability; Environmental Guidelines; Civil Construction.

1 | INTRODUÇÃO

Grandes mudanças sociais e ambientais foram observadas nas últimas décadas. Nesse sentido, as empresas tiveram que assumir uma nova postura, optando por adotar medidas de precaução quanto aos impactos de suas atividades. O uso de mecanismos que proporcionem a incorporação de práticas que visem à sustentabilidade torna-se de suma importância para o desenvolvimento da organização.

O setor da construção civil, por sua vez, é um dos ramos de maior desenvolvimento no Brasil, configurando-se como um dos que mais provocam impactos no espaço em que se situam de ordem social, econômica e principalmente ambiental, sobretudo por meio da geração de resíduos e extração e consumo de recursos naturais (GRAÇAS ROTH; GARCIAS, 2009). Consequentemente, as práticas que denigram menos o meio ambiente se acentuaram e tais entidades tiveram que se adaptar e elaborar estratégias de gestão sustentável, em detrimento das exigências por um desempenho ambiental satisfatório vindo de partes interessadas, incluindo entidades governamentais, clientes, investidores, funcionários, comunidades locais, dentre outros.

Em face disso, a divulgação de informações que atestem suas práticas sustentáveis é de fundamental relevância para o monitoramento e medição dos impactos causados pelas obras da construção civil no meio ambiente onde estão inseridas. Além disso, a exposição dessas informações servem para a melhoria contínua dos procedimentos implementados. Portanto, esta pesquisa parte do pressuposto de que nos últimos anos as práticas de sustentabilidade com foco na dimensão ambiental têm aumentado por parte das empresas do setor econômico de maior impacto e consumo dos recursos naturais, como o ramo da construção civil.

Assim sendo, é importante analisar sua interação com o meio ambiente de forma a buscar um novo modelo de gestão sustentável mais eficaz. É relevante obter conhecimento a respeito das metodologias sustentáveis praticadas pelos empreendimentos da construção civil, além de conhecer a postura das entidades quanto as ações que visam a preservação do meio ambiente, através da divulgação das informações por parte das mesmas.

Nesse contexto, a partir da amplitude da discussão gerada a respeito das consequências e impactos causados pelas ações ambientais associadas às práticas sustentáveis por parte das construtoras, tem-se a questão norteadora deste estudo: Qual o

nível de evidenciação das práticas das empresas do setor de Construção Civil listadas na B3 quanto as práticas de gerenciamento sustentável com foco nos parâmetros ambientais? Dessa forma, o objetivo do estudo é analisar a evidenciação das práticas das empresas do setor de Construção Civil listadas na B3 quanto ao gerenciamento sustentável com foco nos parâmetros ambientais.

Para tanto, foi realizada análise qualitativa das informações disponibilizadas pelas entidades por meio dos Relatórios de Sustentabilidade, Formulários de Referência e Relatórios da Administração publicados no sítio eletrônico da B3 no período de 2011 a 2017, além de busca especializada nos sítios eletrônicos das empresas parte da amostra. Utilizou-se como parâmetro para análise do cumprimento pelas empresas às diretrizes ambientais definidas por Borba (2009), os quais elencam os seguintes pontos: uso da energia, água e solo, consumo de matérias-primas, além da disposição de resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento sustentável e engenharia civil

A sustentabilidade é um termo utilizado para definir o conjunto de ações sociais, econômicas e ambientais que convergem ao mesmo objetivo de preservação e utilização de recursos naturais de forma inteligente. O desenvolvimento sustentável deve atender as gerações presentes sem afetar as gerações futuras (BRUNDTLAND *et al.*, 1987). Logo, sendo este tido como a ampliação da qualidade da vida do homem na Terra ao mesmo tempo em que respeita a capacidade de produção dos ecossistemas onde vivem (MIKHAILOVA, 2004).

A ideia de sustentabilidade surgiu como resposta aos significativos impactos socioambientais causados pela crescente evolução do ciclo da vida humana. A engenharia civil tem papel difusor nesse cenário, tendo em vista a grande quantidade de construções nas últimas décadas e o número exacerbado de materiais não renováveis utilizados (MARINHO *et al.*, 2014). Em relação aos impactos ambientais, além da utilização da energia, água e área, são gerados resíduos sólidos, tanto no processo de construção quanto na demolição. Ainda conforme Sousa, Ferreira e Ferreira (2015), esses resíduos normalmente são descartados de forma inadequada, provocando impactos negativos no meio ambiente.

Fica evidente a importância da adoção do conceito de sustentabilidade para preservação de recursos naturais, principalmente para o setor da construção civil. Os impactos causados por este setor podem ser minimizados de forma significativa através da aplicação de critérios construtivos operacionais constantes nos sistemas de análise de sustentabilidade por parte das entidades, os quais orientam, mensuram, classificam e os

certificam (BORBA, 2009).

É nesse contexto que as construtoras devem estar submetidas a legislações e normas técnicas, uma vez que o ramo da Construção Civil configura-se como uma das atividades que mais modificam o meio ambiente em que se situa, principalmente, no que tange a gestão de resíduos. No Brasil, por exemplo, o Decreto Federal 18 nº 99.274, de 06 de junho de 1990, remodelou a Política Nacional do Meio Ambiente, instituindo a obrigatoriedade de licenciamento ambiental.

Ainda em relação às leis e políticas públicas aplicadas a preservação do meio ambiente, têm-se Resolução CONAMA nº 307, de 5 de Julho de 2002, que aborda a gestão dos resíduos; a Lei Federal nº 9605/98 referente aos crimes ambientais; a Lei de Recursos Hídricos nº 9.433 de 8 de Janeiro de 1997, a qual define a água como recurso natural limitado; a Lei do Parcelamento do Solo Urbano nº 6.766 de 19 de Dezembro de 1979, estabelecendo as regras para loteamentos urbanos, proibidos em áreas de preservação ecológicas; dentre outros.

Em conjunto com as leis e políticas públicas, existem as normas técnicas, que caracterizam-se como uma das ferramentas essenciais para o desenvolvimento do pensar sustentável por parte das organizações geradoras e causadoras de impactos ao meio ambiente. Quanto a estas normas, cita-se a NBR 15.112: 2004, que versa acerca das diretrizes para projeto, implantação e operação quanto à triagem de resíduos.

Ademais, há diversos outros instrumentos que têm por finalidade a orientação e mensuração das práticas ambientais nas empresas. Dentre eles estão o PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat) e os certificados ambientais, que garantem e comprovam o cumprimento de pré-requisitos conferido as organizações com a finalidade de garantir o menor impacto ambiental.

2.2 Práticas sustentáveis na construção civil

A construção sustentável enfatiza que os princípios do desenvolvimento sustentável são aplicados ao ciclo de vida dos empreendimentos que fazem parte do ambiente construído (PRIORI JR; SILVA, 2010). Surge, então, a necessidade de novos conceitos sustentáveis aplicados à construção civil, desde a etapa de planejamento e projeção, até a construção e sua posterior utilização, priorizando alternativas que sejam viáveis economicamente, promovendo a redução de impactos ambientais, além de proporcionar a melhoria da qualidade de vida.

O setor é um dos principais responsáveis pelas ações de impacto não apenas ambiental, bem como social e econômico (SPADOTTO *et al.*, 2011). No entanto, configura-se também com grande potencial de mudança do atual cenário contribuindo para a conscientização a respeito dos padrões de consumo e utilização dos recursos naturais. Tais aspectos podem ser melhores observados através da crescente adoção por parte das empresas de práticas sustentáveis constatados por meio, por exemplo, de relatórios de

sustentabilidade baseados em diretrizes sólidas e rígidas exigidas pela *Global Reporting Initiative* [GRI].

No que diz respeito à dimensão ambiental, foco deste estudo, em conformidade com a Tabela 1, os parâmetros ambientais inseridos na Construção Civil relacionam-se, segundo estudo de Borba (2009), ao uso:

- do solo (consequências que o espaço construído provoca nos sistemas naturais não somente pela quantidade de solo ocupado, mas também pela alteração dos processos que a edificação pode ocasionar com a sua presença e com o desenvolvimento de suas próprias atividades);
- da água (controle e redução de seu consumo são exigências indissociáveis da conservação dos sistemas naturais);
- da energia (uso racional da energia consumida e o mapeamento do consumo);
- de matérias-primas (diminuição dos impactos ambientais associados à extração, fabricação e reintegração dos materiais utilizados nos canteiros de obra, reduzindo do desperdício a partir da utilização eficiente de materiais.); e
- disposição dos resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes (adequada disposição final de resíduos, poluentes e efluentes provenientes da construção civil para a redução de impactos ambientais negativos).

Assim sendo, este trabalho irá utilizar os parâmetros elencados na Tabela 2 para o procedimento de análise de dados.

2.3 Estudos correlacionados

Liu *et al.* (2011) coletaram, classificaram e avaliaram as informações divulgadas das empresas siderúrgicas listadas na China, de modo a verificar também o nível de sua divulgação ambiental através de uma pontuação de indicadores. O estudo verificou que as informações relativas a economia de energia, de emissões e poluição, além das informações sobre utilização cíclica, foram as mais proeminentes. Os autores concluem ainda que essas empresas tendem a divulgar apenas as informações ambientais positivas, o que segundo eles, indica que as partes externas interessadas não irão conseguir obter informações reais sobre o nível de gerenciamento ambiental.

Em âmbito nacional, Oliveira, Machado e Beuren (2012) objetivaram identificar o nível de evidenciação de práticas voluntárias de caráter ambiental nas empresas potencialmente poluidoras listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), nos anos de 2008 e 2009. O estudo foi embasado na análise de oito categorias e 36 subcategorias ambientais. Os resultados demonstraram que quanto a categoria referente aos resíduos e materiais, nenhuma das empresas atingiu o nível máximo de evidenciação. A respeito da categoria energia, o nível de evidenciação decresceu de um ano para o outro, e ainda, configurou-se como a categoria de menor evidenciação dentre as analisadas.

Calixto (2012) em seu estudo procurou-se examinar de modo comparativo a evidenciação de informações socioambientais disponibilizadas nos relatórios divulgadas pelas companhias latino-americanas no período de 2004 a 2009. A pesquisa apontou que a maioria das entidades da amostra não evidencia em seus relatórios anuais as informações socioambientais, mas que as companhias sediadas no Brasil são as que mais evidenciam tais informações. O autor ainda evidencia que as organizações pouco divulgam informações sobre o consumo de água, energia e/ou projetos voltados para a redução do consumo de recursos naturais.

Pletsch *et al.* (2015) seguindo os estudos que visam verificar o nível de evidenciação de informações ambientais, visou identificar as práticas ambientais das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), com base nos anos de 2013 e 2014. Dentre outros resultados, observou-se que quanto a comunicação com partes interessadas, 64,3% das empresas divulgam informações relacionadas ao consumo de energia e/ou uso da água, e emissões atmosféricas, efluentes líquidos e resíduos sólidos.

Por sua vez, Souza *et al.* (2015), identificaram e analisaram as práticas relativas à gestão de resíduos das empresas do ramo da construção civil listadas na BM&FBOVESPA apresentadas em seus relatórios de sustentabilidade divulgados nos anos de 2012 e 2013. Observou-se que as empresas não divulgam de maneira total as informações a respeito da gestão dos resíduos, demonstrando a falta de compromisso com as práticas sustentáveis voltadas para a gestão de resíduos pelas empresas do setor de construção civil, grandes responsáveis por impactos ambientais.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da Pesquisa

Com o objetivo de analisar a evidenciação por parte das entidades do setor de Construção Civil listadas na B3 quanto as práticas de gerenciamento sustentável com foco nos parâmetros ambientais, o presente estudo caracteriza-se como descritivo, com análise de conteúdo e análise léxica na busca de evidências e dados disponíveis. Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa documental. A respeito da abordagem do problema, configura-se como uma pesquisa quanti-qualitativa. A perspectiva quantitativa, conforme Richardson (1999), utiliza-se de métricas quantificáveis, seja no que se refere ao procedimento de coleta, seja em seu tratamento através de técnicas estatísticas. Por sua vez, a análise qualitativa implica em uma ênfase nos significados que não são examinados ou medidos experimentalmente em relação à quantidade, volume, intensidade ou frequência (DENZIN; LINCOLN, 2006).

3.2 Caracterização da amostra e coleta de dados

Para composição da amostra foram selecionadas todas as empresas brasileiras do setor de Construção Civil negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) no ano base de 2017, chegando-se ao total de 17 companhias, conforme demonstrado na Tabela 1.

Empresas do setor de Construção Civil	
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	JHSF PARTICIPACOES S.A.
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	JOAO FORTES ENGENHARIA S.A.
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	PDG REALTY S.A. EMPREENDE E PARTICIPAÇÕES
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	ROSSI RESIDENCIAL S.A.
EZ TEC EMPREENDE. E PARTICIPACOES S.A.	TECNISA S.A.
GAFISA S.A.	TRISUL S.A.
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.
INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	

Tabela 1
Empresas listadas na B3 no setor de Construção Civil em 2017

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Conforme já exposto, a escolha das empresas do setor de construção civil deu-se em virtude deste setor ser considerado um dos principais responsáveis por ações de impacto ambiental (SPADOTTO *et al.*, 2011).

Para verificação da evidencição das informações ambientais, foram analisados os Relatórios de Sustentabilidade, Formulários de Referência e Relatórios da Administração publicados pelas companhias no sítio eletrônico da B3 no período de 2011 a 2017. Além dos documentos supracitados, também foi feita uma busca especializada nos *sites* eletrônicos das empresas parte da amostra. Para levantamento dos dados, procurou-se verificar se as empresas evidenciavam informações a respeito das diretrizes apontadas por Borba (2009) para os seguintes parâmetros ambientais: uso da energia, água e solo, consumo de matérias-primas, além da disposição de resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes, expostos na Tabela 2.

Parâmetro	Objetivo	Diretrizes*
Solo	Evitar o consumo de um território novo e recuperar a qualidade ecológica que o terreno tinha antes da construção do edifício, superando-a, inclusive, se o terreno já estava degradado.	a) Localização e extensão dos terrenos em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas; b) Descrição dos impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas; c) Estratégias e programas, atuais e futuros, de gestão de impactos na biodiversidade.
Água	Reduzir o seu consumo e o impacto do seu uso no ciclo natural da água.	a) Eficiência no consumo – consiste em favorecer a economia de água; b) Captação de recursos – Trata-se de aproveitar as águas que circulam pelo próprio edifício; c) Melhora da qualidade da água ao devolvê-la ao meio.
Energia	Reduzir o consumo de energia no canteiro de obra e no edifício, como produto final.	a) Eficiência Energética – melhora da economia de energia através da eficiência nos fatores determinantes do consumo energético do edifício; b) Aproveitamento das condições locais – Do ponto de vista energético, se beneficiar ao máximo da localidade da edificação para se obter ganhos na economia de energia.
Materiais	Diminuir os impactos ambientais associados à extração, fabricação e reintegração dos materiais utilizados nos canteiros de obra.	a) Eficiência no consumo de materiais – Potencialização da durabilidade, utilização de materiais reciclados, redução da quantidade de material por unidade de serviço; b) Materiais com melhoria ambiental – Utilização de produtos comerciais que preferencialmente diminuam o impacto ambiental durante a extração e fabricação.
Disposição de resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes	Reduzir poluição atmosférica causada por emissões de poeira e CO ₂ , além da redução e reutilização de resíduos, e diminuição da contaminação dos lençóis freáticos.	a) Emissões totais diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso; b) Descarga total de água, por qualidade e destino; c) Iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa, assim como as reduções alcançadas; d) Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação; e) Número e volume total de derrames significativos. f) Porcentagem de materiais reciclados por m ³ de resíduo gerado.

Nota. Adaptado de Borba (2009).

* As diretrizes tratam-se de indicadores que podem nortear a entidade a atingir objetivos mais sustentáveis.

Tabela 2
Parâmetros ambientais na construção civil

Assim sendo, este trabalho irá utilizar os parâmetros elencados na Tabela 2 para o procedimento de análise de dados.

3.3 Procedimento de análise de dados

O presente estudo foi realizado em duas etapas. A primeira etapa deu-se através da

quantificação da evidência ambiental, para isso fez-se uma análise léxica. A segunda etapa consistiu em uma análise de conteúdo.

A análise léxica fundamenta-se em um procedimento de busca de palavras e expressões que possibilitem a interpretação adequada e dinâmica do objeto de investigação linguística, sendo difundida na literatura contábil (Junior & Crisóstomo, 2017; Markezan, Seibert, Bartz, Barbosa, & Alves, 2015, Muslu, Radhakrishnan, Subramanyam, & Lim, 2014). Para a quantificação do *disclosure* ambiental das construtoras da B3 realizou-se inicialmente a busca de palavras e expressões relacionadas diretamente às diretrizes ambientais para as categorias solo, água, energia, consumo de materiais e disposição dos resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes, nos Relatórios de Sustentabilidade, Formulários de Referência e Relatórios da Administração, entre os anos de 2011 e 2017. O Quadro 1, a seguir, sintetiza os resultados encontrados:

Parâmetro	Palavras/expressões	Formulário de Referência	Relatório de Administração	Relatório de Sustentabilidade	Total
		Quantidade	Quantidade	Quantidade	
Solo	Área(s) protegida(s)	51	0	12	63
	Floresta(s)	197	19	63	279
	Gestão Ambiental	32	6	16	54
	Impacto(s) ambiental(is)	241	14	93	348
	Licenciamento/licença ambiental	302	1	0	303
	Reflorestamento	9	6	29	44
	Solo(s)	606	8	20	634
Água	Água(s)	589	61	471	1121
	Captação de água	19	0	3	22
	Consumo de água	8	4	71	83
	Economia de água	8	8	10	26
	Reaproveitamento/reuso de água	17	0	50	67
Energia	Consumo de energia	2	2	82	86
	Economia de energia	5	0	6	11
	Energia(s)	475	44	362	881
	Energia(s) Renovável(is) / Sustentável(is)	20	0	2	22
	Energia solar	1	1	22	24
	Eficiência Energética	2	4	21	27
Materiais	Madeira(s)	133	29	94	256
	Entulho(s)	32	9	38	79
	Reciclagem	57	8	89	154
	Concreto(s)	236	11	76	323

Disposição dos resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes	Derramamento(s)	0	0	8	8
	Disposição/destinação final de resíduo(s)	110	0	9	119
	Efeito estufa	17	20	124	161
	Efluente(s)	15	0	39	54
	Gás(es)	91	27	179	297
	Resíduo(s)	716	23	472	1211
	Contaminação(es)	257	2	18	277

Quadro 1

Palavras e expressões-chave de disclosure ambiental (2011-2017)

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Cabe ressaltar que outras palavras e expressões-chave também foram buscadas nos documentos, entretanto, não houveram resultados. Além disso, para evitar a dupla contagem, algumas palavras individuais que também estavam contidas em expressões foram retiradas da contagem das expressões (exemplo: água e captação de água).

Em seguida, quantificou-se o número de palavras e o número de páginas dos referidos documentos necessários para definição do índice de *disclosure* ambiental (IDA) das companhias, em conformidade com as Equações 1 e 2.

$$IDAPL = \frac{\text{Número de palavras/expressões ambientais}}{\text{Número de palavras}} \quad (1)$$

$$IDAPG = \frac{\text{Número de palavras/expressões ambientais}}{\text{Número de páginas}} \quad (2)$$

Onde o IDAPL é o índice de *disclosure* ambiental relativizado pelo número total de palavras, e o IDAPG é o índice de *disclosure* ambiental relativizado pelo número total de páginas.

Por sua vez, a análise de conteúdo, segunda etapa de análise desta pesquisa, consiste segundo Bardin (1979), em um conjunto de procedimentos sistemáticos de comunicação, com o intuito de fornecer a descrição do conteúdo incluso nas mensagens de maneira a efetuar deduções lógicas. Salienta-se que nesta etapa também foram analisados os *sites* das companhias que possuíam uma seção exclusiva para dados referentes às práticas de sustentabilidade.

Sendo assim, as entidades que possuísem todas as informações das diretrizes dos parâmetros (Tabela 2) disponibilizadas nos relatórios supracitados, foram classificadas como evidenciação completa. De modo análogo, as empresas que apresentassem informações de uma ou mais diretrizes relativas aos parâmetros ambientais, seriam classificadas como

evidenciação incompleta. Por fim, em caso de não haver nenhuma informação sobre qualquer diretriz ambiental, a empresa seria dada como sem evidenciação. Portanto, esta classificação permitiu verificar o perfil das empresas do setor de construção civil do Brasil quanto à evidenciação ambiental.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

De início foi verificada a apresentação e divulgação das informações ambientais por parte das empresas de Construção Civil listadas na B3, evidenciados na Tabela 3. Como citado, procedeu-se a análise dos Relatórios de Sustentabilidade, Formulários de Referências, Relatórios da Administração e endereços eletrônicos das respectivas entidades no período compreendido entre 2011 e 2017. Salienta-se que, para os dados referentes ao *site* das entidades utilizados somente na análise de conteúdo, foram considerados como sendo referente ao ano último ano utilizado na análise desta pesquisa, uma vez que a busca-se especializada deu-se em 2017.

Ano	Formulário de Referência	Relatório de Administração	Relatório de Sustentabilidade	Site
2011	15	17	1	-
2012	14	17	2	-
2013	14	17	2	-
2014	17	16	3	-
2015	15	17	3	-
2016	15	17	3	-
2017	16	17	2	12

Tabela 3
Divulgação das informações ambientais nos relatórios (2011-2017)
Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Observou-se que das 17 empresas listadas no setor de Construção Civil na Bolsa de Valores de São Paulo, apenas 3 organizações (para os anos de 2014 a 2016) elaboraram e divulgaram o seu Relatório de Sustentabilidade, dentre elas apenas 1 entidade apresentou tal relatório em todos os anos analisados. As companhias cujas informações ambientais não foram encontradas alegaram apenas estar de acordo com as legislações ambientais brasileiras, não aderindo aos padrões internacionais relativos à proteção ambiental. Assim como nos estudos de Calixto (2012) e Souza *et al.* (2015), poucas empresas disponibilizam informações socioambientais nos seus relatórios.

Segundo o GRI (<http://www.globalreporting.org>, recuperado em 30 de junho, 2017), este relatório tem como objetivo medir, divulgar e prestar contas para os *stakeholders*

internos e externos do desempenho organizacional visando o desenvolvimento sustentável. Portanto, mesmo que seja facultativo, torna-se de suma importância sua divulgação, principalmente por parte de empresas em que suas atividades estão diretamente ligadas ao uso e exploração do meio ambiente.

4.1 Análise léxica dos relatórios

Os resultados evidenciados na Tabela 4 demonstram a estatística descritiva dos índices de *disclosure* ambiental (IDA) tanto relativizado pelo número total de palavras quanto relativizado pelo número total de páginas, segregando estes índices pelos parâmetros ambientais definidos neste estudo, tais quais: solo, água, energia, consumo de materiais e disposição dos resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes.

Número de palavras					
IDA	Solo	Água	Energia	Materiais	Resíduos, gases e efluentes
Média	0,00018	0,00013	0,00010	0,00008	0,00021
Mediana	0,00017	0,00013	0,00011	0,00008	0,00022
Desvio-padrão	0,00002	0,00003	0,00093	0,00000	0,00003
Mínimo	0,00015	0,00009	0,00006	0,00007	0,00018
Máximo	0,00021	0,00016	0,00014	0,00010	0,00026
Número de páginas					
IDA	Solo	Água	Energia	Materiais	Resíduos, gases e efluentes
Média	0,04729	0,03579	0,02840	0,02232	0,05801
Mediana	0,04602	0,03698	0,02849	0,02196	0,05739
Desvio-padrão	0,00491	0,00773	0,00828	0,00282	0,00679
Mínimo	0,04313	0,02503	0,01569	0,01896	0,04731
Máximo	0,05748	0,04449	0,03670	0,02647	0,06716

Tabela 4
Índice de disclosure ambiental (2011-2017)

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Quando observados os indicadores de *disclosure* ambiental relativizado pelas palavras (IDAPL), constata-se que o índice referente parâmetro relacionado aos resíduos, efluentes e emissão de gases foi o de maior média. Este achado converge ao fato deste parâmetro ser altamente regulado, por meio principalmente da Resolução CONAMA nº 307/02, que estabelece critérios e diretrizes que orientam a gestão dos resíduos (reciclagem, reaproveitamento e destinação) pelas entidades do setor de construção civil. Silva *et al.*

(2013), que estudaram as características da evidenciação ambiental sobre resíduos sólidos nas empresas potencialmente poluidoras da B3, encontraram que os itens de reciclagem dos resíduos sólidos foram evidenciados em nível de excelência (Resolução CONAMA n. 307, 2002).

Em seguida, o maior IDAPL foi índice relativo ao solo, tendo em vista o impacto ao meio ambiente advindos da utilização e ocupação do solo, como a diminuição de áreas verdes de vegetação nativa. Borba (2009) evidenciou que existe uma preocupação por parte dos gerentes das empresas em não deixar passivos ambientais ao realizarem as obras, principalmente no que tange à ocupação do solo. No que se refere aos parâmetros água e energia, as médias dos IDAPL se comportaram variando entre 0,00013 e 0,00010, respectivamente. Em contraponto, Oliveira *et al.*, (2012), que estudaram o nível de evidenciação voluntário de caráter ambiental nas empresas potencialmente poluidoras listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), verificaram que a categoria energia foram uma das menos evidenciadas.

Ainda com relação ao IDAPL, o de menor média observou-se ser o parâmetro referente ao consumo dos materiais por parte das construtoras brasileiras, isto é, as práticas que visam à diminuição dos impactos ambientais associados à extração, fabricação e reintegração dos materiais utilizados nos canteiros de obra. Neste ponto, as empresas, em geral, divulgaram em seus relatórios procedimentos de utilização de madeiras provenientes de reflorestamento, além de apontarem processos de reciclagem dos materiais utilizados em seus canteiros de obras.

Ainda com base na Tabela 4, tendo em vista os índices de *disclosure* ambiental a partir da abordagem de número de páginas (IDAPG), os achados foram semelhantes quando comparados ao índice parametrizado pelas palavras, embora apresentem um baixo índice de divulgação detalhada para um setor de alto impacto ao meio ambiente. É importante ressaltar que esses achados podem estar direcionados pelo fato de que algumas empresas argumentam que não publicam Relatórios de Sustentabilidade ou documentos similares por entenderem que este não figura como um fator de avaliação competitiva entre as empresas do ramo de incorporação, ou justificando que entidade possui iniciativas ambientais e sociais desenvolvidas, muito embora não exponha minuciosamente tais práticas.

4.2 Análise de conteúdo

Nesta etapa realizou-se uma análise de conteúdo a partir da observação dos Relatórios de Sustentabilidade, Formulários de Referência, Relatórios da Administração e seção de sustentabilidade dos *sites* das empresas quanto ao cumprimento das diretrizes de cada parâmetro ambiental estabelecidas na Tabela 2, de maneira a traçar o nível de evidenciação das informações ambientais e um panorama ambiental acerca das ações realizadas pelas empresas de Construção Civil listadas na Bolsa de Valores de São Paulo. A Tabela 5, a seguir, demonstra o nível de cumprimento ambiental das

construtoras brasileiras.

Nível de evidenciação	Ano	Solo	Água	Energia	Materiais	Resíduos
Evidenciação completa	2011	0	1	2	1	0
	2012	0	0	0	1	0
	2013	1	1	2	1	0
	2014	1	1	2	4	1
	2015	0	2	2	3	1
	2016	0	1	2	2	0
	2017	2	3	4	5	1
Evidenciação incompleta	2011	3	4	3	4	1
	2012	3	6	6	5	3
	2013	1	4	3	4	3
	2014	3	7	5	6	4
	2015	3	5	5	4	4
	2016	3	9	7	5	3
	2017	4	9	8	5	6
Sem Evidenciação	2011	14	12	12	12	16
	2012	14	11	11	11	14
	2013	15	12	12	12	14
	2014	13	9	10	7	12
	2015	14	10	10	10	12
	2016	14	7	8	10	14
	2017	11	5	5	7	10

Tabela 5

Cumprimento das diretrizes ambientais por parte das construtoras (2011-2017)

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Observou-se que de modo geral houve cumprimento da grande maioria das diretrizes e medidas que têm por finalidade atingir objetivos mais sustentáveis. No entanto, grande parte da amostra das empresas não conseguiu atingir sequer algum item de qualquer parâmetro estabelecido, resultados estes constatados quando visualizado o número de empresas classificadas como sem evidenciação. Estes resultados são mais consistentes com o parâmetro solo e disposição de resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes. Borba (2009) justifica que tal aspecto ainda é pouco abordado e exposto, uma vez que não há uma atuação regular quanto aos locais protegidos ou recuperados, e que as empresas sequer evidenciam em números os impactos ao solo da área em que as obras são implementadas.

Este achado está em desacordo com os resultados da análise léxica, em que verificou-se a alta incidência de palavras relacionadas aos parâmetros solo e disposição de resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes. Uma das justificativas concentra-se no fato de que algumas empresas evidenciaram um quantitativo elevado de informações a respeito das diretrizes desses parâmetros em relação às demais, proporcionando um alto IDA em relação aos demais fatores ambientais aqui pesquisados.

Verifica-se ainda que ao passar dos anos o número de organizações que não divulga informações ambientais elencadas nesta pesquisa vem caindo, enquanto que as que divulgam de maneira completa se elevou. Degenhart *et al.*, (2016) afirmam que a evidenciação de informações ambientais cresceu consideravelmente nos últimos 20 anos, e que os gestores evidenciam essas práticas ambientais, com a finalidade de delinear as impressões das partes interessadas frente à responsabilidade da entidade para com a sociedade.

Os materiais utilizados nos canteiros de obras apresentaram o maior nível de evidenciação completa, sendo o ano de 2017, o de maior número de empresas contemplando em seus relatórios todas as diretrizes do parâmetro. Em seus relatórios, estas instituições divulgaram informações, principalmente, quanto às madeiras utilizadas nas obras, sendo elas provenientes de reflorestamento, o que assegura que esse recurso natural é oriundo de áreas de manejo florestal sustentável e que não há uso de trabalho escravo na cadeia produtiva. Souza *et al.* (2015) observou que sobre os materiais, as empresas constavam em seus relatórios apenas a especificação dos materiais, porém, sem demonstrar a forma de gestão.

A eficiência energética e o aproveitamento das condições locais das organizações do setor de construção civil desempenharam o segundo melhor nível de divulgação ambiental completa nos relatórios analisados. Pletsch *et al.* (2015) chegaram a um resultado semelhante, encontrando que as empresas possuem um canal dedicado para esta finalidade, o que justifica o alto nível de evidenciação. Este achado aponta que as ações são de aproveitamento contínuo, uma vez que os futuros moradores desses empreendimentos irão se utilizar de tais dispositivos, perpetuando o pensar sustentável.

Por fim, em relação ao parâmetro água, as entidades estão de acordo principalmente com as diretrizes da eficiência no consumo das obras na fase de construção e no pós-concluído quanto na captação de recursos hídricos no próprio local, além das práticas de em seus sistemas um mecanismo de melhoramento da qualidade da água ao devolvê-la ao meio ambiente.

Os achados não foram suficientes para que as corporações do ramo de construção civil fossem consideradas inteiramente dentro dos padrões sustentáveis para a variável ambiental, em consequência da não divulgação de informações quanto às diretrizes aqui sustentadas. Souza *et al.* (2015) constatou que mesmo a construção civil apresentando-se como um setor altamente gerador de impactos ambientais, as entidades deste ramo ainda

não evidenciam de maneira consistente as informações relativas aos impactos ambientais causados pelos resíduos.

5 | CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar a evidenciação das práticas das empresas do setor de Construção Civil listadas na B3 quanto ao gerenciamento sustentável com foco nos parâmetros ambientais através da análise quanti-qualitativa dos Relatórios de Sustentabilidade, Formulários de Referência e Relatórios da Administração publicados pelas companhias na B3, no período de 2011 a 2017, além de busca especializada nos sítios eletrônicos das empresas, como forma de observar o comportamento de um dos setores que mais contribuem para a degradação ambiental nos tempos atuais.

Por meio da análise léxica constatou-se que os índices *disclosure* ambiental para todos os parâmetros ambientais aqui elencados apresentaram-se baixos, tanto parametrizados pelo quantitativo de palavras quanto pelas páginas. A abordagem referente às informações do solo e disposição dos resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes foram os de maior IDA, corroborando ao fato de que estas abordagens são altamente reguladas por meio de dispositivos legais como a Resolução CONAMA nº 307/02. Em seguida, na escala dos IDA, aparecem os índices *disclosure* ambiental da água e energia, sendo a menor índice o parâmetro consumo de materiais (Resolução CONAMA n. 307, 2002).

Posteriormente, visando uma análise de conteúdo dos relatórios, os achados demonstraram que do universo de 17 empresas, nenhuma apresentou em sua totalidade ao longo dos anos analisados as informações a respeito das diretrizes ambientais das categorias: solo, água, energia, consumo de materiais e disposição dos resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes, o que compromete a utilização de informações pelas partes interessadas. Achados semelhantes foram encontrados no estudo de Calixto (2013). No entanto, pode-se perceber ao longo do corte temporal analisado uma evolução no nível de divulgação por parte das empresas de construção civil, o que demonstra o comprometimento com o desempenho ambiental das entidades.

Em relação ao cumprimento das diretrizes ambientais energia e água, ambos apresentaram maior incidência de modo completo no ano de 2017, corroborando a visão de conscientização ambiental surgida nos últimos 20 anos (Degenhart *et al.*, 2016). Conforme Pletsch *et al.* (2015), em seu estudo, as companhias analisadas evidenciam informações por meio dos relatórios e *website*, de maneira a atender demandas de partes interessadas, possuindo canal que disponibilizava tais informações, o que contribuiu para grande evidenciação.

No entanto, o nível de cumprimento das estratégias relacionadas aos resíduos, poluentes e efluentes foi baixo, uma vez que apenas uma empresa, nos anos de 2014,

2015 e 2017, conseguiu estar de acordo com todas as estratégias relacionadas. Souza *et al.* (2015) observa que mesmo a construção civil sendo um setor altamente gerador de resíduos, as entidades ainda não evidenciam com frequência informações relativas aos impactos ambientais causados pelos resíduos.

Portanto, a análise aqui apresentada demonstra ainda a fragilidade do setor quanto à divulgação das informações acerca das ações voltadas para sustentabilidade, com foco no parâmetro ambiental. É preciso que as práticas de gestão ambiental sejam implantadas de maneira gradual, uma vez que ao pensar ambiental pode-se apresentar como um fator determinante no sucesso empresarial nos dias de hoje. Todavia, espera-se que com os resultados aqui obtidos venham a contribuir com a disseminação e a reflexão sobre a importância da divulgação das informações ambientais, bem como o cumprimento das diretrizes estabelecidas como o ideal para se alcançar uma gestão ambientalmente sustentável.

Como limitação presente nesse estudo destaca-se o quantitativo reduzido de relatórios de sustentabilidade divulgados pelas companhias parte da amostra, e como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a expansão da análise deste estudo para empresas de Construção Civil não vinculadas a Bolsa de Valores de São Paulo, como forma de verificação e comparação dos resultados aqui evidenciados. Sugere-se, também, verificar o cumprimento não só das diretrizes ambientais como também das sociais e econômicas de modo a traçar o perfil completo das construtoras quanto à sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 15.112/2004**. Resíduos sólidos da construção civil – Áreas de reciclagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação. Disponível em: <http://licenciadorambiental.com.br/wp-content/uploads/2015/01/NBR-15.112-RCC-e-Res%C3%ADduos-Volumosos.pdf>. Acesso em: 15 junho, 2017.

AGENDA 21. **Agenda 21**. Disponível em: www.agenda21local.com.br/sustentabilidade.php. Acesso em: 25 junho, 2017.

BORBA, A. E. O. **Proposta de indicadores de sustentabilidade para a Construção Civil**. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Escola Politécnica de Pernambuco, Universidade de Pernambuco, Recife.

BOVESPA. **Empresas listadas**. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em: 25 junho, 2017.

BRASIL. **Decreto Federal nº. 99.274**, de 6 de junho de 1990. Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 6.902/81, e a Lei nº. 6.938/81. Brasília, DF, 7 junho 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99274.htm. Acesso em: 27 de junho, de 2017.

_____. **Lei de Recursos Hídricos nº 9.433**, de 8 de Janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm. Acesso em: 27 de junho, de 2017.

_____. **Lei do Parcelamento do Solo Urbano nº 6.766**, de 19 de Dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm. Acesso em: 27 de junho, de 2017.

_____. **Lei Federal nº 9605/98**, de 12 de Fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, 12 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em: 30 de junho, de 2017.

BRUNTLAND, Gro et al. Our common future. **The World Commission on Environment 1 and Development**, p. 45-65, 1987.

CALIXTO, Laura. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. **Revista de Administração** (São Paulo), 2013.

CONAMA. **Resolução nº 307**, de 05 de julho de 2002. Dispõe sobre Gestão dos Resíduos da Construção Civil, 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307>. Acesso em: 02 de julho, 2017.

DENZIM, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. São Paulo: Artmed, 2006.

GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. Disponível em: www.globalreporting.org. Acesso em: 30 junho, 2017.

LIU, Z. G. et al. Empirical analysis on environmental disclosure and environmental performance level of listed steel companies. **Energy Procedia**, v. 5, p. 2211-2218, 2011.

MARINHO, A. A. et al. Resíduos da indústria da construção civil e o seu processo de reciclagem para a minimização dos impactos ambientais. Caderno de Graduação-Ciências Exatas e Tecnológicas-UNIT-ALAGOAS, v. 1, n. 1, p. 73-84, 2014.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: Evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Economia e Desenvolvimento**, n. 16, p. 22-41, 2004.

NOVIS, L. E. M. **Estudos dos indicadores ambientais na Construção Civil– estudo de caso em 4 construtoras**. 2014. 95f. Projeto de Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Escola Politécnica do Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, A. F.; MACHADO, D. G.; BEUREN, I. M. Disclosure Ambiental de Empresas de Setores Potencialmente Poluidores Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 20-37, 2012.

ONU. **Desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/secao/desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 14 fevereiro, 2018.

PLETSCH, C. S. et al. Perfil da evidenciação ambiental das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 25, n. 3, p. 57-77, 2015.

PRIORI JR, L.; SILVA, J. J. R. O perfil das construtoras de edificações na região metropolitana do recife visando ao gerenciamento sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO-ENTAC, 13, 2010. Canela. **Anais...** Canela, 2010.

SOUZA, F. F. et al. Gestão de resíduos sólidos na construção civil: uma análise do relatório GRI de empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Navus-Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 5, n. 4, p. 78-95, 2015.

SPADOTTO, A. et. al. Impactos ambientais causados pela construção civil. In: Unoesc & Ciência – ACSA, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 173-180, jul./dez. 2011. Santa Catarina, 2011.

ROTH, C. G.; GARCIAS, C. M. Construção Civil e a degradação ambiental. **Desenvolvimento em questão**, v. 7, n. 13, p. 111-128, 2009.

CAPÍTULO 4

ESTRATÉGIAS DE DESEMPENHO E CONEXÕES POLÍTICAS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA B3

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Kamilla Alves Barreto

Universidade Federal da Paraíba
Campina Grande – Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/3022384993897964>

Aluska Ramos de Lira

Universidade Federal da Paraíba
Campina Grande – Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/8904409358057477>

RESUMO: O desempenho das empresas está associado a interação firma-ambiente, sendo essencial a elaboração de estratégias que captem recursos e garantam vantagem competitiva, assegurando a continuidade do negócio e alcance de suas metas. Por intermédio de estratégias políticas, as firmas buscam descobrir déficits no mercado, a fim de se tornarem mais competitivas. Assim, o objetivo desta pesquisa foi evidenciar como as conexões políticas entre firma e governo, têm influência no desempenho das empresas listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), no período de 2012 a 2016, considerando o contexto institucional e econômico do Brasil. Como base teórica foi utilizada as teorias da agência e da dependência de recursos. Os resultados apontaram que, de forma geral, as doações a campanhas eleitorais não veio a ser um fator a impactar fortemente a performance das empresas, logo sendo um indicativo de que as mesmas não terão seu desempenho afetado

em decorrência da introdução da Lei da Reforma Eleitoral (Lei nº 13.165/2015). Por sua vez, a crise enfrentada no país a partir de 2015 teve impacto negativo no desempenho das firmas durante esse período assim como em posteriores. Além disso, ficou evidenciado que há baixo nível de disponibilidades nas empresas em análise.

PALAVRAS-CHAVE: Desempenho; Conexões Políticas; Doações; Teoria da Agência; Teoria da Dependência de Recursos.

PERFORMANCE STRATEGIES AND POLITICAL CONNECTIONS: EMPIRICAL EVIDENCE IN BRAZILIAN COMPANIES LISTED IN B3

ABSTRACT: The performance of companies is associated with the interaction between firm and environment, and it is essential to develop strategies that capture resources and ensure competitive advantage, ensuring business continuity and achieving its goals. Through political strategies, firms seek to discover deficits in the market in order to become more competitive. Thus, the objective of this research was to show how the political connections between firm and government, have an influence on the performance of companies listed in Brazil, Bolsa, Balcão (B3), in the period from 2012 to 2016, considering the institutional and economic context of Brazil. As a theoretical basis, theories of agency and resource dependence were used. The results showed that, in general, donations to electoral campaigns did not become a factor that strongly impacted the performance of companies, thus indicating that their performance will not be affected due to the introduction of the Electoral

Reform Law (Law No. 13,165 / 2015). In turn, the crisis faced in the country since 2015 had a negative impact on the performance of firms during this period as well as in subsequent ones. In addition, it was evidenced that there is a low level of availability in the companies under analysis.

KEYWORDS: Performance; Political Connections; Donations; Agency Theory; Resource Dependency Theory.

1 | INTRODUÇÃO

Muitas empresas buscam manter disponibilidades de caixa a fim de proporcionar maior flexibilidade financeira, proteger os interesses dos acionistas e reduzir os custos de transação no mercado externo, além de proteger a organização em momentos de dificuldade financeira. No entanto, essas reservas muitas das vezes podem levar os administradores a prática de comportamentos oportunistas (Jensen, 1986), o que faz com que a relação positiva entre liquidez e desempenho seja afetada. Dessa maneira, essa relação passa a depender de características inerentes ao contexto institucional em que as empresas operam.

Dessa forma é importante que se verifique empiricamente como o efeito das disponibilidades sobre o desempenho pode ser contingente e dependente de conexões políticas através das doações. A recessão econômica e crise política atual na qual o Brasil ainda se encontra pode ser evidenciada com a queda do PIB que apresentou no ano de 2015, conforme dados do IBGE, um percentual de -3,8%; período de maior queda verificada desde 2010, mostrando também a importância de identificar as consequências da crise no desempenho das empresas.

A relação entre empresas e o ambiente em que operam é relevante na busca de estratégias para captar recursos essenciais à melhoria do seu desempenho, na busca de reduzir as incertezas e o risco do negócio. Estudos sobre as conexões políticas das firmas são relativamente recentes. A literatura internacional vem identificando certos benefícios mútuos dessa relação firma-governo, traduzidos em informação, influência, proteção, recursos financeiros e rendas do governo, demonstrando que há relação significativa entre a dependência de recursos do governo e a intensidade de conexões políticas (Fisman, 2001; Hillman & Keim, 1995; Mahon & Murray, 1981; Pittman, 1977).

Por outro lado, alguns estudos, como o de Chen, Cheng e Tan (2017), evidenciam que empresas conectadas politicamente tendem a gerenciar suas informações para evitar expô-la, gerando custos políticos associados a assimetria informacional, prejudicando o desempenho da firma, que por vezes acredita estar se beneficiando pela conexão política.

Dessa forma, a pesquisa busca a partir de novas evidências, considerando o caso brasileiro, investigar se há efeitos consideráveis das doações a campanhas eleitorais sobre o desempenho das firmas, tendo em vista que a partir de 2015 com a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) não mais é permitido doações de pessoas jurídicas para as campanhas

eleitorais. Sendo a mudança introduzida pela Reforma Eleitoral (Lei nº 13.165/2015), assim busca-se verificar se as mesmas terão seu desempenho afetado a partir dessa mudança, contribuindo para a literatura já existente trazendo novas evidências a partir da reformulação da lei, assim como considerando o contexto de crise política e econômica.

Com base nas pesquisas que estudam a relação firma-governo, sob a ótica da governança e do desempenho, este trabalho através da teoria da dependência de recursos e a teoria da agência, busca contribuir para explicar o impacto das doações sobre o desempenho das firmas no contexto Brasil, respondendo a seguinte questão: as conexões políticas entre firma e governo, por doação à campanha, têm influência no desempenho das empresas listadas na B3?

O artigo analisa as conexões políticas, a partir das doações à campanha, das firmas brasileiras listadas na B3, não financeiras e sem regulação, e suas influências no desempenho de mercado no período de 2012 a 2016. O presente trabalho está estruturado conforme segue: referencial teórico, apresentando a teoria da agência e a teoria da dependência de recursos, utilizadas como base, e alguns estudos empíricos; os procedimentos metodológicos utilizados na concepção desse trabalho; os resultados encontrados, bem como a discussão destes e as considerações finais.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Estratégias de Desempenho e Governança Corporativa

O melhor desempenho das empresas está ligado a interação firma-ambiente, sendo essencial para a concepção de estratégias que capturem recursos (Hillman, 1999). É possível encontrar na literatura um corpo teórico a respeito das ligações sociais das firmas por intermédio dos administradores. No meio organizacional, o desempenho está associado à eficiência que a empresa apresenta diante do mercado, ou seja, a efetividade organizacional (Andrade & Galina, 2013; Ccas, 2014).

A palavra “estratégia” pode ser entendida como “um desses termos que muitas das vezes definimos de uma forma e muitas vezes usamos de outra” (Mintzberg et al., 2006). Huffman (2001) observa que a definição de estratégia associada às organizações e ao negócio é bastante complexa. Dessa maneira, ele fala que estratégia de negócio pode ser definida como a declaração de como a empresa pretende ganhar. Entretanto não é algo específico, não é um plano onde é apresentado um passo a passo, mas antes está relacionado com as táticas para um futuro a longo prazo.

A estratégia oferece um suporte para as empresas e apresenta a definição das maneiras possíveis para alcançar as suas metas (Zahra & Covin, 1993). Sendo assim, a estratégia em uma organização pode se apresentar de diversas maneiras, tais como o marketing (incluindo vendas e promoções), recursos humanos (incluindo aspectos também

culturais), de finanças, de contabilidade, conexões políticas entre outras estratégias de gestão.

A necessidade de maior transparência fez com que as empresas no mercado de capital aberto aderissem as boas práticas de governança, tendo como intenção mostrar a credibilidade e importância das informações prestadas, o que vem se tornando cada vez mais importante no lançamento de ações. Silveira (2004) define a governança corporativa como um sistema de gerenciamentos capaz de fornecer eficácia para percurso decisório empresarial. Dessa maneira, a governança corporativa acaba sendo uma sucessão de medidas cuja principal função é a supervisão sobre o modo administrativo empresarial, garantindo lucro aos que esperam retorno do investimento.

De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2002, p.1), a governança corporativa é um conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital.

De maneira sintetizada, a governança corporativa surge com o intuito da produção de um sistema onde as companhias subordinam-se ao controle e ao monitoramento, proporcionando associação sem prejuízos para os envolvidos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2016), o escopo da Governança Corporativa é a elaboração de ferramentas eficazes que servem para assegurar as ações dos gestores de acordo com o interesse e intenções dos detentores de ações.

As instituições que adotam o sistema de gestão Governança Corporativa elaboram um conjunto administrativo que torna a transparência da empresa mais relevante diante do mercado acionário, ou seja, a empresa tende a possuir menor assimetria informacional e maior controle de perdas e ganhos dos acionistas (Vieira & Mendes, 2004).

O quantitativo de pesquisas que tentam explicar as relações e o impacto do contexto institucional sobre o desempenho das corporações vêm aumentando expressivamente, uma vez que o desempenho é afetado por muitos fatores externos e também internos, por estar sujeito a administração executada por gerentes, que podem manter uma conduta oportunista, voltada a atender seus próprios interesses, onde os acionistas perdem controle e proteção (Garmaise & Liu, 2005).

De acordo com a teoria da agência, a manutenção de caixa é importante para a construção de recursos (Jensen, 1986). Toda empresa busca o lucro, essa é a lógica empresarial, além de buscar em conjunto a potencialização e ampliação dos recursos de seus diretores e acionistas. Porém, não é sempre que os interesses destes acionistas estão alinhados com a vertente de interesse dos administradores. Contempla-se assim, apresentar a Teoria da Agência, que trata sobre os conflitos de agência. Assim, a hipótese fundamental dessa teoria é que as pessoas têm interesses diferentes e cada uma busca alcançar seus próprios objetivos, podendo para isso colocá-los a frente dos organizacionais.

Fazendo uma análise geral pode-se aferir que os sócios acionistas terão suas

ações visando o aumento do valor de mercado das ações e aumento do seu patrimônio, os administradores visam manter seus empregos e a construção do seu próprio patrimônio empresarial. Silveira (2004) aborda que os conflitos de agência não se limitam ao que diz respeito aos sócios e aos administradores, pois o conflito se apresenta no que envolve os sócios, sócios nominais ou de menor patrimônio e sócios controladores ou administrativos.

2.2 Conexões Políticas

Por intermédio de estratégias políticas, as firmas buscam descobrir déficits no mercado, a fim de se tornarem mais competitivas. As conexões políticas podem ser caracterizadas como manutenção de vínculos entre empresas e políticos, a fim de atender interesses específicos. Camilo, Marcon e Bandeira-de-Mello (2012) definem que as conexões políticas consistem na prática de empresas manterem vínculos com políticos, para atingir determinados objetivos, como a necessidade de obtenção de recursos. Enquanto que os interesses dos políticos consistem prioritariamente nos financiamentos de campanha, realizando assim trocas de favores para benefícios mútuos.

A literatura internacional traz uma maior quantidade de pesquisas sobre a temática. Os estudos sobre conexões políticas são classificados de acordo com Cooper, Gulen & Ovtchinnikov (2010) de duas formas: (1) aqueles que analisam conexões políticas explícitas, relacionadas a um político no Conselho da Administração e (2) aqueles que analisam as conexões implícitas, definidas como a relação indireta por meio de contribuição em espécie para os cofres de um político. Tendo em vista que ainda não há consenso sobre a relação que melhor define as empresas politicamente conectadas (Jackowicz; Kozlowski & Mielcarz, 2014), neste estudo, optou-se por avaliar as conexões políticas implícitas de cada empresa, através de suas doações oficiais à campanha. Considerando-se, assim, as doações como medidas de conexão política.

Essa conexão política estabelecida nos financiamentos de campanha, através das doações, podem produzir significativos efeitos sobre o ambiente competitivo das empresas, com as estratégias políticas as corporações produzem esforços para influenciar as decisões em políticas públicas (Hillman & Hitt, 1999).

Camilo, Marcon e Bandeira-de-Mello (2012) afirmam que ao criar conexões políticas por meio de doação a campanha, a empresa despense esses recursos com o objetivo de obter bom retorno. Dessa forma, a doação de recursos financeiros é vista como uma estratégia da empresa, que a liga diretamente aos atuais governantes, prováveis futuros governantes e partidos políticos (Bazuchi et al., 2013).

Ao ligar as correntes que abordam temas importantes como governança e desempenho, tem-se a teoria da dependência dos recursos para cooperar no esclarecimento das relações organizações-ambiente, através das conexões políticas. Para a teoria da dependência de recursos, a articulação ao ambiente é uma função direta dos níveis e tipos de dependência que uma organização possui (Hillman, Cannella, & Paetzold, 2000). Logo,

os laços estabelecidos pelas firmas expressam o grau de articulação e de dependência em relação ao ambiente.

Brey et al. (2011) afirmam que as organizações fazem o que estiver ao alcance para diminuir as incertezas, minimizar as dependências externas e aumentar os recursos de que necessitam. Os autores destacam que um dos métodos utilizados para diminuir as dependências externas é a criação de vínculos políticos, tendo em vista que é o governo que intervém nas políticas econômicas e públicas do país.

Alguns autores acreditam que as conexões políticas podem ser benéficas para a empresa, mas existem estudos que divergem desse posicionamento, afirmando que o custo decorrente das conexões políticas pode ser maior que o retorno, o que torna desvantajosa a iniciativa (Brey et al., 2014; Ozer & Alakent, 2013).

Chen, Cheng e Tan (2017), em seu estudo, evidenciaram que empresas conectadas politicamente tendem a gerenciar suas informações para evitar expô-la, revelando menos informações do que empresas comparáveis, gerando custos políticos associados à assimetria informacional, prejudicando o desempenho da firma, que por vezes acredita estar se beneficiando pela conexão política e, que tais empresas têm sua divulgação positivamente relacionada à extensão da sua dependência, do tipo de conexão e da gravidade do seu envolvimento em escândalos, aumentando posteriormente sua divulgação para compensar as perdas decorrentes dos escândalos e reduzir o aumento do risco e custos provenientes.

Assim embora alguns estudos empíricos tenham encontrado efeitos positivos no desempenho das firmas, é importante considerar o contexto político característico de cada país, bem como outros fatores externos às empresas, uma vez que quando as empresas têm em seu ambiente de atuação mercados emergentes, como o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), eles se deparam com situações diferenciadas de controle dos mercados, e as relações entre empresa-governo-mercado podem motivar ou constranger suas estratégias.

Claessens, Feijen e Laeven (2008) pesquisaram o tema “conexões políticas” baseados em dados brasileiros, nas eleições entre 1998 e 2005, buscando verificar se maiores contribuições de empresas para campanhas de candidatos à eleição implicavam em favores políticos no futuro, bem como quais eram esses favores, além de identificar retornos anormais das ações de empresas que contribuíram para as campanhas, os resultados demonstraram que doações a campanhas de deputados tinham um efeito mais forte nos casos em que o candidato venceu. Um de seus argumentos era que as contribuições políticas podiam vir a facilitar o acesso a financiamentos, já que as empresas que contribuíram tiveram aumento na alavancagem, embora não tenha acontecido o mesmo com a rentabilidade.

Este maior acesso a empréstimos é algo grave tendo em vista que, em média, as empresas que mais contribuem para campanhas eleitorais tendem a ter pior desempenho econômico e por meio desse crédito diferenciado virem a garantir sua sobrevivência no

mercado, fazendo com que o grau de conexão política passe a determinar a lucratividade dos empreendimentos, em detrimento de outros critérios como a produtividade, comprometendo o crescimento sustentado.

3 | METODOLOGIA

3.1 População, amostra e coleta de dados

Esta pesquisa empírica partiu inicialmente de todas as empresas listadas na B3 que apresentaram pelo menos uma informação referente às variáveis definidas para os modelos utilizados, os dados das demonstrações contábeis referentes aos exercícios sociais de 2012 a 2016 foram coletados da base de dados Thomson Reuters® e os dados relativos às doações feitas pelas empresas para campanhas eleitorais de 2014 do sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que foram coletados manualmente.

Sendo as variáveis observadas inicialmente através de estatística descritiva e análise da correlação a fim de verificar o comportamento e a associação entre elas, em seguida fez-se o uso da técnica estatística da regressão linear múltipla, por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), com uso de dados em painel desbalanceado com efeitos fixos. Da amostra foram excluídas as empresas do setor financeiro e de seguros. Portanto a amostra final é composta de 94 empresas e 470 observações.

O período de abrangência utilizado na amostra foi de 2012 a 2016, o ano utilizado para medir a relação da crise foi 2015, ano da recessão econômica no Brasil, registrada de acordo com o IBGE como uma das maiores recessões dos últimos tempos, e o ano de 2014 foi usado para, a variável de interesse, *dummy* doações por ser o último ano das eleições presidenciais compreendido durante o período de análise e por ser o último ano onde era permitido por lei as doações por empresas, sendo coletadas informações de doações por empresas a campanhas de Presidente, Deputado Federal e Estadual, Governador e Senador.

3.2 Modelos e variáveis empregadas

Os modelos empíricos abaixo foram aplicados aos dados:

$$ROA = \alpha + \beta_1 \text{Disp}_{it} + \beta_2 \text{ConcPart}_{it} + \beta_3 \text{Alav}_{it} + \beta_4 \text{Tam}_{it} + \beta_5 \text{Tang}_{it} + \beta_6 \text{OportCr}_{it} + \beta_7 \text{Doaes}_{it} + \beta_8 \text{Crise}_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$ROA = \alpha + \beta_1 \text{Disp}_{it} + \beta_2 \text{ConcPart}_{it} + \beta_3 \text{Alav}_{it} + \beta_4 \text{Tam}_{it} + \beta_5 \text{Tang}_{it} + \beta_6 \text{OportCr}_{it} + \beta_7 \text{Crise}_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

A variável dependente do estudo é o retorno sobre ativos (ROA), tomada como uma *proxy* para o desempenho da empresa, a variável independente chave é a Disponibilidade. Como variável de interesse foi utilizada a *dummy* doações (Doaes). As variáveis utilizadas são descritas no quadro abaixo.

Variável	Sinal Esperado	Descrição
ROA		Lucro Líquido/Ativo Total
Disponibilidades (Disp)	+	Caixa e Equivalentes de Caixa/Ativo Total
Concentração de participação (ConcPart)	-	% de ações detidas diretamente pelo acionista majoritário
Alavancagem (Alav)	-	Dívida Financeira/Dívida Financeira e Patrimônio
Tamanho (Tam)	+	Logaritmo natural do Ativo Total
Tangibilidade (Tang)	+	Ativos Tangíveis/Ativos Totais
Oportunidade de crescimento (OportCr)	+	% variação nas vendas do ano t para o ano t-1
Doações (Doeas)	+/-	Dummy igual a 1 para as empresas que doaram na campanha eleitoral do ano de 2014, 0 caso contrário.
Crise (Crise)	-	Dummy igual a 1 para os anos iguais ou posteriores a 2015, 0 caso contrário.

Tabela 1
 Descrição das Variáveis Empregadas
 Fonte: Elaboração dos autores (2020).

4 | RESULTADOS

A análise dos resultados foi realizada por meio de uma análise longitudinal das firmas. Com o propósito de observar o comportamento e a associação das variáveis, foram feitas, assim, análise de estatística descritiva e correlação. Em seguida para identificar os efeitos das variáveis sobre o desempenho das empresas foi utilizada a técnica estatística da regressão linear múltipla, por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), com uso de dados em painel desbalanceado.

Os resultados da Tabela 2 contendo as estatísticas descritivas evidenciam que a variável dependente ROA, no total, durante os anos analisados, apresentou média positiva, revelando que as firmas alcançaram desempenho positivo; até quando observado, os valores mínimos, que mostram que até mesmo àquelas com menor performance ainda obtiveram resultados favoráveis.

Com relação ao comportamento das variáveis independentes, observa-se média de tesouraria de acordo com a variável (DISP) de 8%, mostrando cautela na manutenção de fluxos de caixa disponíveis, podendo se inferir que devido, muito embora possa ser vantajoso manter disponibilidades de caixa a fim de proporcionar maior flexibilidade financeira, proteger os interesses dos acionistas e reduzir os custos de transação no mercado externo, além de proteger a organização em momentos de dificuldade financeira, essas reservas muitas das vezes podem levar os administradores a prática de comportamentos oportunistas conforme

a teoria da agência (Jensen, 1986), o que faz com que a relação positiva entre liquidez e desempenho seja afetada, sendo dependente do ambiente ao qual está inserida.

No entanto, quando observado os valores máximos, há grandes reservas de caixa, em algumas empresas, cerca de 47%, o que pode leva-las a não sentir necessidade em realizar conexões políticas por não serem tão dependentes de fontes externas para financiar suas atividades, já que de acordo com a teoria da dependência de recursos, a articulação ao ambiente é uma função direta dos níveis e tipos de dependência que uma organização possui (Hillman, Cannella, & Paetzold, 2000). Onde, os laços estabelecidos pelas firmas mostram o grau de articulação e de dependência em relação ao ambiente.

O que pode ser confirmado quando observado a média da variável doações (DOAES), onde cerca de 6% das empresas avaliadas realizaram doações durante o período analisado, podendo ser indicativo a partir dos resultados das variáveis ROA e DISP, acima mencionadas, de que a maior parte por está apresentando bom desempenho, não estejam observando vantagem, seja, competitiva ou por dependência de recursos na realização de conexões políticas.

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
ROA	0.11	0.05	0.0013101	0.3090169
DISP	0.08	0.07	0.0001232	0.4728892
CONCPART	0.38	0.21	-0.0676687	0.9967803
ALAV	0.46	0.20	0.027782	0.9947276
TAM	22.35	1.68	17.33313	27.52581
TANG	0.39	0.18	0.0230227	0.9084274
OPORTCR	0.07	0.22	0.6667048	2.749.111
DOAES	0.06	0.24	0	1
CRISE	0.4	0.49	0	1

Tabela 2
Estatística Descritiva (2012 -2016)
Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

É importante observar a correlação entre as variáveis do estudo destacada na tabela 3 a seguir para extrair achados importantes.

Os resultados demonstram que a um nível de significância de 1%, 5% e 10%, respectivamente, as variáveis que apresentaram maior relevância para o desempenho, foram: Alavancagem (ALAV), Crise (CRISE), Disponibilidades (DISP) e Doações (DOAES). A respeito da significância com relação às Disponibilidades, as variáveis que obtiveram maior grau de associação foram: Tangibilidade (TANG), Oportunidade de Crescimento

(OPORTCR) e Concentração de Participação (CONCPART).

Variáveis	ROA	DISP	CONCPART	ALAV	TAM	TANG	OPORTCR	DOAES	CRISE
ROA	1.00								
DISP	0.08*	1.00							
CONCPART	0.04	0.09**	1.00						
ALAV	-0.24***	0.03	0.09**	1.00					
TAM	-0.01	-0.01	-0.04	0.30***	1.00				
TANG	0.02	0.30***	-0.05	-0.11***	-0.38***	1.00			
OPORTCR	0.05	-0.11***	0.04	0.03	0.06	-0.06	1.00		
DOAES	-0.03*	0.02	-0.06	-0.02	0.04	0.06	0.01	1.00	
CRISE	-0.13***	0.01	-0.01	0.10**	0.06	0.01	-0.03	-0.21***	1.00

Nota: Nível de significância ***1% **5% *10%.

Tabela 3
Correlação entre as variáveis (2012-2016)
Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

A crise enfrentada no país a partir de 2015 mostrou que houve impacto negativo no desempenho das firmas durante esse período e posteriores, além da sua correlação negativa com a variável doações (DOAES), evidenciando que em períodos de queda da economia as firmas reduzem suas doações tendo em vista os efeitos negativos da crise sobre seu desempenho, impossibilitando aportes financeiros destinados a outras atividades que não a principal do negócio, bem como a cautela de envolvimento em escândalos, como demonstrado na pesquisa de Chen, Cheng e Tan (2017), levando-as a retrair as conexões, devido a custos políticos associados à assimetria informacional, prejudicando o desempenho da firma, assim procuram reduzir o aumento do risco e custos associados, que pode afetar a sua imagem e sustentabilidade. Assim, o custo decorrente das conexões políticas pode ser maior que o retorno, o que torna desvantajosa a iniciativa (Brey et al., 2014; Ozer & Alakent, 2013).

Além disso, as doações, variável de interesse, mostra que relações políticas podem afetar o desempenho, a partir da correlação negativa de -0.03, entre elas, quando analisada individualmente, podendo ser um indicativo de que a crise tem associação com as conexões políticas, ou seja, pode ser esta causada dentre outros fatores, por fatores políticos, tendo em vista serem usadas para trocas de favores.

É importante observar a correlação negativa entre a variável (ALAV) e o ROA,

onde quanto menor a participação de recursos de terceiros na estrutura do capital da empresa, melhor seu desempenho, tendo em vista que embora possa ser um maximizador de rentabilidade, a alavancagem pode aumentar os riscos eventuais de exposição a insolvência, podendo se depreender que a alavancagem pode estar afetando os níveis de disponibilidades, corroborando com a pesquisa de Claessens, Feijen e Laeven (2008), onde afirmou que as contribuições políticas podiam vir a facilitar o acesso a financiamentos, já que as empresas que contribuíram tinham aumento na alavancagem, embora não tenha acontecido o mesmo com a rentabilidade, ou seja tal alavancagem vem a afetar o desempenho das firmas, devido esse crédito diferenciado virem a garantir sua sobrevivência no mercado, fazendo com que o grau de conexão política passe a determinar a lucratividade dos empreendimentos, em detrimento de outros critérios como a produtividade, comprometendo o crescimento sustentado.

Quanto ao modelo proposto para identificar a influência das estratégias políticas no desempenho das firmas fatores, a tabela 4 a seguir mostra os resultados estimados da regressão. Onde, na tabela 4 as colunas (1) e (2) mostram os resultados do modelo com e sem a variável de moderação, respectivamente, evidenciado também os coeficientes que esclarecem a relação entre as doações e o desempenho. A variável disponibilidades possibilita medir o efeito parcial das reservas de caixa no ROA. Desse modo as colunas (1) e (2) mostram o impacto das doações sobre o desempenho.

Para testar modelo quanto à adequação de seus estimadores, foi necessário a realização do teste de Hausman, onde nesse teste em caso de rejeição da hipótese nula, o melhor estimador para o modelo é o com efeitos fixos. Dessa maneira, para o modelo utilizado nessa pesquisa, o teste de Hausman, considerando um nível de 5% de significância, evidenciou que o estimador com efeitos fixos é o mais adequado.

Com o estimador definido, foram realizados os testes para verificação da presença de heterocedasticidade e autocorrelação, através dos testes de Wald e Durbin-Watson, concomitantemente. Identificado a heterocedasticidade, aplicou-se as matrizes de covariância dos parâmetros robustos de Driscoll e Kraay, sendo adequado para ambos painéis, balanceados e não balanceados, e em regressão de efeitos fixos (Driscoll & Kraay, 1998). Não foi detectado problemas de multicolineariedade de acordo com o teste *Variance Inflation Factor* (VIF). A normalidade foi subentendida validando-se do pressuposto do Teorema do Limite Central (Brooks, 2014). O R^2 dos dois modelos apresentam uma boa explicação das variáveis independentes em relação ao Desempenho, sendo o modelo bem ajustado.

VARIÁVEIS	(1)	(2)
Disponibilidades	-0.0969** (0.038)	-0.0950** (0.048)
Concentração de Participação	-0.0188 (0.372)	-0.0187 (0.383)
Tamanho	-0.0412** (0.049)	-0.0403** (0.039)
Oportunidade de Crescimento	0.0271* (0.095)	0.0270* (0.089)
Tangibilidade	0.0500 (0.122)	0.0503 (0.114)
Alavancagem	0.0196* (0.074)	0.0203* (0.084)
Doações	0.0032 (0.463)	
Crise	-0.0065* (0.096)	-0.0071* (0.064)
Constante	1.0252** (0.035)	1.0046** (0.028)
Observações	470	470
R ²	0.1368	0.1362
Estatística F	0.001	0.002
Durbin Watson ¹	0.7736	0.7662
Teste de Wald ²	0.0000	0.0000
VIF ³	1.15	1.15
Firmas Identificadas	94	94
Efeitos Fixos	SIM	SIM

Nota: Nível de significância ***1% **5% *10%. Modelo com parâmetros robustos. O pressuposto da normalidade foi relaxado, pois a amostra é grande o suficiente (Brooks, 2008).

¹ Teste de Durbin Watson de Correlação. ² Teste de Wald para heterocedasticidade. ³ Maior valor para o teste de multicolinearidade *Variance Inflation Factor* (VIF).

Tabela 4

Resultados para os efeitos das disponibilidades e corrupção no desempenho da empresa

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Com base nos resultados apresentados, analisando o desempenho das firmas com base no ROA, observa-se que as variáveis que apresentaram significância estatística, nos dois modelos (1) e (2) foram as variáveis Disponibilidades, Tamanho, Oportunidade de Crescimento, Alavancagem e Crise.

Analisando o desempenho das empresas brasileiras, observou-se que, das variáveis que apresentaram significância estatística com base no ROA, apenas as disponibilidades e o tamanho apresentaram sinal diferente do esperado. Essa relação aponta que empresas que têm menor disponibilidade de caixa vêm a ter um desempenho mais alto, o que pode

ser devido ao fato de que estas evitam manter grandes níveis de caixa a fim de evitar conflitos de agência.

A relação inversa, porém, esperada, foi obtida na relação crise e desempenho, tendo em vista que em contextos de crise econômica as empresas têm seu desempenho afetado, a variável apresentou nível de significância de 10%. A crise enfrentada no país a partir de 2015 mostrou que houve impacto negativo no desempenho das firmas durante esse período e posteriores.

Por último, a variável de interesse deste modelo (doações) apresentou relação positiva, no entanto esta variável (doações) apresentou-se sem significância estatística (p -valor = 0,463), indicando que se a empresa realiza ou não doações não há impacto nenhum no seu desempenho, evidenciado que embora defendida como estratégia para melhorar o desempenho das empresas não é um determinante que vem a impactar fortemente a performance das companhias, o que mostra que com a Lei da Reforma Eleitoral (Lei nº 13.165/2015) as empresas não terão seu desempenho afetado.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar o efeito das conexões políticas entre firma e governo através de doação à campanha, sobre desempenho das empresas listadas na B3. Os resultados apontaram que com as doações as empresas tiveram aumento na alavancagem, onde tal aumento, veio a afetar o desempenho das firmas, podendo se dever ao fato desse crédito diferenciado vir a garantir sua sobrevivência no mercado, fazendo com que o grau de conexão política passe a determinar a lucratividade dos empreendimentos, em detrimento de outros critérios como a produtividade, comprometendo o crescimento sustentado.

A crise enfrentada no país a partir de 2015 teve impacto negativo no desempenho das firmas durante esse período assim como em posteriores, podendo se dever ao fato de que a crise tem relação com as conexões políticas, já que estas podem ser usadas para trocas de favores.

Em relação à manutenção de fluxos de caixa disponíveis, os resultados apontaram que em média há baixo nível de disponibilidades, muito embora possa ser vantajoso manter disponibilidades de caixa a fim de proporcionar maior flexibilidade financeira, proteger os interesses dos acionistas e reduzir os custos de transação no mercado externo, além de proteger a organização em momentos de dificuldade financeira, essas reservas muitas das vezes podem levar os administradores a prática de comportamentos oportunistas conforme a teoria da agência (Jensen, 1986), o que faz com que a relação positiva entre liquidez e desempenho seja afetada, sendo dependente do ambiente ao qual está inserida.

No entanto, algumas empresas, possuem grandes reservas de caixa o que pode leva-las a não sentir necessidade em realizar conexões políticas por não serem tão

dependentes de fontes externas para financiar suas atividades, já que de acordo com a teoria da dependência de recursos, a articulação ao ambiente é uma função direta dos níveis e tipos de dependência que uma organização possui (Hillman, Cannella, & Paetzold, 2000).

A literatura aponta que a aproximação, firma-governo, favorece acesso a financiamentos e a captação de negócios, no entanto mostra que este maior acesso a empréstimos é algo grave tendo em vista que, em média, as empresas que mais contribuem para campanhas eleitorais acabam apresentando um pior desempenho econômico, no entanto como discutido essa fonte de crédito passa a determinar sua sustentabilidade no mercado ao invés do resultado de suas atividades.

Embora, tenha sido verificado em pesquisas anteriores, que quanto maior as doações, maior poderia ser o desempenho, de forma geral este não se mostrou como um fator que venha a impactar fortemente o desempenho das empresas. Desse modo as evidências demonstraram que não há efeitos consideráveis das doações a campanhas eleitorais sobre a performance das firmas, logo sendo um indicativo de que as mesmas não terão seu desempenho afetado a partir da introdução da Lei da Reforma Eleitoral (Lei nº 13.165/2015).

É importante destacar que em períodos de maior instabilidade política, como nas eleições de 2014, as organizações intensificam suas estratégias políticas através de doações, a fim de obter informações privilegiadas e vantagens operacionais. No entanto, como foi verificada essa estratégia não leva a um maior desempenho.

Como limitações, conseqüentemente oportunidades para estudos posteriores, tem-se a inclusão de variáveis de diversificação internacional e mais variáveis de conexão política, além de comparar o desempenho antes e depois após a proibição de doações por empresas a campanhas eleitorais, ao longo de um período incluindo mais eleições.

No entanto, a pesquisa contribui para a literatura brasileira sobre estudos de desempenho e conexões políticas, trazendo novas evidências, tendo em vista a importância em abordar tal temática na atual situação de crise econômica e política do país, fornecendo bases para a tomada de decisão dos usuários da informação contábil, sejam definidores de políticas internas das corporações, acionistas e a sociedade que se beneficia com o desenvolvimento econômico, assim como a comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

BAZUCHI, Karina Regina Vieira et al. **The role of home country political resources for Brazilian multinational companies.** BAR-Brazilian Administration Review, v. 10, n. 4, p. 415-438, 2013.

Brasil, Tribunal Superior Eleitoral. **Resumo de receitas por candidato.** Recuperado em 11 junho, 2017, de <http://inter01.tse.jus.br/spcweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>

Brasil. **Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Recuperado em 11 junho, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm

_____. **Lei nº. 13.165, de 29 de setembro de 2015.** Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Recuperado em 11 junho, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm

BREY, Nathanael Kusch et al. **A estrutura de propriedade das corporações: conexões políticas sob a perspectiva da dependência de recursos.** Revista Ibero Americana de Estratégia, v. 10, n. 3, p. 126-146, 2011.

BREY, Nathanael Kusch et al. **Conexões políticas em estruturas de propriedade: o governo como acionista em uma análise descritiva.** RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 15, n. 1, p. 98-124, 2014.

CAMILO, Sílvio Parodi Oliveira; MARCON, Rosilene; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. **Conexões políticas das firmas e seus efeitos na performance: uma convergência entre as perspectivas da governança e da dependência de recursos—um ensaio teórico.** Revista Alcance, v. 19, n. 2, p. 241-258, 2012.

CHEN, Jean J. et al. **Implications of political patronage and political costs for corporate disclosure: Evidence from the Shanghai Pension corruption scandal.** Journal of Accounting, Auditing & Finance, v. 32, n. 1, p. 92-122, 2017.

CLAESSENS, Stijn; FEIJEN, Erik; LAEVEN, Luc. **Political connections and preferential access to finance: The role of campaign contributions.** Journal of financial economics, v. 88, n. 3, p. 554-580, 2008.

COOPER, Michael J.; GULEN, Huseyin; OVTCHINNIKOV, Alexei V. **Corporate political contributions and stock returns.** The Journal of Finance, v. 65, n. 2, p. 687-724, 2010.

DRISCOLL, John C.; KRAAY, Aart C. **Consistent covariance matrix estimation with spatially dependent panel data.** Review of economics and statistics, v. 80, n. 4, p. 549-560, 1998.

FISMAN, Raymond. **Estimating the value of political connections.** American economic review, v. 91, n. 4, p. 1095-1102, 2001.

HILLMAN, Amy J.; CANNELLA, Albert A.; PAETZOLD, Ramona L. **The resource dependence role of corporate directors: Strategic adaptation of board composition in response to environmental change.** Journal of Management studies, v. 37, n. 2, p. 235-256, 2000.

HILLMAN, Amy J.; HITT, Michael A. **Corporate political strategy formulation: A model of approach, participation, and strategy decisions.** Academy of management review, v. 24, n. 4, p. 825-842, 1999.

HILLMAN, Amy; KEIM, Gerald. **Varição internacional na interface entre empresas e governos: considerações institucionais e organizacionais.** Academy of management review, v. 20, n. 1, p. 193-214, 1995.

JACKOWICZ, Krzysztof; KOZŁOWSKI, Łukasz; MIELCARZ, Paweł. **Political connections and operational performance of non-financial firms: New evidence from Poland.** Emerging Markets Review, v. 20, p. 109-135, 2014.

JENSEN, Michael C. **Agency costs of free cash flow, corporate finance, and takeovers.** The American economic review, v. 76, n. 2, p. 323-329, 1986.

MAHON, John F.; MURRAY JR, Edwin A. **Strategic planning for regulated companies.** Strategic Management Journal, v. 2, n. 3, p. 251-262, 1981.

OZER, Mine; ALAKENT, Ekin. **The influence of ownership structure on how firms make corporate political strategy choices.** Business & Society, v. 52, n. 3, p. 451-472, 2013.

PITTMAN, Russell. **Market structure and campaign contributions.** Public Choice, v. 31, n. 1, p. 37-52, 1977.

CAPÍTULO 5

ESTÁGIO CURRICULAR: AS CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS DO ESTÁGIO NA PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Data de aceite: 01/03/2021

Kemely Cristine Arruda Andrade

Universidade Estadual de Montes Claros
Unimontes
Montes Claros/MG
<http://lattes.cnpq.br/0456640493256826>

Eliana Soares Barbosa Santos

Universidade Estadual de Montes Claros
Unimontes
Montes Claros/MG
<http://lattes.cnpq.br/8358768513987958>

RESUMO: O Estágio curricular supervisionado é a oportunidade dada aos acadêmicos de relacionar os conhecimentos teóricos aprendidos na universidade à realidade prática do mercado. É também uma janela de acesso ao mercado de trabalho, por meio do qual o acadêmico e futuro profissional desempenhará a sua função semelhante à pretendida. Este estudo buscou analisar a percepção dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, matriculados no estágio em 1-2020, relacionando a teoria adquirida em sala de aula com a prática no local de realização do estágio. O objetivo central foi investigar a analogia da efetiva prática do estágio nas empresas em relação ao conhecimento adquirido em sala de aula. Trata-se de uma pesquisa com base bibliográfica, com característica descritiva e exploratória, no que tange em averiguar fatos e fenômenos relacionados. Além da construção do referencial

teórico para embasamento do estudo, buscou-se levantar informações por meio da aplicação de um questionário estruturado, e o resultado mostrou que o estágio tem fundamental importância para a formação profissional e acadêmica deles, sendo que para 95,4% dos acadêmicos responderam como importante ou muito importante o conhecimento adquirido no estágio. E 95,3% dos acadêmicos destacaram ainda que efetivamente utilizaram a teoria apreendida para realização da prática no estágio. **PALAVRAS-CHAVE:** Estágio Supervisionado, Contabilidade, Aprendizagem Prática.

CURRICULAR INTERNSHIP: THE PRACTICAL CONTRIBUTIONS OF THE INTERNSHIP IN ACCOUNTING PERCEPTION OF THE ACCOUNTING SCIENCE COURSE

ABSTRACT: The supervised curricular internship is the opportunity given to academics to relate the theoretical knowledge learned at the university to the practical reality of the market. It is also a window of access to the job market, through which the academic and professional future will perform their function similar to that intended. This study sought to analyze the perception of students of the Accounting Sciences course at the State University of Montes Claros - Unimontes, enrolled in the internship in 1-2020, relating the theory acquired in the classroom with the practice in the place where the internship took place. The central objective was to investigate the analogy of the effective practice of the internship in companies in relation to the knowledge acquired in the classroom. This is a bibliographically based

survey, with descriptive and exploratory characteristics, in terms of investigating related facts and phenomena. In addition to the construction of the theoretical framework to support the study, we sought to gather information through the application of a structured questionnaire, and the result showed that the internship is of fundamental importance for their professional and academic training, with 95.4% of the academics responded as important or very important the knowledge acquired in the internship. And 95.3% of the students also highlighted that they actually used the theory learned to carry out the practice in the internship.

KEYWORDS: Supervised Internship, Accounting, Practical Learning.

INTRODUÇÃO

A formação profissional é um os principais temas debatidos sobre educação, na atualidade. Isso se dá pelas constantes transformações que tem ocorrido no mercado de trabalho frente à tecnologia cada vez mais inserida no ambiente de trabalho. Toda via, apesar de ser recorrente, sua complexidade nos instiga a tentar identificar a relação do que se apreende em sala de aula e o que se aplica em seu ambiente de trabalho. Perceber na essência, a qualidade da teoria apreendida na educação acadêmica, requer um reconhecimento estruturado do sistema educacional.

Uma das formas de validar e complementar a formação profissional do acadêmico do Curso de Ciências Contábeis é por meio do Estágio Curricular Supervisionado, que permite aos acadêmicos se aproximarem do conhecimento prático com os ensinamentos teóricos desenvolvidos durante a graduação. Esse é também uma janela de acesso ao mercado de trabalho, por meio do qual o acadêmico e futuro profissional desempenhará a sua função semelhante à pretendida. Pimenta (2006) afirma que o estágio funciona como meio pelo qual o aluno se integra e reconhece o espaço organizacional como área em que deve atuar.

Além disso, é a partir de então que ele poderá desenvolver a sua identidade e conduta profissional. O período da graduação, bem como as disciplinas cursadas na academia e as experiências adquiridas ao longo do processo de ensino devem preparar o acadêmico para o mercado de trabalho. No Brasil, as normas legais que regulamentam o estágio começaram a ser delineadas pelo Decreto-Lei nº 4073 de 1942, que sofreu adequações na legislação, até a atual Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que, em seu contexto, apresenta o estágio vinculado ao processo educativo do acadêmico, com o intuito de subsidiar efetivamente as relações do estágio supervisionado, entre as empresas, o acadêmico e as instituições de ensino.(BRASIL,2008)

Para Bianchi, Alvarenga e Bianchi (2002) o mundo contemporâneo exige que os currículos dos cursos superiores estejam sempre em sintonia com a realidade do mercado, pois é para ela que se prepara o futuro profissional. A legislação vigente instrui que o estágio supervisionado deve ser parte integrante do currículo de uma instituição de ensino. Nesse sentido, afirma Krug (2008, p.4) o estágio “é concebido como uma experiência, ou seja,

como um conjunto de vivências significativas por meio das quais o estagiário identifica, seleciona, destaca os conhecimentos necessários e válidos para a atividade profissional”. (KRUG, 2008, p. 4).

Ademais, o estágio é um período de estudos práticos para aprendizagem e experiência. Envolve supervisão, revisão, correção e um exame cuidadoso. Além de proporcionar um ambiente para aprendizagem, permite às organizações contato com estudantes, novas ideias, abordagens e experiências (BIANCHI, ALVARENGA E BIANCHI, 2002). Todavia, segundo Araújo (2013), ainda se encontram diversas restrições e preconceitos relacionados ao estágio, seja por parte das empresas ou até mesmo dos próprios estudantes que invalidam ou subestimam a posição. (ARAÚJO, *et al.*, 2013).

Nesse contexto, encontra-se a justificativa desse estudo, pela importância em identificar os aspectos relacionados à formação contábil e às expectativas dos estudantes quanto ao estágio supervisionado. Propiciará ainda uma discussão sobre o tema, podendo servir como base para definições futuras sobre a estrutura do programa de estágio das instituições que oferecem o curso de Ciências Contábeis.

Corroborando a ideia desse tema, podemos observar no artigo de Alcântara, Marques e Marques (2016) a importância de conhecer a relação entre a prática e a teoria desenvolvida nos estágios. Em que buscaram verificar os benefícios esperados do estágio obrigatório com base na percepção dos estagiários e se foram de fato alcançados durante o programa. Nessa mesma linha, Santos *et al.* (2017) avaliaram a contribuição do estágio supervisionado para os estudantes de contabilidade no Instituto Tocantinense de Ensino Superior e Pesquisa (ITOP) a fim de entender se há efetiva contribuição do programa de estágio para a formação acadêmica do indivíduo.

Posto isso, o presente trabalho buscou analisar a percepção dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, matriculados no estágio do primeiro semestre do ano de 2020, com relação à analogia entre teoria adquirida em sala de aula com a prática realizada no local de realização do estágio. O objetivo central é verificar se a efetiva prática do estágio nas empresas está diretamente alicerçada ao conhecimento adquirido em sala de aula, e as contribuições advindas com a realização deste.

Para tanto, buscou-se o embasamento teórico da pesquisa, seguido da descrição dos métodos utilizados na realização da pesquisa. Em seguida os resultados obtidos são descritos e analisados à luz do referencial e, por fim, as considerações finais e sugestões de estudos posteriores.

No Brasil, o histórico do ensino da contabilidade fundamenta-se “na evolução do ensino comercial, desde a época do império, através da figura de “guarda livros”, profissional definido pelo código comercial de 1850, que era o responsável pelos registros das transações ocorridas nos estabelecimentos comerciais” (LOPES *et al.*, 2004). Como marco inicial da importância para o reconhecimento do que seria o curso de Ciências

Contábeis e da profissão de contador, temos dois eventos que ocorreram em 1902. O primeiro deles foi a fundação da Escola Prática do Comércio, que hoje é conhecida como Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), e o segundo foi a criação da Academia do Comércio do Rio de Janeiro. Essas instituições não ofereciam cursos de bacharelado em Ciências Contábeis, mas podem ser consideradas as precursoras do curso, aprovado por meio do decreto n. 1.339 em 1905. (ANTONOVZ, 2019). Em seguida, o curso de bacharelado em Ciências Contábeis e Atuariais foi reconhecido no Brasil em 1945, visando à organização do ensino comercial e à regulamentação da profissão de contador (GOMES, 1979).

Na época do reconhecimento da profissão contábil, o curso de Ciências Contábeis e Atuariais era caracterizado nacionalmente em moldes parecidos com o da escola americana de contabilidade, e visava à formação de funcionários para atuar em grandes empresas públicas e privadas, decorrendo em um movimento nacional de industrialização que exigia mão de obra com fortes competências e habilidades na área contábil (ANTONOVZ, 2019).

O processo de regulamentação de uma profissão normalmente possui a etapa de criação e de estruturação de um conselho da classe, e, para a profissão contábil, não foi diferente. Gomes (1979) descreve que, somente a partir da aprovação do decreto-lei 9.295 de 1946, foi criado o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de definir as atribuições dos contadores, técnicos e “guarda livros”, sendo considerado a referência do início do desenvolvimento da profissão contábil.

Alguns acontecimentos intensificaram o desenvolvimento da contabilidade como profissão e carreira universitária, principalmente relacionado às questões econômicas e profundas mudanças ocorridas no Brasil na década de 1960, como o Milagre Econômico, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Conselho de Educação Nacional (ANTONOVZ, 2019). Porém o fato que realmente intensificou as ações de reconhecimento da profissão contábil no Brasil está ligado aos princípios de contabilidade para as sociedades de capital aberto. Gomes (1979) aborda que a expansão da profissão contábil no Brasil ocorreu de forma similar à expansão ocorrida nos Estados Unidos, pois, em ambos os países, o marco decisivo foi a rápida expansão do mercado de capitais e respectivas leis reguladoras, e cita a Lei sobre Títulos de 1933 (Securities Act) nos Estados Unidos, e no Brasil a Circular nº 179 de 1972, do Banco Central do Brasil (Normas Gerais de Auditoria e Princípios de Contabilidade para as Sociedades Anônimas de Capital Aberto) como fatores importantes para essa expansão.

O fato definitivo do desenvolvimento da profissão contábil no Brasil surgiu em 1976, com a aprovação da nova Lei das Sociedades Anônimas, ao mesmo tempo em que foi criada a Comissão de Valores Imobiliários (CVM), que iria substituir o Banco Central com relação à emissão de parte da legislação contábil e ao controle do mercado de capitais no Brasil (GOMES, 1979). Essa lei passou por mudanças substanciais em 2007, com a promulgação da Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, que alterou e revogou a Lei nº

6404 de 15 dezembro de 1976, principalmente no que tange à elaboração e à divulgação das demonstrações financeiras das Sociedades Anônimas, sendo uma revolução importante para a área da contabilidade no Brasil.

Sobre o papel do profissional de contabilidade, LOPES *et al* (2004) descrevem-no como um facilitador de conhecimento na sua respectiva área, assumindo a postura e a responsabilidade de educador diante dos usuários da informação contábil, e, neste sentido, esse profissional necessita, mais do que conhecimento técnico-científico, de uma formação crítica, com comprometimento político, relacionando informações produzidas com o contexto socioeconômico e cultural, com capacidades e habilidades para reproduzir novos conhecimentos (LOPES *et al*, 2004).

A formação em nível superior é um pré-requisito indispensável para o exercício pleno da profissão contábil e, para exercer essa função, o curso deve possuir uma base curricular e eixos norteadores que realmente estruturam a graduação em Ciências Contábeis de forma que o graduado esteja apto para atuar no mercado de trabalho. Nesse contexto, Cotrin, Santos e Junior (2012) ressaltam que é importante que o ensino das Ciências Contábeis evolua de maneira intensa para garantir uma formação profissional de qualidade, acompanhando o desenvolvimento desta ciência.

O perfil do profissional contempla as suas habilidades e comportamentos perante as situações vivenciadas no dia a dia profissional, pois o acadêmico do curso de ciências contábeis, após a conclusão, será um atuante profissional contábil em uma nova era, mais atualizada, mais dinâmica, inovadora e mais exigente. Aos profissionais da contabilidade cabe a maximização da utilidade da informação contábil e todo o trabalho de procurar atender aos diferentes usuários dessas informações. Não se pode deixar que a contabilidade seja apenas um retrato histórico da situação passada da entidade. Ela deve, além disso, reforçar a relevância social da profissão contábil. Com as mudanças impostas pelo mundo globalizado, o papel social prestado pelo profissional contábil passa a ter maior ênfase (SANTOS, *et. al.*, 2017).

A profissão contábil oferece à sociedade contribuições essenciais, tais como entendimento tributário, mapeamento de riscos, consultoria para redução de riscos, melhor destinação de recursos e registro de dados. O contador é imprescindível tanto para as organizações como para o cidadão, façam melhores escolhas financeiras e econômicas. Nesse sentido, é notória a importância do PPC de contábeis, na estruturação do conhecimento nos cursos de graduação, pois é nele que se ancora e que estão estruturados os detalhes do formato de ensino para que os objetivos de preparação dos estudantes para o mercado profissional sejam de fato alcançados.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Contábeis da Unimontes tem no seu escopo contribuir para a melhoria e transformação da sociedade, atendendo às expectativas das classes contábil e empresarial, sendo um fator de integração regional ao promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Como missão

do curso, verifica-se no PPC: “contribuir para a melhoria e transformação da sociedade, atender às aspirações e aos interesses da comunidade e promover o ensino, a pesquisa e a extensão com eficácia e qualidade”, objetivando transformar os discentes em profissionais qualificados para atender às demandas do mercado.

Nessa perspectiva, constata-se que o PPC é um documento que rege o ensino, sendo o ponto de partida de toda a organização pedagógica da universidade. A organização curricular do curso de Ciências Contábeis é dividida entre três eixos (Eixo transversal, Eixos Integradores e Núcleos/Dimensões Formadoras), apresentando temas interrelacionados, construídos na relação participativa de pesquisa, reflexões, debates e produções acadêmicas.

No quadro 1, abaixo são descritas as principais características e funções de cada um desses eixos, que visam melhor estruturar a organização e práticas dos conteúdos a serem tratados ao longo do curso:

Formação Básica (Humanística / Artística/ Social)	Formação Profissional	Formação Teórico-prática
<ul style="list-style-type: none"> - Pensamento crítico, autônomo e amplo - Objetiva resgatar a produção criativa da ciência, arte e cultura. - Integração social e cultural entre povos e nações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de domínios, competências e habilidades necessárias. - Compreender as relações da organização social e desenvolver potencialidades para exercer a profissão 	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de intervenção social pela reflexão da prática. - Desenvolver potencialidades com vistas às mudanças substanciais na comunidade regional e nacional.

Quadro 1: Eixos integradores da organização curricular do curso de Ciências Contábeis

Fonte: Adaptado do PPC do Curso de Ciências Contábeis (UNIMONTES, 2012)

O PPC de Ciências Contábeis da Unimontes descreve as ações necessárias para garantir uma aprendizagem significativa, com professores comprometidos com a tarefa de orientar, coordenar, estimular e promover condições para que o aprendizado se faça de maneira estimulante. Além disso, o PPC também descreve o formato das atividades a serem executadas durante o período graduação e as classifica como atividades teóricas e práticas, sendo que a parte teórica contempla as aulas ministradas de forma presencial, que objetivam prover a fundamentação teórica em todas as disciplinas do curso.

As disciplinas da estrutura curricular totalizam 2.400 horas, correspondendo a 2.880 horas-aula. É no momento das aulas que os professores atuam de forma a proporcionar aos acadêmicos o estudo e o aprofundamento dos conteúdos de formação geral e formação

teórico-prática, incorporando as mudanças dos cenários nacional e internacional, ou seja, o professor, como facilitador das relações, deve incentivar o acadêmico para que participe não só da vida acadêmica, mas seja envolvido com as questões que afligem seu tempo (UNIMONTES, 2012).

Com relação às atividades práticas descritas no PPC de Ciências Contábeis, tem-se o estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), atividades complementares e análise e produção científica em contabilidade. O quadro 2 abaixo demonstra detalhes das atividades em cada um dos itens práticos listados:

Prática de Laboratório	Estágio Curricular Supervisionado	Trabalho de Conclusão de Curso	Atividade Complementares	Análise e Produção Científica
<ul style="list-style-type: none"> - Ministrada como disciplina - Acesso a sistemas inerentes à profissão contábil - Subturmas para melhor assimilação do conteúdo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Carga horária de 300 hs. - A ser realizado entre o 3º e 6º períodos. - Ambiente organizacional e extraclasse 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio de docente de orientadores de metodologia e conteúdo. - TCC se configura como monografia. - Dividida em duas disciplinas na estrutura curricular. 	<ul style="list-style-type: none"> - Carga horária de 300 hs. - Deverá ser realizado ao longo de todo o curso. - Incluem projetos, monitoria, seminários, cursos, congressos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disciplina do 6º período com carga horária de 36 horas. - 4 subturmas de 10 alunos no máximo. - Trabalhos produzidos deverão ser apresentados em eventos realizados pelo curso

Quadro 2: Principais atividades do curso de Ciências Contábeis de acordo com o Projeto Político Pedagógico

Fonte: Adaptado do PPP do curso de Ciências Contábeis (UNIMONTES, 2012).

De acordo com os dados apresentados, nota-se que o curso de Ciências Contábeis da Unimontes possui uma proposta norteadora à formação do profissional, e ancora atividades práticas na estrutura de seu PPP, destacando-se aqui o Estágio Curricular Supervisionado, objeto do nosso estudo, uma vez que é uma atividade em que o acadêmico integra o ambiente organizacional da profissão, aplicando a teoria estudada à prática das empresas, conhecendo a dinâmica das organizações e vivenciando de perto as expectativas e os desafios do profissional da área contábil.

A literatura constata que o estágio curricular é de extrema importância para o processo de formação dos alunos, oportunizando o desenvolvimento de suas habilidades na área e o aprendizado prático. Frey & Frey (2002, p. 95) complementam que: “O estágio curricular, além de trazer uma vivência prática ao aluno, representa uma oportunidade para a análise e reflexão, confrontando a teoria e aplicação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso de graduação”.

Para Torres, et al (2011) se caracteriza como desenvolvimento de habilidades

profissionais justamente a fusão de conhecimentos e atitudes necessárias a um indivíduo, que lhe permitirão exercer de forma excelente suas atividades técnicas e comportamentais ligadas à sua atividade laboral (TORRES, *et al.*, 2011). A legislação que trata sobre o estágio supervisionado para o curso de Ciências Contábeis no Brasil foi instituída pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) da Câmara Nacional de Educação Superior por meio da Resolução número 10 de 16 de dezembro de 2004. A resolução estabelece a organização curricular para o curso de Ciências Contábeis por meio de um projeto pedagógico e distribui aspectos do curso como a exigência de monografia, projeto de iniciação científica e projeto de atividades extracurriculares (BRASIL, 2004).

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para embasar as discussões teóricas, utilizou-se da pesquisa bibliográfica feita a partir do levantamento de referências já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, anais de congressos. A pesquisa, segundo Martins e Theóphilo (2016), é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente, análise teórica, ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo.

O presente estudo foi efetivado por meio de uma pesquisa com característica descritiva e exploratória, que, segundo Marconi e Lakatos (2010), pesquisa descritiva aquela que se caracteriza ao “consistir em investigações de pesquisa imperícia cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais e chaves”, ou seja, os dados e fatos são observados e registrados, e as análises e interpretações são feitas sem a interferência do pesquisador.

Para o desenvolvimento deste estudo, foram necessários levantamentos de informações aos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da Unimontes, que foi realizado por meio de questionários com perguntas estruturadas enviado via link para os 69 acadêmicos que estavam matriculados na disciplina de estágio no primeiro semestre de 2020. Os dados foram coletados no mês de outubro de 2020, resultando em 43 (quarenta e três) respostas. Foram organizados e tabulados automaticamente por meio de um serviço disponibilizado pelo *Google Forms*, e em seguida, os dados foram analisados e confrontados com a teoria estudada e com o referencial teórico deste estudo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A coleta de dados se deu por meio de um questionário dividido em três seções: perfil do aluno, informações sobre o estágio do estudante e conhecimentos específicos. Na primeira parte, buscou-se traçar o perfil dos estudantes do curso de Contabilidade da Unimontes. Na segunda seção, identificaram-se as informações pertinentes ao estágio dos

alunos e, por fim, na terceira seção sobre os conhecimentos específicos do curso.

A pesquisa mostrou que 43 acadêmicos responderam ao questionário, sendo que se constatou que 67,4% são do sexo feminino e 32,6% do sexo masculino. A pesquisa de Santos *et. al.* (2017) apontou um dado semelhante no Instituto Tocantinense de Ensino Superior e Pesquisa (ITOP) em que 65,3% eram mulheres e 36,5% homens. Em relação à faixa etária, percebeu-se que 90,7% dos acadêmicos estão entre 19 a 24 anos de idade. Dados corroborados pelo conselho da classe, que divulgou que os a profissão contábil vêm passando por um rejuvenescimento e que cerca de 78,1% dos contadores têm menos de 40 anos (SANTOS, *et al.*, 2017). Apenas 9,3% dos acadêmicos que responderam à pesquisa têm idade superior a 25 anos.

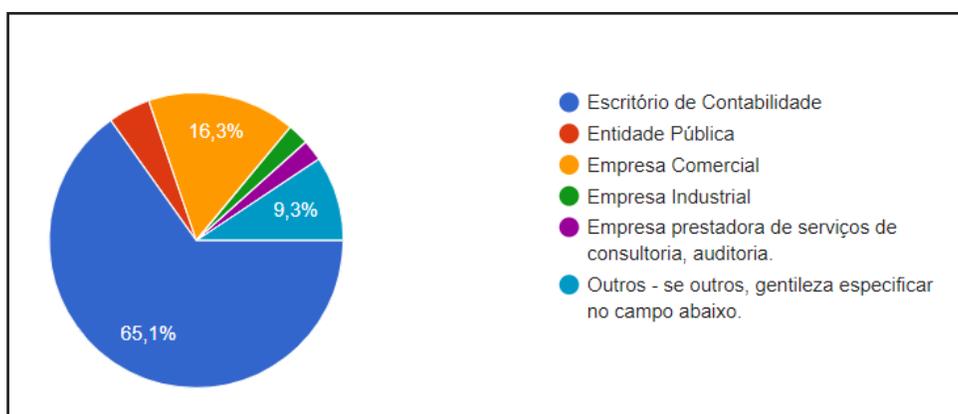


Gráfico 1 – Tipo de empresa de realização do estágio

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Percebeu-se que os escritórios de contabilidade, conforme o gráfico 1 acima, correspondem a 65,1% dos locais mais utilizados para a realização dos estágios, seguidos das empresas comerciais com 16,3% dos estágios e as outras empresas pública, industrial e prestadoras de serviços juntas somaram 18,6%. Um fato interessante nos resultados foi que 9,3% que identificaram como outros especificaram como atuantes em escolas privadas, área financeira, terceiro setor, fundação hospitalar e prestação de serviço, o que denota que a área de atuação para o estágio em contabilidade vem se ampliando e de que a profissão contábil oferece muitas possibilidades de trabalho.

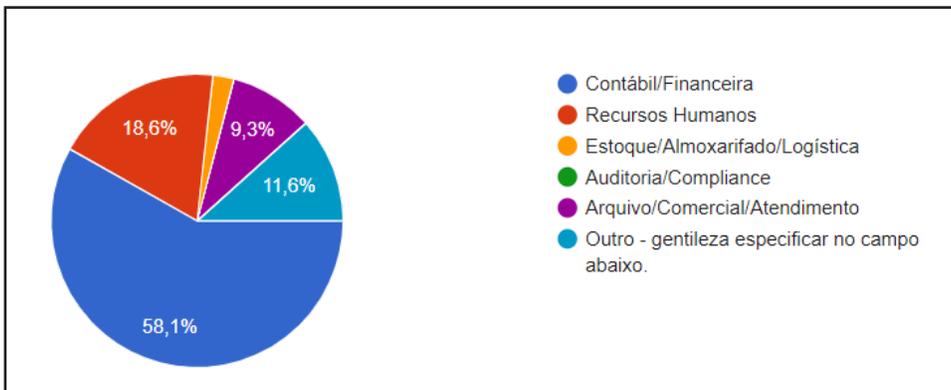


Gráfico 2 – Área de atuação do estágio

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No tocante à área de atuação mais comum, como informa o gráfico 2, estão a contábil e a financeira que apresentaram 58,1% em conjunto. Em seguida, a de recursos humanos com 18,6%. As áreas de arquivo, comercial e atendimento compreendem 9,3%. E a atuação em estoque, almoxarifado e logística 2,3%. Destaca-se ainda que 11,6% optaram pela opção outro e apontaram a área fiscal. Enfatiza-se que mais de 20% dos respondentes apresentaram respostas de estarem atuando em áreas indiretas da contabilidade, mas que, mesmo assim, podem gerar conhecimento e se desenvolverem profissionalmente. Antonovz (2019) destacou a possibilidade da atuação do contador em cooperação com advogados, auditoria e *compliance*, todavia, a pesquisa não validou esse ponto visto que nenhum dos respondentes teve contato com essa área de atuação no mercado de trabalho.

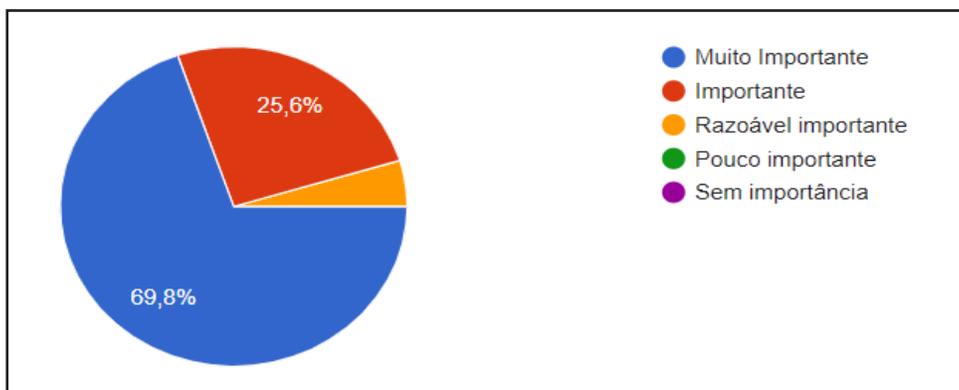


Gráfico 3 – Importância do conhecimento adquirido com o estágio

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação à importância do estágio para vida profissional, constatou-se no gráfico 3, que os acadêmicos acreditam que o estágio é muito relevante para a sua atuação como contador (a) visto que 95,4% responderam que consideram muito importante ou importante a prática do estágio. Apenas 4,6% responderam como razoavelmente importante e nenhum dos acadêmicos respondeu como sem importância ou pouco importante.

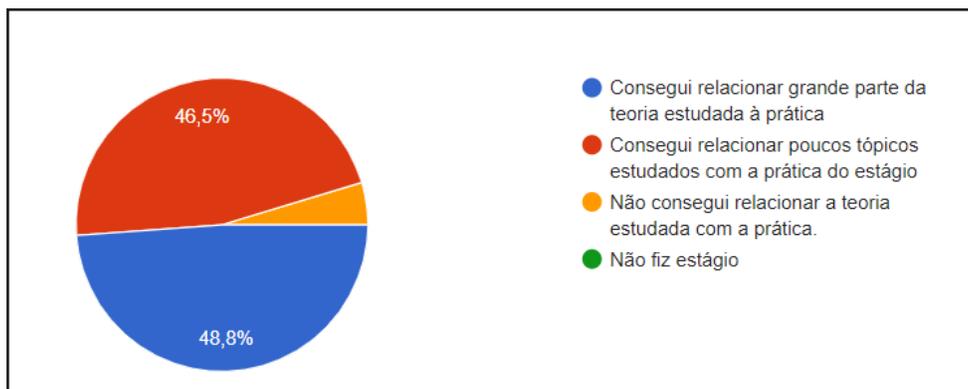


Gráfico 4– Relação teoria x prática no estágio

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O estágio curricular é então a oportunidade em que os acadêmicos podem praticar o conhecimento teórico aprendido e primeiramente validar como esse funciona para em seguida estarem aptos a se qualificarem cada vez mais para o mercado de trabalho e para a vida profissional. O PPP do curso de Ciências Contábeis da Unimontes tem uma proposta diversificada de disciplinas que buscam desenvolver o eixo profissional dos acadêmicos e portanto, destaca-se o Estágio como a atividade que integra e permite a aplicação dos conhecimentos teóricos no cotidiano das empresas. Quando questionados sobre a associação do conteúdo teórico com a realização da prática do estágio, obteve-se dos respondentes que os mesmos tiveram conhecimento teórico, e que auxiliou na prática, conforme, as respostas de 48,8% afirmam que conseguiram relacionar grande parte da teoria estudada com a prática e 46,5% pontuaram ter relacionado poucos tópicos específicos com a prática do estágio. E 4,7% afirmaram não conseguir relacionar a teoria com a prática do estágio.

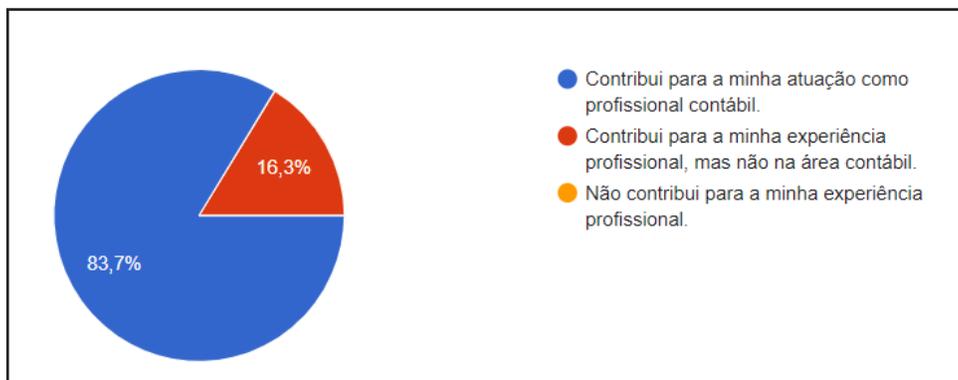


Gráfico 5 - Contribuição do estágio para formação profissional

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quanto à contribuição do estágio para a formação profissional, constatou-se, conforme gráfico 5, que, 83,7% dos entrevistados afirmaram que o estágio contribuiu para sua atuação como profissional contábil, enquanto 16,3% pontuaram que o estágio contribuiu para a experiência profissional, mas não necessariamente para a formação contábil. Esses dados confirmam a hipótese da influência das contribuições teóricas com a prática do estágio, na formação acadêmica.

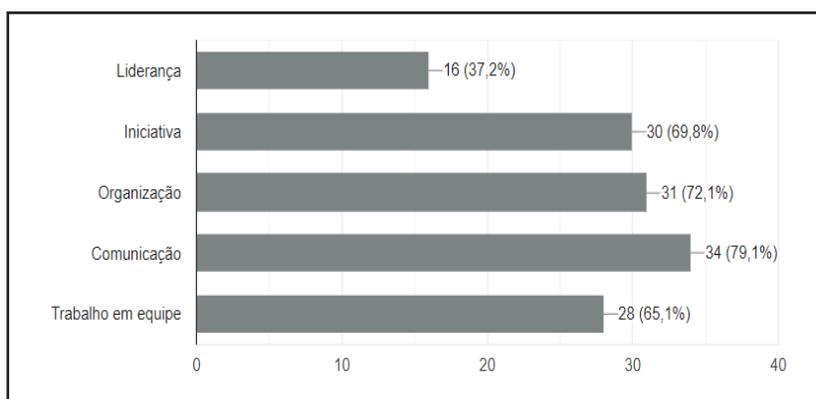


Gráfico 6 – Habilidades desenvolvidas no estágio

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O desenvolvimento profissional se traduz em uma necessidade de melhor aperfeiçoamento individual, seja em conhecimentos específicos da contabilidade ou em *soft*

*skills*¹, também essenciais para o sucesso no mercado de trabalho. Esse desenvolvimento é, então, entendido como a fusão de conhecimentos e atitudes necessárias a um indivíduo, que lhe permitirá exercer de forma excelente suas atividades técnicas e comportamentais ligadas à sua atividade laboral (TORRES, *et al.*, 2011). Verificou-se que as principais habilidades desenvolvidas pelos acadêmicos no estágio foram a comunicação (79,1%) e a organização (72,1%) seguidos da iniciativa (69,8%) e do trabalho em equipe (65,1%). Essas são habilidades fundamentais ao desenvolvimento do profissional contábil.



Gráfico 7 – Disciplinas mais usuais na prática do estágio

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No que concerne às disciplinas estudadas pelos acadêmicos, conforme dados do gráfico 7, verificou-se que as que mais se relacionaram com a prática do estágio foram Direito e Legislações Tributárias com 28 respostas e, em seguida, contabilidade geral com 27. Pode-se inferir que o conhecimento das legislações, referentes à prática contábil, tem fundamental importância para o exercício da profissão, bem como o entendimento dos conceitos gerais da contabilidade. O período da graduação, bem como as disciplinas cursadas na academia e as experiências adquiridas ao longo do processo de ensino devem preparar o acadêmico para o Estágio Curricular Supervisionado e fundamentar a sua base teórica, que o levará a ter condição e formação como profissional. Posto isso, verifica-se que as disciplinas são a base fundamental para a prática diária na rotina profissional dos acadêmicos. Foram ainda indicados em outros a disciplina Contabilidade Organizacional.

¹ soft skills são um conjunto de habilidades e competências relacionadas ao comportamento humano. Disponível em <https://fia.com.br/blog/soft-skills/>. Acesso em 10 de outubro de 2020

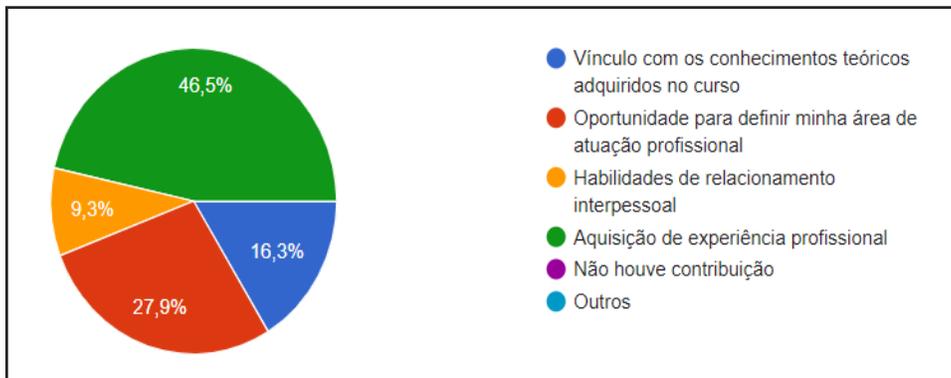


Gráfico 8 – Percepção sobre os benefícios dos programas de estágio

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quando perguntados sobre o maior ganho que o programa de estágio promove para o acadêmico, vimos pelo gráfico 8 que, 46,5% responderam que é a oportunidade de aquisição de experiência profissional, uma vez que há a possibilidade colocar em prática os conhecimentos adquiridos, antes mesmo de entrar formalmente no mercado de trabalho. Em seguida, 27,9% pontuaram que foi a oportunidade para definição de sua área de atuação profissional, esta afirmação se concretiza com as diferentes alternativas ofertadas na profissão contábil. 16,3 optaram pela alternativa que indica a possibilidade de vincular o aprendizado prático com os conhecimentos teóricos aprendidos durante o curso, e, por fim, 9,3% perceberam que o maior benefício estava relacionado ao desenvolvimento de habilidades de relacionamento interpessoal.

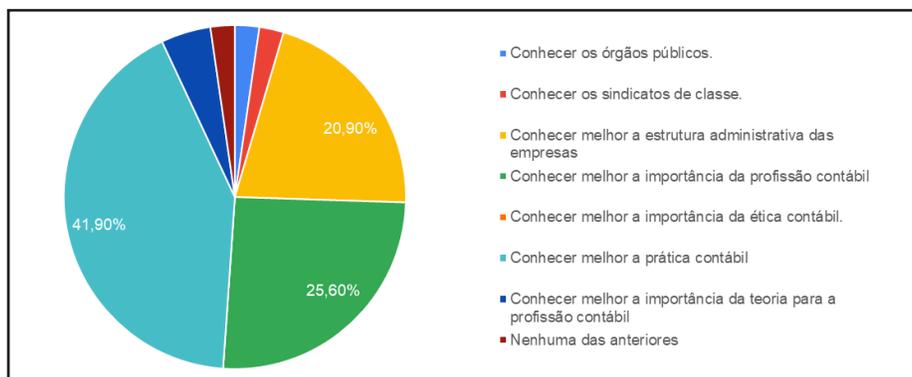


Gráfico 9 – Oportunidades proporcionadas pela realização do estágio

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quanto às oportunidades proporcionadas pelo estágio no gráfico 9, podemos observar que 41,9% concordam que conhecer melhor a prática contábil é a principal delas. Em seguida, com 25,6%, conhecer melhor a importância da profissão contábil. 20,9% afirmaram que permite conhecer melhor a estrutura administrativa das empresas, 4,7% apontaram que puderam conhecer melhor a importância da teoria para a profissão contábil, 2,3% conhecer os órgãos públicos, 2,3% conhecer os sindicatos de classe e 2,3% nenhuma das alternativas elencadas.

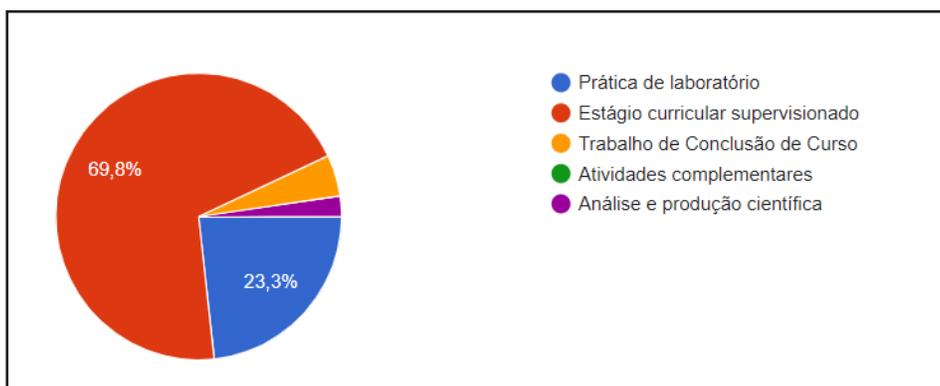


Gráfico 10 – Atividades que complementam a formação do profissional contábil

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quanto às atividades que complementam a formação do profissional contábil, verificou-se nos dados coletados no gráfico 10 que os acadêmicos consideram o estágio curricular essencial como atividade complementar ao conhecimento adquirido, visto que , dos respondentes , 69,8% citaram o Estágio, Curricular como a mais importante para a formação contábil, sendo que 23% as aulas práticas em laboratório e 6,9% responderam as atividades complementares e análise de produção científica, como complementos à formação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Curricular Supervisionado é o período que permite aos acadêmicos aplicarem no exercício da atividade profissional os ensinamentos teóricos compreendidos durante a graduação. É também uma oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, por meio do qual o acadêmico e futuro profissional desempenhará procedimentos em sua escolha ocupacional. Pimenta (2006) afirma que o estágio funciona como meio pelo qual o aluno se integra e reconhece o espaço organizacional como área em que deve atuar. Além disso, é a partir de então que ele poderá desenvolver a sua identidade e conduta

profissional.

O estágio curricular permite a vivência prática ao acadêmico, é a oportunidade para aplicação, análise, validação e reflexão de seus aprendizados na academia. É onde se pode confrontar conceitos com a realidade e validar se são aplicáveis, os desafios e as barreiras. Em razão disso, o ideal é que o estagiário relacione os conhecimentos teóricos adquiridos com a prática das atividades desempenhadas no programa de estágio para que obtenha um melhor aprendizado e aproveitamento dessa etapa.

O resultado de um estágio bem feito é um profissional mais desenvolvido e preparado para o mercado de trabalho. É aquele que, além de dominar as competências técnicas da contabilidade, já domina também habilidades como comunicação, liderança e trabalho em equipe. O período da graduação, bem como as disciplinas cursadas na academia e as experiências adquiridas ao longo do processo de ensino devem preparar o acadêmico para o estágio curricular supervisionado e fundamentar a sua base teórica, que o levará a ter condição e formação como profissional.

Dessa ordem, este estudo buscou analisar a percepção dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, matriculados no estágio do primeiro semestre do ano de 2020, com relação à analogia entre a teoria adquirida em sala de aula com a prática no local de realização do estágio. Posto isso, este estudo atingiu o seu objetivo e constatou que na percepção dos acadêmicos, há sim uma relação intrínseca entre o aprendizado teórico e o prático aprendido. Ademais, o estágio se mostrou como fundamental para a formação profissional dos estudantes de contabilidade.

A pesquisa mostrou ainda que, 67,4% dos respondentes são do sexo feminino, evidenciando a crescente presença da mulher no mercado de trabalho. Além disso, 90,7% dos acadêmicos estão entre 19 a 24 anos de idade, reforçando o rejuvenescimento da profissão contábil nos próximos anos. O estudo evidenciou também, que a área de atuação mais comum na realização do estágio é a área financeira e contábil, seguida de recursos humanos. Já sobre a importância do conhecimento adquirido no programa de estágio supervisionado, 95,4% responderam como importante ou muito importante. Destacando assim como este item da formação profissional tem significativa relevância para os acadêmicos no desenvolvimento profissional.

Aproximadamente 48,8, conseguiram relacionar conhecimentos específicos aprendidos na teoria com a prática do estágio, enquanto 46,5% conseguiram relacionar poucos conhecimentos específicos à prática do estágio. Por fim, 83,7% acreditam que o estágio contribui para a formação profissional do indivíduo. Esses dados, corroboram com a hipótese levantada que o PPC de Ciências Contábeis, deve sim está alinhado com o mercado de trabalho e suas constantes alterações.

A sugestão para futuros estudos é comparar com amostras de diferentes centros universitários, condições sociais, culturais e cidades, assim como estudar uma amostra maior em questão para validar os pontos encontrados.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, C. C.V.; MARQUES, K, C.; MARQUES, C. **Percepção dos alunos do Curso de Ciências Contábeis sobre o Estágio Curricular Obrigatório**. XIII Congresso USP de iniciação científica em Contabilidade. São Paulo: USP, 2016. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/anais/artigos162016/30.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2020.
- ANTONOVZ, T. **O contador e a ética profissional**. Curitiba: Intersaberes, 2019.
- ARAÚJO, R. O.; OLIVEIRA, E. R.; VIEIRA, A. A. L. B. **Estágio Supervisionado: Uma análise sobre a importância do Estágio para a formação acadêmica e profissional de estagiários**. Revista Científica da Faculdade Darcy Ribeiro, Fortaleza, 2013.
- BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA Marina; BIANCHI, Roberto. **Manual de orientação: Estágio supervisionado**. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002 PUC. Manual de Estágio Supervisionado curso de contábeis. PUC. 2006. Disponível em: < http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Estagio%20Supervisionado%20Livro%20%20Orientacao%20para%20Estagio%20em%20Licenciatura.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências**. Resolução CNE/CES 10, de 16 de Dezembro de 2004. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2020.
- BRASIL, Ministério do Trabalho. **Lei do Estágio**. LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.. Disponível em: http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/acesso_informacao/servidores/estagios/3-LEGISLACAO-DE-ESTAGIO.pdf . Acesso em: 30 mai. 2020.
- COTRIN, A. M.; SANTOS, A. L.; JUNIOR, L. Z. **A evolução da contabilidade e o mercado de trabalho para o contabilista**. Revista Conteúdo, Capivari, v. 2, nº 1, Jan-Jul 2012.
- FREY, M. R.; FREY, I. A. **A contribuição do estágio supervisionado na formação do bacharel em Ciências Contábeis**. Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 93-104, abr, 2002. Disponível em < <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/190>>. Acesso em: 18 mai. 2020.
- GOMES, J. S. **A profissão contábil no Brasil: Uma visão crítica**. Revista Administração de Empresas, v.19, n.2, p. 99-106, 1979.
- KRUG, H. N. et al. (2008). **Estágio Curricular supervisionado em Educação Física: significado e importância sob a ótica dos acadêmicos do curso de licenciatura**. Grupo de Estudos de Pesquisas em Educação Física (GEPEF/UFMS); apresentado no XXVII Simpósio Nacional de Educação Física, Pelotas – RS.
- LOPES, J. E. G.; PERDERNEIRAS, M. M. M.; SILVA, F. D. C.; MULATINHO, C. E. S.; MACHADO, M. R. **O Bacharel em Ciências Contábeis: Sua formação acadêmica frente às exigências da LDB**. IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis-SC, 2004.
- MARTINS, G.A.; TEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed., São Paulo: Editoria Atlas, 2010.

PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores** - Unidade Teoria e Prática. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Éder da Silva. BILAC, Doriane Braga Nunes. CUNHA, Carlos Alexandre. BARBOSA, Sandra Maria. **A contribuição do estágio supervisionado para os estudantes de contabilidade**. Revista Humanidades e Inovação, v. 4, n. 5, 2017. Disponível em: < <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/481/440>>. Acesso em: 20 de Maio de 2020.

TORRES, F. B. S; SILVA, A. P. F.; FALK, J. A. **Competências profissionais demandadas aos contadores: adequação das atividades desenvolvidas através do estágio**. ConTexto, Porto Alegre, v. 11, n. 20, p. 31-44, 2011. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/viewFile/19623/pdf_1>. Acesso em: 19 mai. 2020.

UNIMONTES. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis**. Montes Claros, Maio de 2012. 1 arquivo (702 KB).

SOBRE O ORGANIZADOR

CLAYTON ROBSON MOREIRA DA SILVA - Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Doutorando e Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui MBA em Gestão em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e em Administração pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem tradicional 1, 3, 4, 6, 9
Administradores 19, 58, 59, 60, 61, 64, 69
Aprendizagem prática 73
Apuração de haveres 15, 17, 23, 24, 25, 26, 28, 34, 35, 36, 37
Associações 18

B

Bens 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 28, 31, 33, 34, 35
Brasil 2, 9, 10, 13, 15, 19, 21, 25, 27, 31, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 48, 54, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 80, 89

C

Conexões políticas 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 69, 70, 71
Conhecimento 1, 3, 7, 11, 17, 19, 29, 39, 73, 74, 75, 77, 82, 83, 85, 87, 88
Construção civil 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56
Contabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 26, 27, 33, 35, 36, 55, 60, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 88, 89, 90
Contador 17, 18, 19, 21, 22, 35, 36, 76, 77, 82, 83, 89
Contribuições 1, 6, 7, 9, 62, 67, 73, 75, 77, 84
Cota 15, 17, 28, 32, 33, 34, 35
Cotidiano social 15, 17, 28, 35

D

Desempenho 22, 39, 49, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70
Diretrizes ambientais 38, 40, 46, 51, 53, 54
Dissolução 15, 16, 17, 22, 23, 24, 27, 28, 35, 37
Doações 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70
Documentos 5, 6, 16, 20, 35, 36, 44, 47, 50

E

Econômicos 4, 6
Economistas 19
Empresa 15, 16, 17, 19, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 48, 53, 59, 60, 61, 62, 63, 67, 68, 69, 81
Estágio supervisionado 73, 74, 75, 79, 80, 88, 89, 90

F

Fenômenos 1, 2, 3, 4, 9, 73, 80

G

Gestão 10, 13, 37, 39, 41, 43, 45, 46, 49, 52, 54, 55, 56, 60, 89, 91

H

História 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

J

Juros 17, 25, 34, 35

L

Laudos 15, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 35, 36

Legislação 18, 19, 21, 22, 74, 76, 80

M

Multa 19, 22

N

Negócios 10, 16, 19, 24, 27, 37, 70

P

Perícia contábil 15, 16, 17, 18, 19, 27, 35, 36, 37

Profissionais 11, 12, 18, 19, 22, 77, 78, 80, 90

Protocolos 9

Prova 15, 17, 18, 21, 24, 28, 35, 36

R

Regulamentação contábil 15, 28

Responsabilidade 19, 21, 22, 35, 52, 77

S

Sociedades 15, 18, 20, 24, 25, 36, 76, 77

Sócio 15, 17, 23, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36

Sustentabilidade 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 66, 70

T

Teoria da agência 57, 59, 60, 65, 69

Teoria da dependência de recursos 57, 59, 61, 65, 70

Tribunais de Justiça 19

V

Valor 15, 17, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 61, 68, 69

Regulamentação Contábil e sua Imprescindibilidade no Cotidiano Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Regulamentação Contábil e sua Imprescindibilidade no Cotidiano Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021